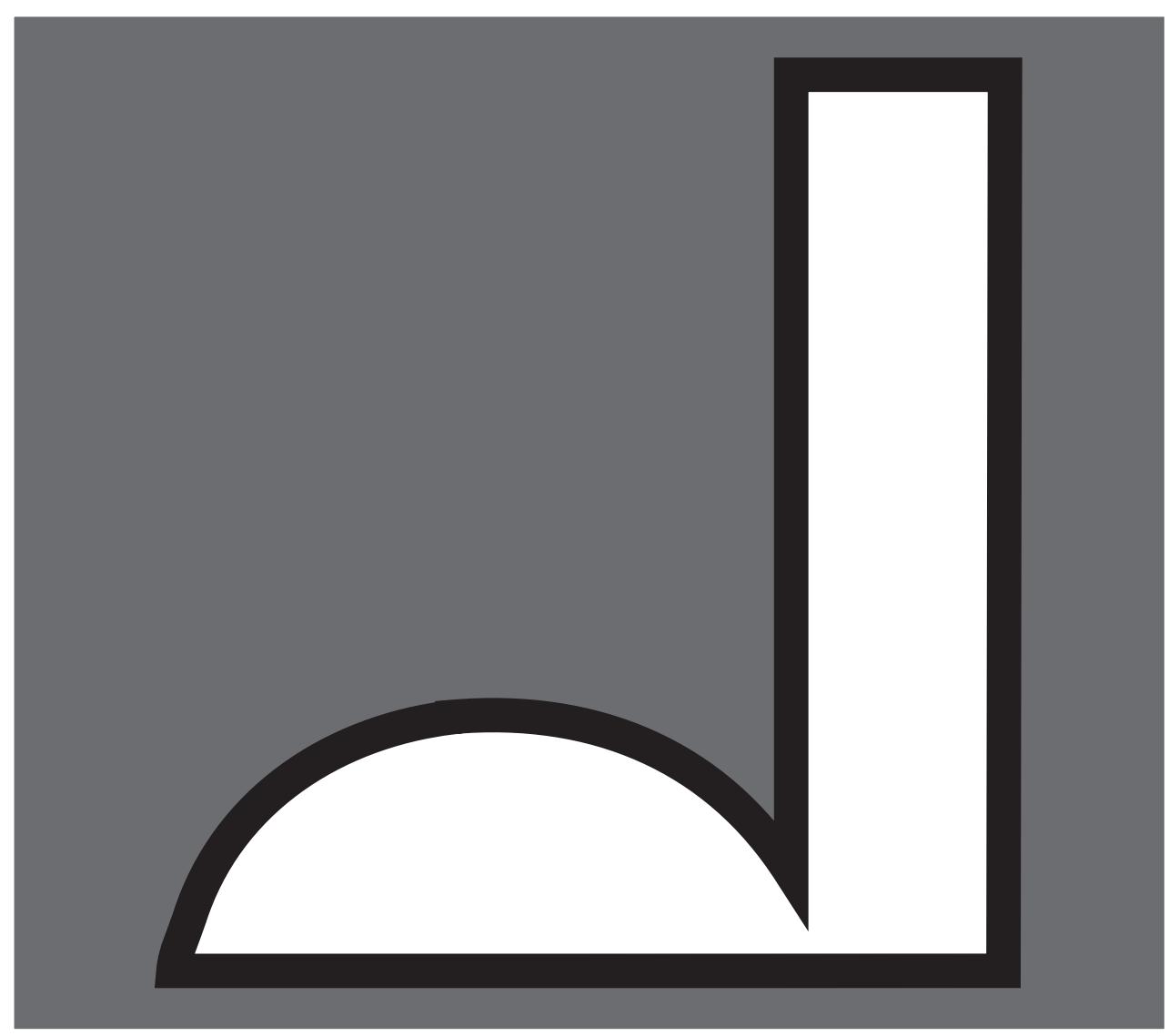




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 116 - QUARTA-FEIRA, 3 DE AGOSTO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp	 LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDERES DO PDT (vago) LÍDER DO PP – 1 Valmir Amaral LÍDER DO PL – 3 Marcelo Crivella VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 3 João Capiberibe VICE-LÍDER DO PSB (Vago) LÍDER DO P-SOL Heloisa Helena VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT	 VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 15 José Agripino VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	 Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 124ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 2 DE AGOSTO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Reconstituição do Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2000, que “dispõe sobre o controle de incêndios florestais e queimadas, a concessão de autorização especial para a queima controlada, e dá outras providências” 26160

1.2.2 – Leitura de Projetos de Lei do Congresso Nacional

Nº 27, de 2005-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, da Saúde e dos Transportes, crédito suplementar no valor global de R\$426.851.197,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente (Mensagem nº 84, de 2005-CN)..... 26164

Nº 28, de 2005-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$7.132.321.192,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente (Mensagem nº 85, de 2005-CN)..... 26169

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Estabelecimento de calendário para tramitação e remessa a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização dos Projetos de Lei nºs 27 e 28, de 2005-CN 26176

1.2.4 – Ofícios

Nº 170/2005, de 1º de agosto corrente, da Vice-Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de indicação do Deputado Luiz Couto – PT/PB, para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, que dispõe

sobre a reeleição para mandatos executivos. Designação do Deputado Luiz Couto, como suplente, para integrar a referida Comissão. 26176

Nº 760/2005, de 2 de agosto corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. 26176

Nº 972/2005, de 27 de julho último, da Liderança do PMDB em exercício na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. 26176

Nº 767/2005, de 2 de agosto do corrente, da Vice-Liderança do Partido Liberal – PL na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. 26176

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR JOSÉ JORGE – Considerações sobre a liberação das emendas parlamentares ao Orçamento de 2005. 26177

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Registro do trabalho realizado pelo Senado Federal durante o mês de julho de 2005. 26180

SENADOR EDUARDO SUPILY – Reflexão sobre a reforma política. 26184

SENADOR RAMEZ TEBET – Reflexão sobre a reforma política. 26186

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Alerta ao Governo Federal sobre a situação dos produtores rurais. 26187

SENADOR MÃO SANTA – Comentários a declarações do cientista político César Benjamin, em entrevista concedida ao jornalista Cabrini da Rede Bandeirantes de TV. 26189

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA, como Líder – Homenagem a Egydio Machado Salles, falecido na semana passada.	26190
1.2.6 – Leitura de requerimento	
Nº 806, de 2005, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do Dr. Egydio Machado Salles, no último dia 27 de julho, em São Paulo, vítima de insuficiência múltipla dos órgãos.	26191
1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR JOSÉ JORGE, como Líder – Resultado da última edição do Troféu Berzoini de Crueldade, criado pelo PFL.	26191
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Defesa da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.	26200
SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Comentários sobre os centros universitários de Tocantins. Defesa de uma linha de financiamento do BNDES destinada aos estudantes do ensino superior.	26201
SENADOR PAULO PAIM – Comentários ao Programa de Expansão da Educação (PROEP). Trabalho realizado pela Frente Parlamentar em prol da Educação Profissional. Concessão da titularidade definitiva das terras do primeiro quilombo urbano do Brasil.	26203
SENADOR JOÃO CABIBERIBE – Necessidade de divulgação das receitas e despesas públicas na internet.	26205
1.2.8 – Leitura de requerimentos	
Nº 807, de 2005, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial do Senado, a realizar-se no dia 9 do corrente, dedicada a comemorar os 80 anos de Jornal O Globo , cuja primeira edição circulou em 29 de julho de 1925.	26209
1.2.9 – Comunicação da Presidência	
Convocação de sessão especial do Senado a realizar-se no próximo dia 9 de agosto, terça-feira, ao meio-dia, para a comemoração dos 80 anos do jornal O Globo	26209
1.2.10 – Leitura de requerimentos	
Nº 808, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona.	26209
Nº 809, de 2005, de autoria do Senador Delcídio Amaral, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona.	26209
1.2.11 – Leitura de projetos	
Projeto de Resolução nº 69, de 2005, de autoria do Senador Renan Calheiros, que institui	

o Grupo Parlamentar Paraguai-Brasil e dá outras providências.	26210
Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2005, de autoria do Senador Valdir Raupp, que autoriza a criação do Ministério da Amazônia.	26211
Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2005, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para introduzir gratuidade e procedimentos especiais para a habilitação de condutores residentes em áreas rurais ou distantes da sede dos órgãos de trânsito.	26212
1.3 – ORDEM DO DIA	
Item 1	
Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 247, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, dos Transportes, da Cultura, do Meio Ambiente e da Defesa, no valor global de quinhentos e oitenta e seis milhões, onze mil e setecentos reais. Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as Lideranças	26216
Item 2	
Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005 e dá outras providências. Apreciação sobrestada	26217
Item 3	
Medida Provisória nº 250, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de trinta milhões de reais, para o fim que especifica. Apreciação sobrestada	26217
Item 4	
Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003 (nº 84/1999, na Casa de origem), que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências. (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial). Apreciação sobrestada	26217
Item 5	
Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. Apreciação sobrestada	26217
Item 6	
Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Sena-	

idor Francisco Escórcio, que inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Apreciação sobrestada.	26217
Item 7 Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. Apreciação sobrestada.	26217
Item 8 Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia). Apreciação sobrestada.	26218
Item 9 Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios). Apreciação sobrestada.	26218
Item 10 Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira. Apreciação sobrestada.	26218
Item 11 Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências. Apreciação sobrestada.	26218
1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia SENADOR JOSÉ JORGE – Apelo para que o Governo indique os diretores das agências da área de infra-estrutura.	26218
SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Elo-gio à decisão judicial que suspende o pagamento da taxa básica da telefonia fixa. Defesa de um movimento em prol do retorno da ética e da esperança aos quadros da militância petista.	26221
SENADOR MAGUITO VILELA, como Líder – Críticas a atos terroristas, onde quer que eles ocorram. Lamento e, em solidariedade com a morte do mineiro Jean Charles de Menezes, na Inglaterra, pela polícia. Apelo para que o Governo olhe para a	

situação difícil por que passa a agricultura brasileira. Premência para a realização da reforma política.. ..	26222
SENADOR ANTONIO LEITE – Escolha de 2005 como o “Ano Ibero-Americanano da Leitura, que aqui no Brasil recebeu o nome de “Viva Leitura”. ..	26224
SENADOR AELTON FREITAS – Apelo ao Governo Federal para que realize investimentos na produção agrícola, principalmente no que tange à armazenagem.....	26225
SENADOR HERÁCLITO FORTES – Análise da situação da agricultura do Nordeste, particularmente a do Piauí, que, com investimentos nas áreas de infra-estrutura poderá ser implementada.	26226
SENADOR LEONEL PAVAN – Necessidade de uma agenda positiva de parte do Governo, com atenção voltada para os problemas da economia, agricultura, emprego, a par da continuidade das investigações sobre as denúncias de corrupção.....	26229
SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Manifestação de apoio ao discurso do Senador Leonel Pavan, defendendo a necessidade urgente da implementação de uma política para a agricultura. Defesa da reforma política.....	26232
1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação SENADOR VALDIR RAUAPP – Defesa da aprovação do Projeto de Lei nº 199, de 2003, de autoria do Senador Roberto Saturnino, aprovado e enviado à apreciação da Câmara dos Deputados, em 26 de junho último.	26233
SENADOR ALMEIDA LIMA – Análise de notícia publicada no jornal O Estado de S. Paulo , no dia 28 de julho p.p., intitulada “Saturnino, do PT, afirma que não votará em Lula”.....	26234
SENADOR PAPALÉO PAES – Importância do turismo para a sociedade brasileira na geração de empregos.....	26236
SENADOR ALVARO DIAS – Exame das conclusões do Seminário promovido no dia 1º de agosto corrente, pela Internews, em São Paulo, sobre os impactos da atual crise política sobre a economia.	26237
1.3.3 – Comunicação da Presidência Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quarta-feira, dia 3, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.	26237
1.4 – ENCERRAMENTO 2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 2-8-2005	
3 – EMENDAS Nºs 1 a 523, apresentadas à Medida Provisória nº 258, de 2005. (Publicadas em suplementos a este Diário)	26240

4 – TERMOS DE REUNIÕES

Referentes às Medidas Provisórias nºs 258 e
259, de 2005..... 26243

5 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 109, de 2005..... 26244

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 3.152 a 3.164, de 2005..... 26244

SENADO FEDERAL**7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****– 52ª LEGISLATURA****8 – SECRETARIA DE COMISSÕES****9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PER-
MANENTES****11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR****12 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****13 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****14 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-
CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****15 – CONSELHO DA ORDEM DO CON-
GRESSO NACIONAL****16 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO-
CIAL****17 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUN-
TA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****18 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE
DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)****19 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO
EDUCATIVO DARCY RIBEIRO**

Ata da 124ª Sessão Deliberativa Ordinária em 2 de agosto de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência do Sr. Renan Calheiros, da Sra. Serys Slhessarenko
e dos Srs. Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, Maguito Vilela, Romeu Tuma e Mão Santa*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 2/8/2005 07:34:02 até 2/8/2005 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM Buarque	X	
Bloco-PT	MS	DELcíDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPILY	X	
PFL	PB	Efraim MORAIS	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PSB	AP	JOÃO CABIBERIBE	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PDT	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
	MT	LUIZ SOARES	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PMDB	MA	MAURO FECURY	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PMDB	AP	PAPALEO PAES	X	
	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIA	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PP	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 74 Senadores



O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Presidência comunica ao Plenário que, de acordo com o **Requerimento nº 745, de 2005**, da Comissão de Assuntos Sociais, lido na sessão do dia primeiro de julho último, e tendo recebido o Ofício nº 1.361, de 20 de julho último, do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando cópia autenticada das

peças do Projeto de Lei nº 1.693, de 1996, procedeu, nos termos do art. 267 do Regimento Interno, a reconstituição do **Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2000**, que “dispõe sobre o controle de incêndios florestais e queimadas, a concessão de autorização especial para a queima controlada, e dá outras providências”.

A Presidência informa ainda à Casa que, em virtude do advento da Resolução nº 1, de 2005, que criou e modificou a competência das Comissões permanentes da Casa, retifica o despacho inicial aposto à matéria e determina o seu envio à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

É o seguinte o Projeto reconstituído:

(*) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, DE 2000

(Nº 1.693/96, na Casa de origem)

Dispõe sobre o controle de incêndios florestais e queimadas, a concessão de autorização especial para a queima controlada, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Considera-se incêndio florestal, para os efeitos desta lei, o fogo sem controle em qualquer forma de vegetação.

§ 1º O combate a incêndio florestal será exercido prioritariamente pelos Corpos de Bombeiros, podendo ser também criados, pela União, pelos Estados ou pelos Municípios, grupos ou brigadas auxiliares, organizados pela comunidade.

§ 2º Caso ocorra incêndio florestal que não possa ser extinto com os recursos ordinários, poderá o Poder Público Federal, Estadual ou Municipal requisitar os meios materiais necessários para combater e extinguir o fogo, qualquer que seja o proprietário desses recursos.

§ 3º Todo aquele que prestar serviço em atividade de combate a incêndio florestal terá direito a seguro-saúde, invalidez e de vida contra danos direta ou indiretamente provocados pelo fogo que ajudou a combater, incluídas pensões ao cônjuge, companheiro, companheira e dependentes, a serem pagos pelo Poder Público responsável pela ação de combate ao fogo.

§ 4º Os trabalhos de combate a incêndio florestal são considerados de relevante interesse público.

Art. 2º É vedada a utilização do fogo para a queima ou demubada de florestas ou de qualquer outra forma de vegetação.

§ 1º Em caráter excepcional, o emprego do fogo, sob forma de queima controlada, poderá ser autorizado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, ou, por delegação deste, pelos órgãos estaduais do meio ambiente, obedecidos os critérios estabelecidos por essa lei e pelas demais normas legais vigentes.

§ 2º A autorização especial para a queima controlada em áreas de preservação permanente, reserva legal ou florestal e áreas a elas circunvizinhas somente será concedida, para preservação de incêndio florestal e para pesquisas científicas, aos órgãos responsáveis por essas atividades, estando os motivos devidamente justificados.

Art. 3º O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, só poderá, em caráter excepcional, autorizar a utilização

de queima em face de premência e peculiaridades locais ou regionais e desde que o requerente comprove o preenchimento das seguintes condições:

I – ausência de periculosidade;

II – demonstrar dispor das condições e meios técnicos necessários para manter o fogo sob controle, de acordo com as normas e precauções estabelecidas pelo Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – PREVFOGO;

III – publicar requerimento para a utilização da queima no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação regional, de acordo com o modelo estipulado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, devendo aguardar um prazo mínimo de trinta dias para que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas se possam manifestar.

Art. 4º O Governo Federal, em articulação com os governos estaduais, promoverá incentivos fiscais e creditícios aos produtores rurais que substituirm, no prazo e nas condições determinados pelo art. 3º, a queima controlada por tecnologias de manejo agropastoril.

Art. 5º Configura crime, na forma do art. 15 da Lei nº 6.938, de 1º de agosto de 1981, alterado pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989, provocar queimadas sem autorização pertinente.

Parágrafo único. Os servidores públicos responsáveis pela concessão da autorização, pela fiscalização e pela promoção das campanhas educativas, que forem omissos ou agirem com desídia, enquadram-se na hipótese prevista no § 2º do art. 15 da Lei nº 6.938, de 1º de agosto de 1981, alterado pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989, independentemente das demais cominações legais cabíveis.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI INICIAL N° 1.693, DE 1996

Dispõe sobre o controle de incêndios florestais e queimadas, autorização especial para queima e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Considera-se incêndio florestal, para os efeitos desta lei, o fogo sem controle em qualquer forma de vegetação.

§ 1º O combate a incêndio florestal será exercido prioritariamente pelos Corpos de Bombeiros, podendo ser também criados, pela União, Estados ou Municípios, grupos ou brigadas auxiliares organizados pela comunidade, desde que treinados e supervisionados pelos respectivos Corpos de Bombeiros.

§ 2º Caso ocorra incêndio florestal que não possa ser extinto com os recursos ordinários, poderá o poder público federal, estadual ou municipal requisitar os meios materiais necessários para combater e extinguir o fogo, qualquer que seja o proprietário desses recursos.

§ 3º Todo aquele que presta serviço em atividade de combate a incêndio florestal terá seguro saúde, invalidez e de vida contra danos direta ou indiretamente provocados pelos fogo que ajudou a combater, incluindo-se pensão ao cônjuge, companheiro, companheira e dependente.

§ 4º Consideram-se os trabalhos de combate a incêndio florestal como de relevante interesse público.

Art. 2º É vedada a utilização do fogo para a queima ou demarcação de florestas ou de qualquer outra forma de vegetação.

Parágrafo único. Em caráter excepcional, o emprego do fogo, sob a forma de queima controlada, poderá ser autorizado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, desde que ouvido o órgão estadual de meio ambiente e obedecidos os critérios desta lei e das demais normas legais vigentes, sendo terminantemente proibida a concessão de qualquer autorização neste sentido para as áreas de preservação permanente, reserva legal ou florestal e áreas a elas circunvizinhas.

Art. 3º O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, só poderá, em caráter excepcional, autorizar a utilização de queima, em face de premência e peculiaridades locais ou regionais e desde que o requerente comprove o preenchimento das seguintes condições:

- I – ausência de periculosidade;
- II – demonstrar dispor das condições e meios técnicos necessários para manter o fogo sob

controle, de acordo com as normas e precauções estabelecidas pelo Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – PREVFOGO.

III – publicar requerimento para a utilização da queima no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação regional de acordo com o modelo estipulado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, devendo aguardar um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas se possam manifestar.

Parágrafo único. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em articulação com os órgãos estaduais de meio ambiente e com os Ministérios da Saúde, Agricultura e Trabalho, deverá, sob a pena de ser a inércia considerada desídia administrativa, desenvolver campanhas educativas sistemáticas e intensivas de prevenção a queimadas e de substituição da utilização do fogo por outros métodos que não sejam gravosos à saúde e ao ambiente.

Art. 4º É indispensável que o ato administrativo que conceder a autorização administrativa excepcional para utilização da queima seja motivado, configurando crime de responsabilidade a imotivação.

Art. 5º Configura crime de perigo, na forma do art. 15 da Lei nº 6.938, de 1º de agosto de 1981, com a redação a ele dada pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989, utilizar queima em vegetação ou provocar queimadas sem a autorização pertinente.

Parágrafo único. Os servidores públicos, responsáveis pela concessão da autorização ou fiscalização da queima que forem omissos ou agirem com desídia, enquadram-se na hipótese prevista no parágrafo 2º do art. 15, da Lei nº 6.938, de 1º de agosto de 1981, com a redação a ele dada pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989, independentemente das demais cominações legais cabíveis.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Existe uma infeliz cultura do fato consumado em nosso País.

Os hábitos preventivos, que deveriam ser a regra incentivadora de condutas adequadas e

pertinentes à utilização racional e equilibrada do ambiente, condição tanto de saúde como de desenvolvimento sustentável, cedem lugar a medidas curativas cada vez mais caras e, na maioria das vezes, inócuas.

É imperioso que, no concorrente, a utilização da queima, outro hábito pernicioso presente desde a limpeza do quintal das casas à destruição de florestas e ecossistemas, também sejam adotadas medidas energéticas que coibam os danos e gravames causados tanto ao ambiente como à saúde de comunidades e, até mesmo, de populações inteiras, haja vista as estatísticas de acréscimo de doenças respiratórias nas regiões onde esta prática ocorre de forma intensiva, especialmente durante os meses da seca.

A criação de sistemas integrados de educação é evidentemente essencial para que haja uma mudança na cultura da queima hoje existente, mas a conduta não se modificará apenas com a atividade educacional. Considerando-se os enormes interesses econômicos imediatistas subjacentes, é importante a criação dos tipos penais correspondentes às condutas lesivas, tanto para aquele que usar indevidamente a queima, como para quem agir com desídia na análise da necessidade dessa queima ou for omissos no educar ou fiscalizar.

Importante, por outro lado, incentivar-se a ação anti-incêndio, prevendo-se a criação de brigadas ou grupos voluntários organizados pela comunidade que sejam treinados para agir prontamente em casos de incêndios florestais de quaisquer tipos e aos quais sejam asseguradas as garantias necessárias para que se prontifiquem a participar dessas verdadeiras cruzadas dos tempos modernos.

Apenas através da coordenação dos esforços educativos e da aplicação de medidas corretivas adequadas, haverá um aproveitamento racional da biodiversidade e do potencial genético de nossas florestas e matas – certamente recursos economicamente bem mais rentáveis a médio e longo prazos do que a sua transformação simplista em chamas e carvão.

Submeto, assim, à consideração dos nobres pares, o presente projeto de lei, com o objetivo de aprimorarmos o substrato normativo hoje existente para salvaguardarmos os recursos florestais e, sobretudo, genéticos de nosso País.

Sala das Sessões, 27 de março de 1996. –
Deputado Silas Brasileiro.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA – GERAL DA MESA:**

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Art. 15. É da competência exclusiva do Presidente da República a suspensão prevista no inciso IV do artigo anterior por prazo superior a 30 (trinta) dias.

§ 1º O Ministro de Estado do Interior, mediante proposta do Secretário do Meio Ambiente e/ou por provocação dos governos locais, poderá suspender as atividades referidas neste artigo por prazo não excedente a 30 (trinta) dias.

§ 2º Da decisão proferida com base no parágrafo anterior caberá recurso, com efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias, para o Presidente da República.

LEI Nº 7.804, DE 18 DE JULHO DE 1989

Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, a Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, a Lei nº 6.803, de 2 de julho de 1980, a Lei nº 6.902, de 21 de abril de 1981, e dá outras providências.

Publicado no Diário do Senado Federal de 7-11-2000

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OF. Nº 73/05 – CAS

Brasília, 16 de junho de 2005

Prezado Senhor:

Conforme solicitado anteriormente (via e-mail e telefone), reitero-lhe solicitação de devolução do Processado referente ao PLC nº 94, de 2000, distribuído ao Senador Júlio Eduardo (então Suplente da Sem. Marina Silva), para relatar a matéria, em 09-11-2000.

Esclareço-lhe que a presente iniciativa decorre do recebimento do Of. nº SF/295/2005, do Presidente do Senado Federal, em virtude da promulgação da Resolução nº 1, de 22 de fevereiro de 2005, bem como solicitação nº 81/2005, da SSCLSF – Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal.

Agradeço antecipadamente, e no aguardo de uma resposta.

Cordialmente, – **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretaria da Comissão de Assuntos Sociais.

Destinatário: <u>SEN. MORGANA MÔNDIAS</u> Assunto: <u>PLS- 836/000 PI</u> Assunto: <u>Relator</u>	RECEBI <u>Amorim</u> <u>MMT. 373</u> <u>07/11/00</u>
Destinatário: <u>SEN. MARIAZÉ PINTO</u> Assunto: <u>PLS- 150/000 PI</u> Assunto: <u>Recebido</u>	RECEBI <u>Wanessa</u> <u>2086</u> <u>08/11/00</u>
Destinatário: <u>SEN. MARIA DO CARMO Ribeiro</u> Assunto: <u>PLC- 81/000 PI Relator</u>	RECEBI <u>Amorim</u> <u>31423</u>
Destinatário: <u>SEN. MARIAZÉ PINTO</u> Assunto: <u>PLC- 84/000 PI Relator</u>	RECEBI <u>Wanessa</u> <u>2086</u> <u>09/11/00</u>
Destinatário: <u>SEN. Júlio EDUARDO</u> Assunto: <u>PLC- 94/000 PI Relator</u>	RECEBI <u>Assunção</u> <u>31420</u>

REQUERIMENTO Nº 745, DE 2005

(Requerimento nº 24 – CAS)

Requer, nos termos do art. 267 e parágrafos, do Regimento Interno do Senado Federal, a reconstituição do PLC nº 94, de 2000, por motivo de extravio, quando distribuído ao Senador Júlio Eduardo para relatar, em 9-11-2000.

[Assinatura de Gisele Ribeiro de Toledo Camargo]
[Assinatura de Amorim]
[Assinatura de Wanessa]
[Assinatura de Júlio Eduardo]
[Assinatura de Amorim]
[Assinatura de Wanessa]
[Assinatura de Júlio Eduardo]
[Assinatura de Gisele Ribeiro de Toledo Camargo]

OF. SF/Nº 1.428/2005

Brasília, 1º de julho de 2005.

Senhor Presidente,

Solicito a V. Ex^a a gentileza de remeter a esta Presidência, nos termos do § 1º do art. 267 do Regimento Interno do Senado Federal, cópia autenticada das peças do processo do Projeto de Lei nº 1.693, de 1996, a fim de ser reconstituído.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e apreço. – Senador **Renan Calheiros** Presidente do Senado Federal.

OF. SF/Nº 1.428/2005

Brasília, 1º de julho de 2005

Senhor Presidente,

Solicito a V. Ex^a a gentileza de remeter a esta Presidência, nos termos do § 1º do art. 267 do Regimento Interno do Senado Federal, cópia autenticada das peças do processo do Projeto de Lei nº 1.693, de 1996, a fim de ser reconstituído.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e apreço. – **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

SGM/P Nº 1.361/05

Brasília, 20 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Em atenção ao solicitado no Of. SF/nº 1.428/2005, de 1º de julho do corrente ano, encaminho, anexa, cópia autenticada das peças do processo do Projeto de Lei nº 1.693, de 1996, a fim de ser reconstituído nessa Casa.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.

– **Severino Cavalcanti**, Presidente.

ÓRGÃO : 33000 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
UNIDADE : 33203 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ANEXO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	N	R	M	D	I	U	F	T	E	VALOR
0088 INDENIZACOES E PENSOES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIAO															
09 274	0088 0536	OPERACOES ESPECIAIS													115.000.000
09 274	0088 0536 0001	PAGAMENTO DE BENEFICIOS DE LEGISLACAO ESPECIAL - PAGAMENTO DE BENEFICIOS DE LEGISLACAO ESPECIAL - NACIONAL	S	1	1	90	0	351							115.000.000 115.000.000 115.000.000
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO															
09 272	0089 0181	OPERACOES ESPECIAIS													130.175.373
09 272	0089 0181 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL	S	1	1	90	0	356							36.000.000 94.175.373
0750 APOIO ADMINISTRATIVO															
09 122	0750 2000	ATIVIDADES													81.675.824
09 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	S	1	1	90	0	351							81.675.824 81.675.824 81.675.824
TOTAL - FISCAL															
TOTAL - SEGURIDADE															
TOTAL - GERAL															

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI Nº 27, DE 2005-CN

Mensagem nº 84, De 2005-CN

(Nº 505/2005, na origem)

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, da Saúde e dos Transportes, crédito global de R\$426.851.197,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor dos Ministérios da Previdência Social, da Saúde e dos Transportes, crédito suplementar no valor global de R\$426.851.197,00 (quatrocentos e vinte e seis milhões, oitocentos e cinqüenta e um mil, cento e noventa e sete reais), para atender às programações constantes do Anexo desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO : 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39101 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

ANEXO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR						
									ES	GN	RD	MOD	UTE	FTE	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO															50.000.000
09 272	0089 0181	OPERACOES ESPECIAIS													50.000.000
09 272	0089 0181 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL													50.000.000
			S	1	1	90	0	369						50.000.000	
TOTAL - FISCAL															0
TOTAL - SEGURIDADE															50.000.000
TOTAL - GERAL															50.000.000
ÓRGÃO : 36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE															
															CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR						
									ES	GN	RD	MOD	UTE	FTE	VALOR
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO															50.000.000
09 272	0089 0181	OPERACOES ESPECIAIS													50.000.000
09 272	0089 0181 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL													50.000.000
			S	1	1	90	0	369							50.000.000
TOTAL - FISCAL															0
TOTAL - SEGURIDADE															50.000.000
TOTAL - GERAL															50.000.000

MENSAGEM N° 505

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, da Saúde e dos Transportes, crédito suplementar no valor global de R\$426.851.197,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 29 de julho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM N° 148/2005-MP

Brasília, 28 de julho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), no valor global de R\$426.851.197,00 (quatrocentos e vinte e seis milhões, oitocentos e cinqüenta e um mil, cento e noventa e sete reais), em favor dos Ministérios da Previdência Social, da Saúde e dos Transportes.

2. O crédito proposto tem por objetivo o reforço de dotações orçamentárias destinadas ao atendimen-

to de despesas com pessoal e encargos sociais até o final do corrente exercício, conforme demonstrado a seguir:

ÓRGÃO	VALOR
Ministério da Previdência Social	326.851.197
Ministério da Saúde	50.000.000
Ministério dos Transportes	50.000.000
TOTAL	426.851.197

3. Os recursos necessários ao atendimento da proposição são oriundos de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

4. Esclareço, a propósito do que determina o **caput** do art. 4º da Lei nº 11.100, de 2005, que as alterações na programação orçamentária resultantes da abertura desse crédito não afetam a meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que as despesas em questão foram consideradas no cálculo do referido resultado, constante do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 3º bimestre de 2005, previsto no § 6º do art. 72 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2005), encaminhado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 467, de 22 de julho de 2005, conforme a seguir demonstrado:

GRUPO NATUREZA DE DESPESA (1)	DOTAÇÃO ATUAL (2)	PREVISÃO (3)	MARGEM PARA CRÉDITO (c) = (b) - (a)	R\$ Milhões
				MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DO CRÉDITO (d)
PESSOAL	92.366,2	93.130,5	764,3	426,9

(1) Compatível com o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 3º bimestre de 2005, previsto no § 6º do art. 72 da LDO-2005.

(2) Considera a dotação no momento do encaminhamento.

(3) Valores referentes à projeção da despesa orçamentária, por competência.

5. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, – **João Bernardo de Azevedo Bringel.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 11.100, DE 26 DE JANEIRO DE 2006

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005.

Art. 4º Fica autorizada à abertura de créditos suplementares, observado o disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, no § 11 do art. 65 e no art. 66 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2005, respeitados os limites e condições estabelecidos neste artigo, para suplementação de dotações consignadas:

I – a cada subtítulo, até o limite de doze por cento do respectivo valor, constante desta lei, mediante a utilização de recursos provenientes de:

a) anulação parcial de datações, limitada a dez por cento do valor do subtítulo objeto da anulação, constante desta lei;

b) reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no art. 5º III, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

c) excesso de arrecadação de receitas próprias, desde que para alocação nos mesmos subtítulos em que os recursos dessas fontes foram originalmente programados, observado o limite de quarenta por cento da dotação inicial e o disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal;

d) até dez por cento do excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional;

II – aos grupos de natureza de despesa de “3 – Outras Despesas Correntes”, “4 – Investimentos” e “5 – Inversões Financeiras”, mediante utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a esses grupos, no âmbito do mesmo sub-

título, sendo a suplementação limitada a vinte e cinco por cento;

III – para o atendimento de despesas decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, inclusive daquelas consideradas de pequeno valor nos termos da legislação vigente e relativas a débitos periódicos vincendos, mediante a utilização de recursos provenientes de:

a) reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculadas, observado o disposto no art. 5º, III, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

b) anulação de dotações consignadas a grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo;

c) anulação de dotações consignadas a essa finalidade, na mesma ou em outra unidade orçamentária;

d) até dez por cento do excesso de arrecadação de receitas próprias e do Tesouro Nacional; e

e) superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício de 2004;

IV – para o atendimento de despesas com juros e encargos da dívida, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a essa finalidade ou à amortização da dívida, na mesma ou em outra unidade orçamentária, obedecidas às vinculações previstas na legislação vigente;

V – para o atendimento de despesas com a amortização da dívida pública federal, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) da anulação de dotações consignadas a essa finalidade ou ao pagamento de juros e encargos da dívida, na mesma ou em outra unidade orçamentária;

b) do excesso de arrecadação decorrente dos pagamentos de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores;

c) do superávit financeiro da União, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2004, nos termos do art. 43, §§ 1º I, e 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1984; e

d) do resultado positivo do Banco Central do Brasil, observado o disposto no art. 7º da Lei de Responsabilidade Fiscal;

VI – para o atendimento das despesas com pessoal e encargos sociais, inclusive as decorrentes da revisão de remuneração prevista no art. 87 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas a esse grupo de natureza de despesa no âmbito de cada Poder e do Ministério Público da União; e

VII – a subtítulos aos quais foram alocadas receitas de operações de crédito previstas nesta lei, me-

diante a utilização de recursos decorrentes de variação monetária ou cambial relativas a essas operações;

VIII – para o atendimento das mesmas ações em execução no ano de 2004, no caso da empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes dos Orçamentos Fiscal da Seguridade Social, até a limite dos saldos orçamentários dos respectivos subtítulos aprovados no exercício de 2004, mediante a utilização de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2004, nos termos do art. 43. §§ 1º, I, e 2º, da Lei nº 4.320 de 1964;

IX – a subtítulos aos quais possam ser alocados recursos oriundos de doações e convênios, observada a destinação prevista no instrumento respectivo;

X – ao atendimento do refinanciamento, juros e outros encargos da dívida pública federal, mediante a utilização de recursos decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, até o limite de vinte por cento do montante do refinanciamento da dívida pública federal estabelecido no art. 3º, III, desta lei;

XI – para o atendimento de transferências de que trata o art. 159 da Constituição, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 42, de 2003, e 44, de 2004, bem como daquelas devidas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios decorrentes de vinculações legais, mediante a utilização do superávit financeiro correspondente apurado no balanço patrimonial da União do exercício de 2004, nos termos do art. 43, §§ 1º, I e 2º, da Lei nº 4.320, de 1964;

XII – para o atendimento de despesas com equalização de preços nas ações destinadas a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, Formação e Administração de Estoques Reguladores e Estratégicos de produtos agropecuários, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações consignadas a essas despesas no âmbito do órgão “Operações Oficiais de Crédito”; e

XIII – para o atendimento de despesas das ações 6334 – Preparação para Implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e 0304 – Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, mediante a utilização de recursos provenientes de:

a) anulação parcial ou total das dotações alocadas a essas ações; e

b) superávit financeiro, apurado em balanço patrimonial de 2004, e excesso de arrecadação de receitas vinculadas, nos termos do art. 43, §§ 1º, I, e II, 2º, 3º e 4º, da Lei nº 4.320, de 1964;

XIV – para atendimento de despesas da ação 413 – Manutenção e Operação dos Partidos Políticos no âmbito da unidade orçamentária Fundo Partidário, mediante a utilização de recursos provenientes do:

a) superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2004; e

b) excesso de arrecadação de receitas próprias, nos termos do art. 43, §§ 1º, II, e §§ 3º e 4º da Lei nº 4.320, de 1964;

XV – ao atendimento das despesas de pessoal das unidades orçamentárias do Poder Judiciário Federal, em razão do aumento dos subsídios da magistratura da União, observados os limites estabelecidos no item 2, alínea b, da seção III do Anexo V desta lei, mediante anulação da dotação consignada à programação 04.846.1054.2E07.0002 – Aumento dos Subsídios da Magistratura da União.

§ 1º Os limites referidos no inciso I, e respectiva alínea a deste artigo, poderão ser ampliados para:

I – quarenta por cento, quando o remanejamento ocorrer no âmbito das ações vinculadas ao programa de gestão de recursos hídricos, denominado de Proágua Semi-Árido, pertencentes ao programa orçamentário 1.047 – Desenvolvimento Integrado e Sustentável do semi-árido – Conviver; e

II – trinta por cento, quando o remanejamento ocorrer entre subtítulos identificados nesta lei com o identificador de resultado primário “3”, previsto no inciso IV do § 4º do art. 7º da Lei nº 10.934, de 2004, alterado pela Lei nº 11.086, de 31 de dezembro de 2004.

§ 2º A autorização de que trata este artigo fica condicionada à publicação, até o dia 15 de dezembro de 2005, do decreto de abertura do crédito suplementar.

LEI N° 4.320, DE 17 DE MARCO DE 1984

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO 5-5-1964).

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

(Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no DO 5-5-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado nº DO 5-5-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no **DO 5-5-1964**)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO 5-5-1964**)

LEI N° 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.

Art. 72. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo apurará o montante da limitação e informará a cada um dos órgãos referidos no art. 20 daquela Lei Complementar o montante que lhe caberá limitar, segundo o disposto neste artigo.

§ 1º O montante da limitação a ser procedida por cada órgão referido na **caput** será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável total.

§ 2º A base contingenciável corresponde ao total das dotações classificadas como despesas primárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2005, excluídas:

I – as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União integrantes do Anexo V desta lei;

II – as demais despesas ressalvadas da limitação de empenho, conforme o art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, integrantes do Anexo V desta Lei;

III – as dotações referentes às atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União constantes da proposta orçamentária.

§ 3º As exclusões de que tratam os incisos II e III do § 2º aplicam-se apenas no caso em que a estimativa atualizada da receita, demonstrada no relatório de que trata o § 6º, seja igual ou superior àquela estimada na proposta orçamentária.

§ 4º Na hipótese da ocorrência do disposto no **caput**, o Poder Executivo informará aos demais Poderes e ao Ministério Público da União, até o vigésimo terceiro dia do mês subsequente ao final do bimestre, especificando os parâmetros adotados e as estimativas de receitas e despesas, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 5º Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União, com base na informação de

que trata o § 1º, publicarão ato no prazo de 7 (sete) dias do recebimento das informações, estabelecendo os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira.

§ 6º O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no mesmo prazo previsto no § 4º, relatório que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, contendo:

I – a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas, e demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos;

II – a revisão das projeções das variáveis de que trata o Anexo de Metas Fiscais desta Lei;

III – a justificação das alterações de despesas obrigatórias, explicitando as providências que serão adotadas quanto à alteração da respectiva dotação orçamentária;

IV – os cálculos da frustração das receitas não-financeiras, que terão por base demonstrativos atualizados de que trata o item VII do Anexo III desta Lei, e demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista; e

V – a estimativa atualizada do superávit primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos para as empresas que responderem pela variação.

§ 7º Sendo estimado aumento das despesas primárias obrigatórias, o Poder Executivo abrirá crédito suplementar, na forma prevista no texto da lei orçamentária, ou encaminhará projeto de crédito adicional:

I – até 31 de julho, no caso das reestimativas de aumento realizadas no primeiro semestre;

II – até 15 de outubro ou 15 de dezembro, conforme se trate de abertura de créditos mediante projeto de lei ou por decreto, respectivamente, no caso das reestimativas realizadas no segundo semestre.

§ 8º Aplica-se o disposto no § 6º a quaisquer limitações de empenho no âmbito do Poder Executivo, inclusive por ocasião da elaboração da programação anual de que trata o art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000, com exceção do prazo que será de até 20 (vinte) dias da publicação do ato que efetivar a referida limitação.

§ 9º O decreto de limitação de empenho e movimentação financeira, editado na hipótese prevista no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, conterá as informações relacionadas no art. 71, § 1º, desta lei.

§ 10. O Poder Executivo prestará as informações adicionais para apreciação do relatório de que trata o § 6º no prazo de cinco dias úteis do recebimento do

requerimento formulado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição.

PROJETO DE LEI N° 28, DE 2005-CN

Mensagem nº 85, de 2005-CN
(Nº 506/2005, na origem)

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$7.132.321.192,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$7.132.321.192,00 (sete bilhões, cento e trinta e dois milhões, trezentos e vinte e um mil, cento e

noventa e dois reais), para atender às programações constantes do Anexo desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004, no valor de R\$6.736.843.920,00 (seis bilhões, setecentos e trinta e seis milhões, oitocentos e quarenta e três mil, novecentos e vinte reais); e

II – excesso de arrecadação no valor de R\$395.477.272,00 (trezentos e noventa e cinco milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, duzentos e setenta e dois reais), sendo:

a) R\$79.095.448,00 (setenta e nove milhões, noventa e cinco mil, quatrocentos e quarenta e oito reais) de Recursos Ordinários;

b) R\$316.381.824,00 (trezentos e dezesseis milhões, trezentos e oitenta e um mil, oitocentos e vinte e quatro reais) das Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO : 33000 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
UNIDADE : 33904 - FUNDO DO RÉGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

ANEXO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	N	R	P	M	I	U	F	T	E	VALOR
0083 PREVIDENCIA SOCIAL BASICA															5.909.457.920
		OPERACOES ESPECIAIS													
09 271	0083 0010	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS - AREA RURAL	S	3	1	90	0	300							933.771.040
09 271	0083 0010 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS - AREA RURAL - NACIONAL													933.771.040
09 271	0083 001Q	PAGAMENTO DE PENSOES - AREA RURAL	S	3	1	90	0	300							311.104.540
09 271	0083 001Q 0001	PAGAMENTO DE PENSOES - AREA RURAL - NACIONAL													311.104.540
09 271	0083 001R	PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE - AREA RURAL	S	3	1	90	0	300							335.808.010
09 271	0083 001R 0001	PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE - AREA RURAL - NACIONAL													335.808.010
09 271	0083 0117	PAGAMENTO DE SALARIO-FAMILIA	S	3	1	90	0	300							17.583.280
09 271	0083 0117 0001	PAGAMENTO DE SALARIO-FAMILIA - NACIONAL													17.583.280
09 271	0083 0133	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS ESPECIAIS	S	3	1	90	0	300							341.844.410
09 271	0083 0133 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS ESPECIAIS - NACIONAL													341.844.410
09 271	0083 0134	PAGAMENTO DE PENSOES - AREA URBANA	S	3	1	90	0	300							2.391.550.190
09 271	0083 0134 0001	PAGAMENTO DE PENSOES - AREA URBANA - NACIONAL													2.391.550.190
09 271	0083 0136	PAGAMENTO DE AUXILIO DOENCA PREVIDENCIARIO, AUXILIO DOENCA ACIDENTARIO E AUXILIO RECLUSAO - AREA RURAL	S	3	1	90	0	300							1.502.127.053
09 271	0083 0136 0001	PAGAMENTO DE AUXILIO DOENCA PREVIDENCIARIO, AUXILIO DOENCA ACIDENTARIO E AUXILIO RECLUSAO - AREA URBANA - NACIONAL													244.059.142
09 271	0083 0141	PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE - AREA URBANA	S	3	1	90	0	300							237.860.995
09 271	0083 0141 0001	PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE - AREA URBANA - NACIONAL													407.443.000
TOTAL - FISCAL															0
TOTAL - SEGURIDADE															5.909.457.920
TOTAL - GERAL															5.909.457.920

ÓRGÃO : 38000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
UNIDADE : 38101 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

ANEXO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR					
									SS	ND	P	OD	UE	TE
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS											395.477.272			
28 846	0909 0643	OPERAÇÕES ESPECIAIS												
28 846	0909 0643 0001	COMPLEMENTO DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS RECURSOS DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS (LEI COMPLEMENTAR N° 116, DE 2001) COMPLEMENTO DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS RECURSOS DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS (LEI COMPLEMENTAR N° 116, DE 2001) - NACIONAL									395.477.272			
		TOTAL - FISCAL	S	3	1	90	0	100			79.095.448			
			S	3	1	90	0	184			316.381.824			
		TOTAL - SEGURIDADE									395.477.272			
		TOTAL - GERAL									395.477.272			

ÓRGÃO : 55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
UNIDADE : 55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR					
									SS	ND	P	OD	UE	TE
0065 PROTEÇÃO SOCIAL A PESSOA COM DEFICIÊNCIA											305.004.000			
		OPERAÇÕES ESPECIAIS												
08 242	0065 0575	PAGAMENTO DE BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA - LOAS										305.004.000		
08 242	0065 0575 0001	PAGAMENTO DE BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA - LOAS - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 84405										305.004.000		
		TOTAL - PROTEÇÃO SOCIAL AO IDOSO	S	3	1	90	0	300				305.004.000		
		TOTAL - FISCAL										305.004.000		
		TOTAL - SEGURIDADE										305.004.000		
		TOTAL - GERAL										305.004.000		
		OPERAÇÕES ESPECIAIS												
08 241	1282 0573	PAGAMENTO DE BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA A PESSOA IDOSA - LOAS										522.382.000		
08 241	1282 0573 0001	PAGAMENTO DE BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA A PESSOA IDOSA - LOAS - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 229641										522.382.000		
		TOTAL - PROTEÇÃO SOCIAL AO IDOSO	S	3	1	90	0	300				522.382.000		
		TOTAL - FISCAL										522.382.000		
		TOTAL - SEGURIDADE										522.382.000		
		TOTAL - GERAL										522.382.000		

MENSAGEM Nº 506

EM N° 149/2005/MP

Brasília, 28 de julho de 20005

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 7.132.321.192,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Brasília, 29 de julho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), no valor global de R\$7.132.321.192,00 (sete bilhões, cento e trinta e dois milhões, trezentos e vinte e um mil, cento e noventa e dois reais), em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

2. A solicitação visa a adequar o orçamento vigente daqueles Órgãos às suas reais necessidades de execução, de acordo com a seguinte demonstração:

Discriminação	Suplementação	R\$ 1,00 Origem dos Recursos
Ministério da Previdência Social	5.909.457.920	
Ministério do Trabalho e Emprego	395.477.272	
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	827.386.000	
Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial da União		6.736.843.920
Excesso de Arrecadação		395.477.272
Total	7.132.321.192	7.132.321.192

3. A suplementação proposta para o Ministério da Previdência Social objetiva garantir o pagamento de despesas com benefícios previdenciários, em razão do aumento do valor médio dos benefícios ter sido superior ao previsto na elaboração da Lei Orçamentária, principalmente em decorrência do reajuste do salário-mínimo, a partir de maio de 2005.

4. No que concerne ao Ministério do Trabalho e Emprego, os recursos alocados decorrem da necessidade de cumprimento da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que criou Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa, a serem empregadas na liquidação dos compromissos referentes ao complemento da atualização monetária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

5. Os recursos destinados ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome destinam-se ao pagamento dos benefícios de prestação continuada a idosos e a pessoas portadoras de deficiência, de acordo com o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social, tendo em vista o aumento de beneficiários e o novo valor do salário-mínimo, acima do previsto na Lei Orçamentária.

6. O presente crédito será viabilizado mediante projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, com recursos provenientes de **superávit** financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004, de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários e de Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa, estando em conformidade

com o art. 43, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

7. Em atendimento ao disposto no § 9º do art. 65 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2005 (LDO – 2005), demonstra-se, no quadro em anexo, o excesso de arrecadação das receitas envolvidas neste crédito.

8. Esclareço, a propósito do que estabelece o art. 65, § 11, da LDO-2005, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R\$395.477.272,00 (trezentos e noventa e cinco milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, duzentos e setenta e dois reais) referem-se à suplementação de despesas primárias obrigatórias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias;

b) R\$6.736.843.920,00 (seis bilhões, setecentos e trinta e seis milhões, oitocentos e quarenta e três mil, novecentos e vinte reais) referem-se à suplementação de despesas primárias obrigatórias à conta de receitas financeiras;

c) tratam-se de despesas consideradas no cálculo do referido resultado, constante do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 3º Bimestre de 2005, previsto no § 6º do art. 72 da LDO-2005, encaminhado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 467, de 22 de julho de 2005, conforme tabela a seguir:

ITENS (1)	DOTAÇÃO ATUAL (2)	PREVISÃO (3)	MARGEM PARA CRÉDITO (c) = (b) - (a)	R\$ Milhões MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DO CRÉDITO (d)
Benefícios da Previdência	141.051,7	148.005,9	6.954,2	5.909,5
LOAS	6.692,2	7.583,4	891,2	827,4
FGTS	2.162,3	2.557,8	395,5	395,5

(1) Compatível com o detalhamento do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 3º bimestre de 2005.

9. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa à

abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
 (Art. 65, § 9º, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004)

ÓRGÃO / FONTE / NATUREZA	2005		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO	R\$ 1,00
	LEI	REESTIMADO		
38000 – Ministério do Trabalho e Emprego				
Fonte 184				
12104700 Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	1.729.839.200	822.436.800	2.046.221.024	316.381.824
12104800 Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador	907.402.400		968.483.996	61.081.596
19125300 Multas e Juros de Mora da Contribuição Relativa à Despedida de Emprego sem Justa Causa		0	21.992.775	21.992.775
19125400 Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador		0	2.838.657	2.838.657
Total	1.729.839.200		2.046.221.024	316.381.824

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
 (Art. 65, § 9º, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004)

NATUREZA	2005		EXCESSO / FRUSTRAÇÃO	R\$ 1,00
	LEI (A)	REESTIMADO (B)		
11100000 Impostos	71.085.038.693	72.373.888.200	1.288.849.507	
11200000 Taxas	96.234.190	44.122.317	-52.111.873	
12100000 Contribuições Sociais	32.112.893.606	31.783.796.290	-329.097.316	
12200000 Contribuições Econômicas	2.364.329.396	2.216.322.902	-148.006.494	
13100000 Receitas Imobiliárias	146.628.070	222.003.626	75.375.556	
13900000 Outras Receitas Patrimoniais	28.070.993	30.135.188	2.064.195	
17200000 Transferências Intergovernamentais	313.956	12.954	-301.002	
17300000 Transferências de Instituições Privadas	904.491	5.777	-898.714	
17400000 Transferências do Exterior	17.973	134.775	116.802	
17500000 Transferências de Pessoas	182.889	0	-182.889	
19100000 Multas e Juros de Mora	1.429.517.556	1.056.384.562	-373.132.994	
19200000 Indenizações e Restituições	265.118.190	535.290.443	270.172.253	
19300000 Receita da Dívida Ativa	220.984.888	239.893.807	18.908.919	
19900000 Receitas Diversas	678.117.045	689.289.879	11.172.834	
22100000 Alienação de Bens Móveis	577.816	707.249	129.433	
22200000 Alienação de Bens Imóveis	270.000.000	0	-270.000.000	
25900000 Outras Receitas	2.169.652	4.997.416	2.827.764	
Subtotal (D)	108.701.099.404	109.196.985.385	495.885.981	
Modificações orçamentárias efetivadas (E)	-4.873.130.352		4.873.130.352	
Posição Atualizada F = (D+E)	103.827.969.052	109.196.985.385	5.369.016.333 (*)	

Créditos publicados à conta da utilização do Excesso de Arrecadação (G)	568.909.226
Abertura de Créditos Extraordinários	111.298.749
Abertura de Créditos Suplementares e Especiais	457.610.477

Excesso de arrecadação disponível H = (F-G) 4.800.107.107

(*) Excesso de arrecadação compatível com o disposto no § 4º do art. 64 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (LDO de 2005), acrescentado pela Lei nº 11.086, de 31 de dezembro de 2004.

LEGISLAÇÃO CITADA**LEI Nº 11.100, DE 25 DE JANEIRO DE 2005****Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005.****LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964****Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.**

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 3º Entende-se por acesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004**Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.**

Art. 64. As fontes de financiamento do orçamento de investimento, as fontes de recursos, as modalidades de aplicação e os identificadores de uso e de resultado primário, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de execução, se autorizados por meio de:

I – portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as fontes de financiamento do orçamento de investimento;

II – portaria do dirigente máximo de cada órgão a que estiver subordinada ou vinculada a unidade orçamentária, para as modalidades de aplicação, condicionada a existência de prévia solicitação do Presidente da Comissão Mista Permanente de que trata o art. 166, § 1º da Constituição, e à verificação de inviabilidade técnica; operacional ou econômica da execução do crédito na modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais; e

III – portaria do Secretário de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as fontes de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e para os identificadores de uso e de resultado primário.

§ 1º As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, observada a vedação constante do art. 38 desta Lei.

§ 2º Não se aplica a exigência estabelecida no inciso II para definição da modalidade de aplicação 99 e para redução da modalidade 90, que serão realizadas diretamente no Siafi pela unidade orçamentária.

§ 3º A exigência de prévia solicitação de que trata o inciso II deste artigo aplica-se apenas às modalidades de aplicação 30, 40 e 50 relativas a dotações que tenham sido incluídas ou acrescidas pelo congresso Nacional, mediante emendas individuais e coletivas, de bancada ou de comissão.

§ 4º Considera-se como excesso de arrecadação, para fins do art. 43, § 3º, da Lei nº 4.320, de 1964, os recursos disponibilizados em razão das modificações efetivadas por força dos incisos I e III deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.086, de 2004)

Art. 65. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da lei orçamentária anual e encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, preferencialmente, na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro.

§ 1º Observado o disposto no **caput**, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2005.

§ 2º Os créditos a que se refere o **caput** serão encaminhados, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária de 2005, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, exceto quando se destinarem:

I – às despesas com pessoal e encargos sociais, os quais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade;

II – ao serviço da dívida; ou

III – ao atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º A exigência de projeto de lei específico, a que se refere o inciso I do § 2º, não se aplica quando do atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, de que trata o inciso III do mesmo parágrafo.

§ 4º O disposto no **caput** não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 5º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou subtítulo existentes.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea a, desta lei.

§ 10. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a

contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 11. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

.....

Art. 72. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo apurará o montante da limitação e informará a cada um dos órgãos referidos no art. 20 daquela Lei Complementar o montante que lhe caberá limitar, segundo o disposto neste artigo.

§ 1º O montante da limitação a ser procedida por cada órgão referido no **caput** será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável total.

§ 2º A base contingenciável corresponde ao total das dotações classificadas como despesas primárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2005, excluídas:

I – as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União integrantes do Anexo V desta Lei;

II – as demais despesas ressalvadas da limitação de empenho, conforme o art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, integrantes do Anexo V desta lei;

III – as dotações referentes às atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União constantes da proposta orçamentária.

§ 3º As exclusões de que tratam os incisos II e III do § 2º aplicam-se apenas no caso em que a estimativa atualizada da receita, demonstrada no relatório de que trata o § 6º, seja igual ou superior àquela estimada na proposta orçamentária.

§ 4º Na hipótese da ocorrência do disposto no **caput**, o Poder Executivo informará aos demais Poderes e ao Ministério Público da União, até o vigésimo terceiro dia do mês subsequente ao final do bimestre, especificando os parâmetros adotados e as estimativas de receitas e despesas, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 5º Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União, com base na informação de que trata o § 10, publicarão ato no prazo de 7 (sete) dias do recebimento das informações, estabelecendo os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira.

§ 6º O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no mesmo prazo previsto no § 4º, relatório que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, contendo:

I – a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas, e demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos;

II – a revisão das projeções das variáveis de que trata o Anexo de Metas Fiscais desta lei;

III – a justificação das alterações de despesas obrigatórias, explicitando as providências que serão adotadas quanto à alteração da respectiva dotação orçamentária;

IV – os cálculos da frustração das receitas não-financeiras, que terão por base demonstrativos atualizados de que trata o item VII do Anexo III desta lei, e demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista; e

V – a estimativa atualizada do superávit primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos para as empresas que responderem pela variação.

§ 7º Sendo estimado aumento das despesas primárias obrigatórias, o Poder Executivo abrirá crédito suplementar, na forma prevista no texto da lei orçamentária, ou encaminhará projeto de crédito adicional:

I – até 31 de julho, no caso das reestimativas de aumento realizadas no primeiro semestre;

II – até 15 de outubro ou 15 de dezembro, conforme se trate de abertura de créditos mediante projeto de lei ou por decreto, respectivamente, no caso das reestimativas realizadas no segundo semestre.

§ 8º Aplica-se o disposto no § 6º a quaisquer limitações de empenho no âmbito do Poder Executivo, inclusive por ocasião da elaboração da programação anual de que trata o art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000, com exceção do prazo que será de até 20 (vinte) dias da publicação do ato que efetivar a referida limitação.

§ 9º O decreto de limitação de empenho e movimentação financeira, editado na hipótese prevista no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, conterá as informações relacionadas no art. 71, § 1º, desta lei.

§ 10. O Poder Executivo prestará as informações adicionais para apreciação do relatório de que trata o § 6º no prazo de cinco dias úteis do recebimento do requerimento formulado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição.

LEI Nº 11.086, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2004.

Altera o inciso IV do § 4º do art. 7º, inclui os §§ 2º-A e 5º-A ao art. 19, altera o inciso III do § 1º do art. 29, acrescenta o § 4º ao art. 64 e o art. 100-A à Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 110,
DE 29 DE JUNHO DE 2001

Institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências.

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

§ 1º Para os efeitos do disposto no caput, entende-se por família a unidade mononuclear, vivendo sob o mesmo teto, cuja economia é manutida pela contribuição de seus integrantes.

§ 1º Para os efeitos do disposto no caput, entende-se como família o conjunto de pessoas elencadas no art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, desde que vivam sob o mesmo teto. (Redação dada pela Lei nº 9.720, de 30.11.1998)

§ 2º Para efeito de concessão deste benefício, a pessoa portadora de deficiência é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho.

§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

§ 4º O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo o da assistência médica.

§ 5º A situação de internado não prejudica o direito do idoso ou do portador de deficiência ao benefício.

§ 6º A deficiência será comprovada através de avaliação e laudo expedido por serviço que conte com equipe multiprofissional do Sistema Único de Saúde (SUS) ou do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), credenciados para esse fim pelo Conselho Municipal de Assistência Social. § 7º Na hipótese de não existirem serviços credenciados no Município de residência do beneficiário, fica assegurado o seu encaminhamento ao Município mais próximo que contar com tal estrutura.

§ 8º A concessão do benefício ficará sujeita a exame médico pericial e laudo realizados pelos serviços de perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. (Redação dada pela Lei nº 9.720, de 30.11.1998)

§ 9º Na hipótese de não existirem serviços no município de residência do beneficiário, fica assegurado, na forma prevista em regulamento, o seu encaminhamento ao município mais próximo que contar com tal estrutura. (Redação dada pela Lei nº 9.720, de 30.11.1998)

§ 8º A renda familiar mensal a que se refere o § 3º deverá ser declarada pelo requerente ou seu representante legal, sujeitando-se aos demais procedimentos previstos no regulamento para o deferimento do pedido. (Redação dada pela Lei nº 9.720, de 30.11.1998)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Os projetos lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001 – CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação dos projetos:

Até 7-8 Publicação e distribuição de avulsos;
Até 15-8 Prazo final para apresentação de emendas;
Até 20-8 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;
Até 30-8 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 170/Plen

Brasília, 1º de agosto de 2005

Senhor Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar, como suplente, o Deputado Luiz Couto – PT/PB, para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

Atenciosamente, – Deputado **Odair Cunha**, Vice-Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Presidência designa o Sr. Deputado Luiz Couto como suplente para compor a referida Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. PSDB Nº 760/2005

Brasília, 2 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, como membro suplente, o Deputado Silvio Torres em substituição ao

Deputado Alberto Goldman, para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Respeitosamente, – Deputado **Alberto Goldman**, Líder do PSDB.

OF/GAB/I/Nº 972

Brasília, 27 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Deputada Rose de Freitas passa a integrar, na qualidade de suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em minha substituição, uma vez que as atribuições inerentes ao cargo de Líder do PMDB, que assumi recentemente, me impedem de atuar plenamente nessa Comissão.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Wilson Santiago**, Líder do PMDB, em exercício.

Of. nº 767/05-LPL

Brasília, 2 de agosto de 2005

Senhor Presidente:

Tenho a honra de indicar a V. Ex^a, para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI, destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, como suplente, o Deputado Humberto Michiles (PL/AM) em substituição ao Deputado Sandro Mabel (PL/GO).

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Paulo Marinho**, Vice-Líder do Partido Liberal/PL.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge. S. Ex^a tem a palavra por até 12 minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Tem a palavra V.Ex^a pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, V.Ex^a poderia nos inscrever para uma comunicação inadiável no momento em que considerar oportuno? Se for oportuno imediatamente após o grande Líder José Jorge, estamos à disposição de V.Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – V.Ex^a está inscrito para falar em primeiro lugar, antes da Ordem do Dia, na prorrogação da Hora do Expediente. Em segundo lugar, está inscrito o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Com a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a Assessoria de Orçamento do PFL fez um levantamento no Siafi – Sistema de Acompanhamento Orçamentário do Governo Federal – sobre a liberação das emendas parlamentares no ano de 2005. O resultado do levantamento comprova que a alegação recente do Presidente Lula de que apóia as CPIs não passa de mais uma tentativa de iludir a opinião pública.

Sr. Presidente, todos sabemos que, para instalarmos essas CPIs, nós, da Oposição, tivemos um grande trabalho e muitas dificuldades. Em primeiro lugar, a CPI dos Bingos foi boicotada, e nós tivemos que ganhar uma ação no Supremo. Para a CPI do Mensalão e a CPI dos Correios, nós conseguimos, a duras penas, as assinaturas. Posteriormente, o Governo fez tudo para retirá-la. Nós nos lembramos daquele dia em que muitos Senadores e Deputados tiveram que ficar aqui até à meia-noite para verificar como conseguiríamos manter aquelas assinaturas. E sempre se dizia que a CPI não era necessária. Hoje, vemos que a CPI era mais do que necessária, ela era imprescindível. Ontem, vimos já a renúncia do primeiro Deputado. Muitos Ministros do chamado “núcleo duro”, os principais Ministros do Governo, já renunciaram. Para hoje, às 15 horas, está previsto o depoimento do Deputado José Dirceu na Comissão de Ética da Câmara e, pelo que se diz na Casa, a renúncia do ex-Presidente João Paulo, que está envolvido também com a questão do mensalão. Portanto, na verdade, o Governo nunca quis a CPI porque sabia que, se houvesse a CPI, muita gente seria pega com a mão na botija.

É que os dados levantados pelo PFL confirmam a suspeita de que o Governo beneficiaria os Deputados e Senadores que não assinaram a CPI que apura as

denúncias contra a corrupção nos Correios e o pagamento do mensalão.

A confirmação pelas CPIs das denúncias do Deputado Roberto Jefferson – até agora, diga-se de passagem, tudo aquilo que S. Ex^a disse está se confirmado, Presidente – explicam o pavor que o Governo Federal tinha de uma CPI que fosse, como disse o Ministro José Dirceu, à época, “minimamente competente”. Por isto o Governo usou de todos os meios para constranger os Parlamentares.

Agora sabemos como o Governo agiu para pressionar os Parlamentares de sua base de apoio. Liberou as emendas dos que se recusaram a assinar as CPIs num ritmo bem mais acelerado do que aquelas dos que não se submeteram aos interesses do Palácio do Planalto.

Segundo o jornal **Valor Econômico**:

...os 258 Parlamentares que não assinaram ou retiraram as suas assinaturas da lista de criação da CPI tiveram quatro vezes mais empenhos emitidos do que os 249 Parlamentares que defenderam essa frente de investigação.

Portanto, o que havia era o seguinte: dois grupos, o grupo dos que assinaram e o grupo dos que não assinaram. Os grupos são mais ou menos do mesmo tamanho, ou seja, algo em torno de 250 Parlamentares. Os que não assinaram tiveram quatro vezes mais empenhos do que os que assinaram.

Ainda segundo a pesquisa, os próprios Deputados e Senadores do PT foram tratados de forma diferenciada na liberação das suas emendas, de acordo com a postura de cada grupo diante da criação da CPI. Os petistas que atenderam aos apelos do Governo para não assinar a lista instaurando a Comissão tiveram empenhos emitidos, em média, de R\$62 mil, em junho. Aqueles que contrariaram o partido e defenderam a CPI, assinando a lista, tiveram praticamente metade, cerca de R\$34 mil, em junho.

Esses recursos negados aos opositores dos interesses menores do Presidente da República não são para o benefício parlamentar, mas destinam-se às comunidades atendidas pelos projetos e obras que constavam ou constam do orçamento aprovado pelo Congresso Nacional. Portanto, não são emendas que vão para o bolso do Parlamentar. Vão para a população brasileira e, portanto, não havia por que discriminá-los. As emendas deviam ser liberadas igualmente, de acordo com as suas finalidades e prioridades.

Essa prática de privilegiar Parlamentares aliados não só contraria a ética pública, mas principalmente é ilegal, pois viola o art. 75 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2005, que diz textualmente:

A execução da lei orçamentária e seus créditos adicionais obedecerá ao princípio constitucional da impensoalidade na administração pública, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação no Congresso.

Isso está explícito na lei de diretrizes orçamentárias aprovada ano passado para vigorar este ano e sancionada pelo Presidente da República, portanto, deveria ser cumprida. Leio novamente a parte final: "... não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação no Congresso". Pois foi isto exatamente que o Governo fez: utilizou a liberação de emendas para fazer com que os Parlamentares votassem de acordo com a sua orientação, tentando impedir que as CPIs funcionassem.

Agora que as CPIs estão instaladas, em pleno funcionamento e apresentando os primeiros resultados, gerando até a renúncia de Parlamentares e queda de Ministros do antigo núcleo duro do Governo, vem o Presidente da República dizer que apóia todas as ações que visem apurar os escândalos que rondam o Palácio do Planalto.

Todos nós lembramos da enorme pressão sobre os Parlamentares da Base do Governo que resolveram assinar a CPI, como foi o caso do Senador Eduardo Suplicy, aqui presente, duramente criticado neste plenário por exercer suas prerrogativas parlamentares e assinar a CPI. Além de corrupção em órgãos públicos e nos Partidos da Base do Governo, esta CPI está revelando que o Governo atual é incoerente. Diz que confia na investigação da Polícia Federal, mas afasta o delegado e agentes que prenderam o "marqueteiro oficial" Duda Mendonça. Naquela época, dizia-se que a Polícia Federal e o Ministério Pùblico poderiam investigar essas denúncias sozinhos. Na verdade, a CPI tem outra importância por ser explícita, por passar na televisão para a população brasileira ver todo dia o que está acontecendo. Realmente é muito importante que a Polícia Federal e o Ministério Pùblico investiguem, mas a CPI é ainda mais importante, porque, além de contar com a ajuda de todos eles, tornará explícitas todas essas denúncias. Será que o Deputado Valdemar Costa Neto teria renunciado, Sr. Presidente, se a investigação fosse apenas na

Polícia Federal? Será que o ex-Ministro José Dirceu viria depor aqui?

Na verdade, o ex-Ministro José Dirceu nunca quis depor no Congresso. S. Ex^a foi Ministro durante dois anos e meio e, todas as vezes – o Senador César Borges está de testemunha – em que tentávamos aprovar um requerimento, convocando, convidando-o, gerava-se uma crise e o Ministro não vinha. Inclusive naquele caso do Waldomiro – em que, na verdade, S. Ex^a era o principal responsável – não conseguimos que viesse aqui. Com a CPI, não. Todos estão vindo, o ex-Ministro José Dirceu deporá hoje, pessoas estão renunciando, Ministros estão saindo. Quer dizer, na verdade, está provado, comprovado, explicitado que, efetivamente, a CPI é muito importante.

O Presidente Lula fala que combaterá a corrupção, "cortando na própria carne", mas o Partido do Governo não afasta o ex-tesoureiro Delúbio Soares, um réu confesso de uso de caixa dois. É estranho também, Senador César Borges.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ouvirei V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Esse Sr. Delúbio Soares, na verdade, não é um líder partidário, não é um líder político, ele é um funcionário do PT. Ele recebia salário. Ele não tem mandato, não tem nada. E agora quer-se culpá-lo por tudo o que aconteceu de ruim, como se um funcionário do PT pudesse tirar empréstimos vultosos sem consultar ninguém, Senador Mão Santa. Ele sozinho tomava empréstimo, não pagava, fez esse **mise-en-scène** todo, e era um funcionário. E agora não têm coragem de expulsá-lo do Governo. Houve votação, e ele ganhou de 11 a 7. E o que é isso? É gente de rabo preso, que tem medo que o Sr. Delúbio Soares abra a boca e diga a verdade que o Brasil inteiro quer ouvir: que o chefe desse grupo, dessa camarilha era o Ministro José Dirceu.

Prega a transferência, mas afina o discurso de Marcos Valério e Delúbio Soares com a entrevista do Presidente Lula em Paris, para tentar reduzir os crimes à esfera da Justiça Eleitoral.

O discurso de Marcos Valério, o discurso de Delúbio Soares e o discurso da entrevista do Presidente Lula em Paris têm a mesma orientação, foram todos orientados pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos. Ontem fiz até um elogio ao Ministro aqui – e o Senador Mozarildo não concordou –, mas hoje me contaram uma história dizendo que, quando o Governo Lula convidou

para Ministro, em vez de um jurista, um criminalista, é porque ele já sabia em que problemas iria se meter.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador José Jorge, a primeira parte do pronunciamento de V. Ex^a abordou exatamente, senão o cerne, um dos pontos principais de como o Executivo, ou seja, o Presidente e seus Ministros manobram os Parlamentares, que é a questão das emendas parlamentares. Ora, apreciamos a peça orçamentária que vem do Poder Executivo e as emendas parlamentares não correspondem sequer a 10% do valor do Orçamento. E nós é que sabemos o que os nossos Municípios e Estados precisam, e não os tecnocratas dos Ministérios, com certeza. Ainda assim, há essa margem de manobras escusas para beneficiar esse ou aquele Parlamentar mais do que os demais. Então, creio que deveríamos fazer um esforço – e o Presidente Lula teria agora uma oportunidade de ouro – para ajudar a aprovar o Orçamento Impositivo, mesmo que fosse em relação à questão das emendas parlamentares, para acabar com essa possibilidade – seja qual for o Governo – de manobra dessas emendas em desfavor da moralidade pública.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Ex^a tem razão. É evidente que essa liberação de emendas parlamentares se tornou uma segunda forma, porque a primeira mesmo foi o mensalão. Virou primeiro lugar conseguir voto de Parlamentar pagando mensalidade, o famoso mensalão. E a segunda é esta: liberação de recursos.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador José Jorge, V. Ex^a fez uma referência às críticas que foram a mim formuladas pelo fato de...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Elogiosas a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... ter assinado o requerimento de CPI. Felizmente, depois da entrevista do Deputado Roberto Jefferson...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a se lembrará de que a Bancada inteira, os 13 Senadores do PT, resolvemos todos assinar um documento em que apoiávamos tanto a CPI dos Correios como a CPI do Mensalão, que agora está em vigência. E é importante o fato de que o próprio Líder do PT, Senador Delcídio Amaral, designado para ser o Presidente da

CPI, vem tendo uma apreciação quase unânime por parte de todos os Partidos sobre a condução correta da CPI, trabalhando juntamente com o Vice-Presidente, Senador Maguito Vilela, e o Relator, Deputado Osmar Serraglio, que vem se conduzindo com muito equilíbrio. Dessa maneira, penso que o propósito da CPI de examinar com equilíbrio vem sendo atingido, o que, aliás, foi a ponderação do Presidente Lula, quando disse que seria importante que essa CPI fosse realizada da melhor maneira possível. É importante que tenhamos, inclusive, uma cooperação muito grande, um entrosamento entre as CPIs dos Correios e do Mensalão. Faço parte agora, como titular, da CPI do Mensalão e parece-me importante que possam ambas as CPIs cooperarem entre si, porque haverá muita interação entre os propósitos, testemunhos e documentos que estão sendo examinados por ambas. Enfim, quero aqui ressaltar a importância de o Congresso Nacional realizar bem esse trabalho, sem prejuízo do exame que temos que fazer de tantos temas, como a reforma política. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, mas na verdade não concordo com ele.

Mantenho a minha opinião de que V. Ex^a assinou o requerimento sozinho, inclusive no finzinho do prazo, e os demais Senadores do PT somente o assinaram quando já se dispunha das assinaturas necessárias e não se poderiam retirá-las, depois daquela famosa meia-noite em que ficamos aqui. Então, mantenho minha opinião.

Em relação às CPIs, as duas são chapas-brancas. Ambas têm uma direção inteiramente governista, e nós apenas poderemos fazer uma avaliação final do trabalho das CPIs quando elas encerrarem os seus trabalhos. Por enquanto, para mim, as direções tanto da CPI do Mensalão quanto da CPI dos Correios são chapas-brancas, ao contrário da CPI dos Bingos, em que efetivamente ganhamos a Presidência e a Relatoria foi indicada pelo Governo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Jorge, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fazendo soar a campainha.*) – Já concedi quatro minutos além do tempo, e já não é mais permitido conceder aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas a bondade de V. Ex^a, Senador Paulo Paim, é maior do que o Rio Grande do Sul, é maior do que o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo um minuto para V. Ex^a apartear o Senador José Jorge, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sr. Presidente, eu queria apenas dizer, diante do Senador José Jorge, que S. Ex^a tem sido um guerreiro extraordinário para salvar a democracia do Brasil. Mas, do jeito que está, com toda a admiração que tenho por V. Ex^a – e sou testemunho da sua bravura –, penso que José Jorge está pouco; temos que recorrer é a São Jorge para acabar com essa malignidade da corrupção do PT.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Portanto, Sr. Presidente, o Governo não respeita o Parlamento e nós tomaremos uma iniciativa de encaminhar à Comissão de Ética do Governo uma representação contra o Ministro do Planejamento, que, de forma política, contra a Lei Orçamentária, liberou essas emendas, visando interferir diretamente na opinião dos Parlamentares.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT RS) – Passamos a palavra, de imediato, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB RR) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srs. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, ontem e até anteontem, assistindo aos noticiários da televisão, lendo os jornais e até, surpreendentemente, ouvindo a própria Rádio Senado, surpreendi-me com um fato que me causou espécie: setores da imprensa noticiando que nós retomamos os trabalhos no dia de ontem ou no dia de hoje.

Ora, toda a população brasileira sabe que, embora tenhamos, constitucionalmente, o direito de ter recesso no mês de julho, tanto a Câmara quanto o Senado não entraram de recesso, e não entraram de recesso por decisão própria. Sem fazermos a autoconvocação ou sem termos sido convocados pelo Presidente da República, decidimos – alguns Partidos e alguns Senadores, individualmente – não aprovar a LDO e, consequentemente, não entrar em recesso.

Eu, particularmente, quero chamar a atenção para o fato de que especificamente o Senado – não

posso falar pela Câmara porque não acompanhei de perto os trabalhos daquela Casa, mas sei que lá se produziram também vários trabalhos, porque vieram para cá inclusive medidas provisórias – manteve em funcionamento não apenas o Plenário, mas também algumas Comissões, além das CPIs. Tanto a CPMI dos Correios quanto a assim chamada CPI dos Bingos, de que sou Vice-Presidente, trabalharam durante esse período. E é importante frisar os números que trago da produção do Senado nesse período do mês de julho, para que se registre para a Nação que o trabalho feito durante esse mês de julho não se limitou apenas, portanto, ao trabalho das CPIs.

Primeiramente, o Senado realizou, ao todo, 21 sessões, deixando de realizar apenas num dia, porque não houve quorum. Dos 22 dias úteis, fizemos reunião em 21 dias, aí incluídas sessões deliberativas e não-deliberativas.

É importante ver também o número de matérias apreciadas. Primeiro, matérias aprovadas do dia 1º ao dia 31 de julho: 165 matérias. Foram apreciadas duas medidas provisórias, tendo uma sido inadmitida, portanto rejeitada, e a outra aprovada na íntegra e enviada à promulgação. Tivemos 15 proposições aprovadas e enviadas à sanção do Presidente, 7 proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados, 87 proposições aprovadas e enviadas à promulgação, um requerimento de informação sigilosa, 54 requerimentos diversos, 4 matérias enviadas ao Arquivo – elas foram apreciadas –, e 3 matérias retiradas pelos autores. No total, foram 169 matérias, além de um Ato do Presidente da Mesa, prorrogando prazo de medida provisória, e um Ato do Presidente do Senado Federal, declarando a rejeição de pressuposto constitucional de medida provisória.

Então, Sr. Presidente, esses números mostram muito bem que o Senado, durante o mês de julho, não teve recesso e produziu, não ficou apenas aqui no debate das idéias – e já seria muita coisa debater os temas que interessam à Nação, fazer funcionar as CPIs. O Senado sobretudo trabalhou durante esse período que deveria, repito, constitucionalmente, ser de recesso. É importante fazer este registro para que não se faça essa imagem...

Lamento o que vi ontem, Senador Ramez Tebet: uma televisão de alcance nacional dizer que o Senado e a Câmara estavam retornando ao trabalho agora, como se não tivéssemos trabalhado no mês de julho, quando, aliás, repito, legalmente falando, não deveríamos estar trabalhando. Pois trabalhamos nesse perío-

do, até porque não achamos justo sairmos de recesso nesta hora difícil vivida pelo País.

Então, Sr. Presidente, quero que esses números, além de estarem publicados na Ordem do Dia de hoje, façam parte do meu pronunciamento, porque realmente é fundamental que o povo brasileiro saiba que nós trabalhamos durante o mês que seria de férias, vamos dizer assim, e produzimos bastante.

Senador Ramez Tebet, com muito prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, só gostaria de ressaltar a clavidência de V. Ex^a. Sempre com uma sensibilidade apurada, V. Ex^a vem em defesa do Poder Legislativo, hoje, mais do que antes, tão fragilizado. A imagem do Poder Legislativo perante a opinião pública – as pesquisas estão aí a demonstrar – infelizmente é das piores. Mas que temos trabalhado, temos. V. Ex^a tem razão, e os números atestam isso. Mas as considerações de V. Ex^a permitem-me refletir sobre um assunto já abordado nesta Casa e na Câmara também, por várias vezes: as férias dos Parlamentares. Ficou provado que não há necessidade do recesso em julho e de mais dois ou três meses de recesso no final do ano. Ouvindo o discurso de V. Ex^a, pensei em requerer que vejamos onde estão os projetos que tratam do assunto, no Senado ou na Câmara, para aproveitar um deles, reduzindo o recesso parlamentar para trinta dias. Há quem queira até que o recesso seja do período de 15 de dezembro a 2 de janeiro. Seja como for, está provado que um recesso longo só prejudica a imagem do Poder Legislativo. Penso que está na hora de termos as mesmas férias a que têm direito todos os brasileiros. Penso que trinta dias é tempo suficiente. Parabenizo V. Ex^a, porque o seu pronunciamento, além de procurar esclarecer a opinião pública, busca também mostrar que aqui se trabalha.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Ramez Tebet, agradeço o aparte de V. Ex^a, que já foi Presidente do Senado. Tive a honra de ser membro da Mesa quando V. Ex^a era Presidente.

É mais do que hora de realmente revermos essa questão do recesso. Entendo que um recesso de trinta dias no fim do ano estaria de bom tamanho. Seria equivalente às férias normais de qualquer trabalhador. Mesmo que elas fossem de dezembro a fevereiro, quando começa o ano legislativo, já seria tempo suficiente. Não teria por que haver esse recesso de julho. O nosso trabalho no mês de julho, quanto não tivemos recesso, provou que podemos produzir, e produzir muito.

Ouço o Senador Mão Santa com muito prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a, como sempre, está muito atento e salvaguardando o bom nome desta instituição do Poder Legislativo que é o Senado. Quero apenas dizer que V. Ex^a foi muito feliz no repúdio, repelindo essas manifestações da imprensa, porque ficamos aqui de atalaia, de vigília, no que seria o nosso recesso. Mas eu lhe daria um quadro que vale por dez mil palavras: poderíamos reviver a grandeza do Senado, de Rui Barbosa, de Teotônio Vilela e de Tancredo no estoicismo de Ramez Tebet, que dá um exemplo à Nação. Enfrentando problemas graves de saúde, S. Ex^a esteve aqui combatendo, defendendo a Pátria, a democracia e dando um exemplo à Nação. Portanto, sem dúvida alguma, essa tem sido a participação e a contribuição do Senado para melhorar a democracia.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Mão Santa, agradeço a V. Ex^a o aparte, que incorporo com muito prazer ao meu pronunciamento.

Concordo que devemos repensar essa questão do recesso do mês de julho. Trabalhamos sem convocação, portanto, sem receber nada adicionalmente, trabalhamos sem sequer fazer autoconvocação, mostrando que foi útil nesse momento para o País.

Faço um apelo à imprensa para que esses números sejam divulgados.

Aproveito, Sr. Presidente, para solicitar que a Mesa do Senado faça gestões para que a TV Senado e a TV Câmara passem a ser TV de sinal aberto. Estamos agora retransmitindo por UHF, mas ainda fica muito restrito a uma camada da população. Quem quer ter acesso às informações sobre o que se passa aqui fica restrito aos jornais das televisões, que fazem um resumo muito pequeno e, além de pequeno, como neste caso, não corresponde à verdade do que aconteceu aqui no mês de julho.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Encerro, reiterando o meu pedido para que faça parte do meu pronunciamento esse material publicado na Ordem do Dia de hoje.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

XI - ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDA PROVISÓRIA

Sen. Moisés
 Total..... 1

Ato nº 27, de 2005 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 19 de julho de 2005, a vigência da Medida Provisória nº 250, de 19 de maio de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 30.000.000,00, para o fim que especifica.*

(publicado no Diário Oficial da União de 14.7.2005, seção I)

XII - ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL DECLARATÓRIO DE REJEIÇÃO DE PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS DE MEDIDA PROVISÓRIA

Total..... 1

Ato nº 1, de 2005 – declara que o Plenário do Senado Federal rejeitou os pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 242, de 24 de março de 2005, que “altera dispositivos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”.

(publicado no Diário Oficial da União de 21.7.2005, seção I)

**SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS
(1º a 31 de julho de 2005)**

Deliberativas Ordinárias	7
Não Deliberativas	13
Deliberativas Extraordinárias	1
Total	21
Reuniões	1

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1^º a 31 de julho de 2005)

MATÉRIAS APROVADAS	165
I – Medidas Provisórias.....	2
1 – Inadmitida	1
2 – Aprovada na íntegra e enviada à promulgação ...	1
II – Proposições aprovadas e enviadas à sanção.....	15
III - Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados	7
I – Por decisão terminativa.....	7 (*)
1.1 - Proposições do Senado	7
IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação	87
1 - Concessões de telecomunicações	74
2 – Acordos internacionais	7
3 – Suspensão de atos normativos declarados inconstitucionais.....	5
4 – Outros.....	1
V – Requerimento de informações sigilosas.....	1
VI – Requerimentos diversos.....	54
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	4
VII – Matérias retiradas pelos autores	3 (*)
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	169

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO
DE MEDIDA PROVISÓRIA

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL DECLARANDO A REJEIÇÃO DE
PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS DE MEDIDA PROVISÓRIA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy por dez minutos, mais dois de tolerância.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Solicito a minha inscrição pelo PDT, assim que V. Ex^a considerar oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Logo após o Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a estará com a palavra pela Liderança do PDT.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, requeiro a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a é o terceiro inscrito, antes da Ordem do Dia.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, gostaria de fazer algumas reflexões sobre a importância da reforma política, cujo debate, conforme inúmeros Senadores têm salientado, é de grande relevância. Temos de amadurecer as proposições e reflexões e nos empenhar para que, até 3 de outubro, seja votada esta matéria tanto na Câmara dos Deputados como no Senado.

Como diversos Senadores têm expressado a sua opinião e como estamos conhecendo a proposta aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Câmara, teremos os elementos para apreciar este importante assunto. Com base em todos os achados, descobertas, em tudo o que vem sendo objeto da apuração da CPI dos Correios, da CPI do Mensalão, dos depoimentos realizados na Comissão de Sindicância da Câmara, no Conselho de Ética, do depoimento que, dentro de instantes, o ex-Ministro da Casa Civil e hoje Deputado Federal José Dirceu vai prestar no Conselho de Ética da Câmara, poderemos avançar, debater e votar a reforma política.

Quero ressaltar alguns pontos. O primeiro deles refere-se ao estabelecimento da instituição da fidelidade partidária. Esse é um ponto sobre o qual percebo haver maior consenso entre Senadores e Deputados

de todos os partidos. Deseja-se que, quando um Senador, um Deputado, um Governador, um Prefeito, um Presidente da República for eleito, ele permaneça, ao longo do seu mandato, no partido que foi o de sua escolha quando candidato. Esse é um ponto, acredito, que será aprovado sem grande polêmica.

O segundo refere-se ao estabelecimento do financiamento público das campanhas eleitorais como sistema único. O Líder Aloizio Mercadante, em pronunciamento recente e, ainda ontem, na sua entrevista ao Jô Soares, mencionou que é importante manter o financiamento privado, mas de acordo com aquilo que estabelece a legislação norte-americana. Se houver qualquer financiamento por pessoa física e pessoa jurídica, então há que se estabelecer a transparência em tempo real das contribuições e transparência total tanto de arrecadação de receita quanto de gastos.

Quero expor o meu ponto de vista. Dou preferência ao financiamento público de campanha, a exemplo do que está sendo instituído em alguns países, como na República Federal da Alemanha. O Senador Aloizio Mercadante disse que, até lá, houve problemas também. Inclusive a instituição do financiamento público de campanha na Alemanha deu-se para corrigir os erros que ali foram detectados.

Senador Leonel Pavan, depois de falar sobre os pontos principais, com muita honra e satisfação, lhe concederei o aparte.

Havendo financiamento público e financiamento por pessoas físicas e jurídicas, portanto, financiamento privado, é importantíssimo termos a obrigação do estabelecimento da prestação de contas em tempo real de cada candidato. Trata-se de proposta apresentada pelo Deputado Chico Alencar ao Diretório Nacional do PT, que eu abraço com entusiasmo. Inclusive, estou preparando um projeto de lei e vou consultar o Deputado Chico Alencar para aperfeiçoá-lo. Acredito que isso deve ocorrer.

Outro ponto importante, bastante polêmico, aprovado por enquanto na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Câmara, refere-se à existência das listas fechadas nas eleições proporcionais. Ora, será que é mais adequado, mais democrático, que as convenções de cada partido estabeleçam a ordem da lista dos deputados federais, estaduais e vereadores, quando a eleição for municipal, e simplesmente os eleitores escolham o Partido, com a lista já definida?

Ainda não estou persuadido de que esse é o sistema mais democrático, inclusive coloquei na minha homepage, Senador Paulo Paim, uma pergunta consultando as pessoas: "Você prefere votar no seu candidato ou no Partido?" Peço a minha assessoria que, antes que termine o meu pronunciamento, me indique

o último resultado. No primeiro dia que abri, a grande maioria preferia votar no seu candidato. Se for para instituir a lista, deveríamos combinar um mecanismo pelo qual, ainda que definida a lista pela convenção, possa o eleitor confirmar ou não a ordem dos parlamentares naquela lista.

Outro ponto importante refere-se ao estabelecimento de medidas que assegurem a proporcionalidade entre eleitores e sua representação em nível dos Estados. Sabemos que hoje, com o limite mínimo de oito deputados federais por Estado e o máximo de 70, alguns Estados de maior população no Brasil, como São, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e outros, estamos com uma proporcionalidade menor do que aquela que, de outra maneira, ocorreria. Acredito que esse é um ponto importante a ser examinado.

O outro aspecto refere-se ao estabelecimento de cláusulas de barreira que não permitam a criação de legendas de aluguel. Acho importante esse mecanismo. Podemos examinar melhor se a cláusula de barreira mais adequada é a de 5%, como estava, ou de 2%, como agora está sendo proposto pela Câmara dos Deputados. Mas, de qualquer maneira, é importante a cláusula de barreira, levando-se em consideração, por outro lado, a importância dos partidos que tenham uma história de defesa de idéias, como o PCdoB, o PCB, o Partido Verde, que inclusive vem ganhando importância nesses últimos anos.

É preciso haver também a garantia de que Parlamentares que renunciarem não poderão concorrer nas eleições seguintes, sobretudo quando isso decorre de problemas relacionados com o decoro parlamentar.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)

– Com muita honra, Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Suplicy...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Gostaríamos de lembrar aos Senadores que hoje teremos sessão deliberativa.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – V. Ex^a me concede apenas um minuto?

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)

– Com certeza.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Eduardo Suplicy, certamente encontraremos dificuldades nas próximas eleições, todos os candidatos a Vereador, a Prefeito, a Deputado Federal e Estadual, a Senador e a Presidente da República, em conseguir apoio, no caso, financiamento para a campanha eleitoral. A lei permite que pessoas jurídicas e pessoas físicas ajudem os candidatos. Teremos dificuldades no futuro. Corre-

mos o risco de uma empresa idônea contribuir com a nossa campanha, prestarmos contas dessa doação ao TRE e, passados alguns anos, essa empresa cometer algum deslize, um ato ilícito, um crime e dizerem que foi ela que financiou nossa campanha no passado. É importante o financiamento público, pois acaba com a busca de recursos junto a empresas. É impossível se implantar o financiamento público para a campanha sem a lista fechada, mas, se houver lista fechada, querido amigo, Senador Eduardo Suplicy, não surgirão novas lideranças. Apenas os caciques, aqueles que já estão eleitos, serão beneficiados, porque serão os primeiros da lista. Financiamento público é importante, porém, somente com lista fechada.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)

– Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Leonel Pavan, mas não estou convencido de que financiamento público, ainda mais se tivermos a fidelidade partidária, signifique que, quando o eleitor escolhe o candidato – Vereador, Deputado Estadual e Federal – de um partido, ele saiba que o candidato vai ter que seguir o programa do partido. Então, não vejo incompatibilidade entre o financiamento público de campanha e o voto no próprio candidato. Acho que o que pode haver é uma combinação de uma lista, como existe em alguns países, mas aí o eleitor confirma...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)

– ...se deseja ou não que aquela lista permaneça...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Mais uma minuto, Senador Eduardo Suplicy, para concluir.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)

– ...ou se deve trocar a ordem. Se formos fazer uma pesquisa, Senador Leonel Pavan, sugiro que a faça também na sua *homepage*, porque agora temos essa possibilidade. Neste instante, abri na minha *homepage* a seguinte questão: Você prefere votar de acordo com a lista fechada, tal como proposta agora da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara? São a favor 6,59%. Você prefere votar no próprio candidato para deputado estadual, federal ou vereador? E, presentemente, o resultado da pesquisa, na minha *homepage*, Senador Ramez Tebet, é: 93,41% preferem votar no próprio candidato. É claro que esse é um tema aberto, mas é um indicador importante para que as pessoas possam conosco interagir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a está com quatro minutos além do tempo normal.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)

– Apenas para concluir, Sr. Presidente. Acabo de falar

com o nosso Secretário-Geral, Ricardo Berzoini, e sugeri que, na reunião do Diretório Nacional, de sábado próximo, haja um informe por parte do Relator, Deputado Ricardo Otoni, a respeito deste assunto, e que possa haver reflexões, porque entre nós Senadores, Deputados e Vereadores do PT, ainda percebo, não há o convencimento, a persuasão de que a lista é o melhor instrumento. Então isso ainda deve ser objeto de reflexão entre nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Ramez Tebet, V. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside a nossa sessão, Sr^{as}s e Srs. Senadores, Senador Eduardo Suplicy, tenho a honra de suceder V. Ex^a nesta tribuna com o mesmo assunto. Mas começando por indagar se reforma política é a solução para a crise política que estamos vivendo.

Sr. Presidente, entendo que não resolve a crise, mas ajuda a resolvê-la. Se não tivermos a pretensão de fazer uma ampla reforma política, uma reforma política votada a toque de caixa seria terrível para o País. Discutir, por exemplo, e pretender votar a eleição para o Poder Legislativo sob o sistema de lista sem a introdução do voto distrital misto é um absurdo, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, que não se pode admitir, se partirmos do princípio de que qualquer alteração na legislação político-eleitoral terá que ser feita até o dia 30 de setembro. Não fazer nada também é levar a sociedade ao entendimento de que nós aqui não resolvemos nada e que se fala muito em reforma política, mas não se dá prioridade a ela, que é um tema abordado, mas não priorizado, porque não entra em votação.

Assuntos tão simples como o do Senador Eduardo Suplicy, este sim dá para ser votado, porque é quase consensual no Senado e na Câmara. Aqui já foi aprovado o instituto da fidelidade partidária. Se for aprovado esse instituto, nós estaremos eliminando a probabilidade de corrupção no troca-troca de partido que se sucede.

E, por falar em fidelidade partidária, eu quero dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que conversando com a Mesa desta Casa, com Raimundo Carreiro, eu vi que estamos preparando, no nosso Regimento, aquilo que pode ser feito, talvez independentemente de a Câmara aprovar ou não o projeto que saiu do Senado com referência à fidelidade partidária. É que nós podemos introduzir a fidelidade partidária no nos-

so Regimento, mas somente valeria para o Senado da República. Não seria introduzida de forma ampla e desejável, mas podemos nos antecipar se votarmos, no nosso Regimento, afirmando categoricamente que para fazer parte das comissões vale proporcionalmente o partido no ato da diplomação. Então é um assunto fácil de ser votado. Este sim. Creio que a Câmara dos Deputados deveria aprovar imediatamente o instituto da fidelidade partidária. Agora, a votação em lista, positivamente, sem a introdução do voto distrital misto, é um absurdo! E não dá tempo de discutirmos o voto distrital misto em menos de 60 dias! A cada 24 horas que se passarem, nós estaremos perdendo tempo de aperfeiçoar aquilo que é indispensável, ou seja, a fidelidade partidária. Estaremos perdendo tempo. Então vamos entrar na eleição de 2006 com a mesma legislação com que foram disputadas as últimas eleições de 2002 e 2004.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, precisamos dar uma resposta à sociedade, precisamos afirmar-lhe alto e bom som que lugar de corrupto é na cadeia, que as CPIs estão funcionando e vão apurar regularmente, que devemos fazer mudança na legislação naquilo que for possível, e que a fidelidade partidária – quero ficar neste tema hoje, discuti-lo – é o instituto capaz de minimizar o quanto possível o crime, a corrupção existente no período eleitoral e até depois do período eleitoral. Isso porque, mal termina o pleito, mal termina a diplomação, e muitos políticos eleitos já estão mudando de Partido, em total desrespeito ao sentimento do eleitorado e sem dar valor àqueles que confiaram o voto naquele candidato.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, está na hora de fazermos o possível...

(Interrupção do som.)

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Eu tenho procurado ouvir a população, tenho procurado ouvir as autoridades, pessoas que se dedicam ao estudo do Direito eleitoral, da Legislação eleitoral. Por exemplo, ontem, conversei com o Dr. Thales Tácito, que é um eminent Promotor Público do Estado de Minas Gerais, e troquei idéias com ele. Vi que ele, como estudioso do assunto, pensa que a reforma política é indispensável, mas ela tem que ter o momento certo para ser votada sob pena de violentarmos a legislação que aí está. Há até uma idéia, Sr. Presidente, que ele lançou e que eu me permito referir aqui para encerrar o assunto: a nossa Legislação eleitoral é tão dispersa e são tantas as leis, e são tantas as resoluções dos nossos tribunais, que a cada eleição é preciso uma resolução dos Tribunais

Superiores para regulamentar o Direito e, portanto, regulamentar as eleições, que talvez fosse interessante votarmos rapidamente aquilo que é possível, como, por exemplo, a fidelidade partidária; como eu afirmei, votarmos a cláusula de barreira de 5% em nove Estados da Federação e não de 2% como quer a Câmara. E depois, com um estudo mais amplo, aí sim, nós debateríamos a reforma política. Mas, antes disso, seria bom que nós consolidássemos a legislação, que nos reuníssemos e fizéssemos a consolidação eleitoral já existente e partíssemos depois para o estudo de uma ampla modificação.

Existe um código de trabalho no Brasil? Existe a Consolidação das Leis do Trabalho. E por que é uma consolidação, Sr. Senador Paulo Paim, V. Ex^a, que esteve sempre em defesa da classe trabalhadora do nosso País? Porque a cada hora surge uma legislação diferente, uma lei diferente. É que a vida social é muito dinâmica e exige que nós atentemos para a realidade a cada instante e a cada hora.

Sr. Presidente, quero ficar aqui na esteira do pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy, concordando com o instituto da fidelidade partidária.

Não sei o pensamento de V. Ex^a, Senador Suplicy, mas V. Ex^a deu a conhecer a esta Casa o pensamento dos seus eleitores, aqueles que têm respondido a suas perguntas. É interessante: "Você quer votar no candidato ou você quer votar no Partido?" Por imensa maioria, os seus eleitores têm afirmado que preferem votar nos candidatos E por quê? Eu ouso afirmar: porque os Partidos políticos no Brasil perderam inteiramente a sua credibilidade e porque se o sistema de lista for votado, lamentavelmente, nós estaremos limitando a vontade do eleitor e estaremos dando força ao coronelismo e ao caciquismo, que precisam desaparecer definitivamente da vida política brasileira.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Ouço o aparte do nobre Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, encerrarei, agradecendo a gentileza do Senador Osmar Dias, que aguarda ali a oportunidade para, como Líder, fazer o seu pronunciamento.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Ramez Tebet, veja bem, se combinarmos a fidelidade partidária com o voto no candidato do Partido, então...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...o eleitor estará votando no candidato sabendo que ele é do Partido e que deve, ao longo de todo o seu mandato, cumprir aquele programa. Por isso avalio que esse é um procedimento adequado se os eleitores estão respondendo que preferem votar no candidato do Partido, e a maioria assim está preferindo, ou na lista preparada pelo Partido, fechada.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Pelo Partido, não, pelos caciques do Partido.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É, pela convenção do Partido. Então, o que avalio é que, se for para se ter uma lista, é necessário também se permitir ao eleitor modificar a lista na hora da eleição, ou seja, a combinação dos fatos. Não conheço detalhes, mas, salvo engano, na Bélgica, existe uma combinação da lista com a possibilidade de o eleitor modificá-la. Quem sabe devamos estudar esse procedimento...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...e as outras experiências. Muito obrigado, pela oportunidade.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador, só para responder a V. Ex^a, digo que o tema é muito confuso; está confuso até para V. Ex^a e para mim o jeito que V. Ex^a está propondo, imagine para o eleitor. É por isso que digo que é preciso combinar o voto distrital misto – este sim, a pessoa dá dois votos, escolhe um candidato e dá o seu voto pessoal naquele candidato – com o outro em que ele escolhe na lista. Senador Eduardo Suplicy, esse é o sistema que vigora na Alemanha, e penso que esse é o sistema que deveríamos implantar aqui no Brasil.

Sr. Presidente, pedindo a tolerância do Senador Osmar Dias, não quero encerrar meu pronunciamento antes de dizer que financiamento público de campanha, nesta crise social e moral que estamos atravessando, tirando o dinheiro de escolas, de saneamento básico, é um atentado à consciência da sociedade brasileira.

Muito obrigado a V. Ex^a pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador Osmar Dias, que falará como Líder do PDT por cinco minutos com a tolerância de mais dois minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foi um prazer ceder a vez ao Senador Ramez Tebet porque, ouvindo o seu pronunciamento, posso afirmar que concordo com a maioria das teses levantadas aqui pelo nobre colega.

Não é o assunto que vou tratar porque parece-me que a sociedade brasileira está um pouco saturada de ouvir só estes assuntos: mensalão, corrupção, desvio de dinheiro... Nestes próximos minutos, gostaria de tocar num assunto tão importante quanto este que está sendo tratado pelas CPIs que é investigar fundo, buscar os responsáveis, puni-los, fazer a limpeza para que possamos continuar trabalhando em paz no Congresso Nacional e que o Governo possa também continuar trabalhando.

Eu estava pensando, nesses dias, que uma das virtudes que o homem público deve ter, principalmente quando assume um cargo da importância de Presidente da República, Governador, Prefeito, Senador, Deputado Federal é saber distinguir aqueles que fazem o elogio sincero daqueles que bajulam e, com puxa-saquismo – penso que o termo é regimental porque o vejo nos dicionários –, se caracterizam muitas vezes em volta de alguém que assume o poder. Penso que o grande problema foi o Presidente Lula se sentir confortável com a bajulação, com o puxa-saquismo e deixar de ouvir sugestões de quem não tem nenhum interesse pessoal, deixar de ouvir aqueles que elogiam quando podem, quando devem, porque há um motivo, mas criticam quando devem criticar. Eu me coloco nesse grupo e tenho visto que V. Ex^a também, Senador Paulo Paim.

Há muito tempo venho dizendo que não concordo... Penso que o Presidente precisa, neste momento, colocar em prática outra virtude que um homem público deve ter, que é a de ouvir as pessoas que desinteressadamente estão dando sugestões. Fala-se muito em agenda positiva, mas não se pratica agenda positiva. Fala-se em votar matérias importantes no Congresso Nacional, mas os projetos estão emperrados aqui porque há muitas CPI funcionando. Hoje fui à Comissão de Assuntos Econômicos e vi que havia apenas três assinaturas no livro. Assinei e voltei para o meu Gabinete porque não sou membro das CPIs – poderia ser, mas não sou porque quis dar oportunidade aos Senadores do meu Partido que pediram para participar delas. Tenho outras missões a desempenhar como Líder do PDT e tenho procurado desempenhá-las. Gostaria que o Presidente Lula soubesse que nossas sugestões não custam nada, não custam mensalão, não custam dinheiro de Orçamento. Muitas vezes, essas sugestões podem resolver problemas que o Governo não tem conseguido evitar.

Sr. Presidente, farei algumas citações, começando pelo Estado de V. Ex^a. Tenho em mão a **Gazeta Mer-**

cantil de hoje que noticia o seguinte: “Triticultor gaúcho reduz plantio e uso de tecnologia”. A área de trigo plantado no Rio Grande do Sul foi reduzida em 20%, e a tecnologia também foi reduzida em torno dessa porcentagem. Isso significa que o triticultor está plantando porque não pode deixar a terra vazia, senão ela será desapropriada. É essa a situação que queremos para um produtor que perdeu com a estiagem como nunca no seu Estado, no meu Estado?

É essa a situação que queremos para quem tem dado uma contribuição enorme para o desenvolvimento nacional, para a geração de empregos? Já vi V. Ex^a defender aqui os produtores de uva, de vinho, de trigo, assim como os de arroz, que ainda estão aguardando uma solução.

V. Ex^a foi testemunha de que eu disse aqui que somente fazer leilão não resolverá o problema. O Governo não tem os Programas Fome Zero e a Merenda Escolar? Por que não compra dois milhões de toneladas de arroz para esses programas sociais, a fim de matar a fome de gente que não tem o que comer? Assim, resolverá dois problemas ao mesmo tempo: enxugar o mercado de arroz e matar a fome de quem não tem o que comer. Vai fazer o preço subir? Vai fazer leilão de 150 mil toneladas, de 200 mil toneladas? Isso entra no país todo dia pela fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai sem fiscalização. Não resolverá nada. Estou alertando o Governo.

Costumamos falar, Senador Paulo Paim, daquilo que entendemos. Não falo sobre este assunto sem entendê-lo, porque estudei muito isso; a vida inteira praticamente eu me debrucei sobre este assunto e acho que posso dar uma contribuição ao Governo.

O Governo pode, usando os programas sociais que tem, resolver o problema dos produtores e daqueles que passam fome neste País. A mesma **Gazeta Mercantil** de hoje noticia que venda de insumos estão em queda e não é só no Rio Grande do Sul, onde a queda é mais drástica. Não estou falando da safra de trigo; estou falando da safra de verão, que está para ser plantada. As entregas de adubo do primeiro semestre foram 28% menores do que as feitas no ano passado, os insumos em geral tiveram uma redução de 20%. Isso significa o quê? Que o produtor vai plantar porque tem medo de que a área seja desapropriada se não produzir. Ele vai plantar sabendo de antemão que não vai colher o suficiente para pagar o custo da produção, porque não está usando tecnologia.

Presidente Paulo Paim, todos os dias elogiamos a Embrapa, órgão público acima de qualquer suspei-

ção, que deu uma contribuição enorme ao País. Se temos tecnologia, por que vamos dispensá-la neste momento? Sabe por que os produtores estão reduzindo tecnologia? Porque não têm preço para vender os seus produtos. O Governo, das nove promessas feitas quando houve o tratoraço, cumpriu apenas uma. O Governo continua lidando com isso como se fosse uma brincadeira. Isso vai, tenho repetido isso, contaminar toda a economia.

Ou o Governo adota as medidas necessárias para sanear o setor de produção deste País, deixando que a crise seja investigada pelo Congresso Nacional e tomando providências quando for convocado a tomá-las, ou haverá um desastre na próxima safra de grãos, e quem vai pagar a conta será toda a sociedade brasileira.

É mais um alerta que estou fazendo!

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PT e do Bloco, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Logo após o Senador Mão Santa, V. Ex^a terá a palavra pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, por cinco minutos, ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão, Srs e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo sistema de comunicação, vou fazer-lhe uma indagação, Senador Paulo Paim: V. Ex^a conhece o cientista político César Benjamin? V. Ex^a se filiou ao PT em que ano?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, em 1985!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Jorge Bornhausen, grande líder aqui das oposições no Brasil, Petrônio Portela, estadista do Piauí, que presidiu esta Casa, em momento difícil, quando foi fechada por Geisel, disse: “Este é o dia mais feio da minha vida”. Ele disse também que só não muda quem se demite do direito de pensar, Senador Paulo Paim.

E, realmente, quero dizer a esta Casa que nós tínhamos um pensamento benevolente para com o Presidente, no qual nós – como 53 milhões – vota-

mos, com aquela história de que a esperança vence-ria o medo. Mas, agora, o que nós sabemos é que a corrupção afogou a esperança. Senador Paulo Paim, isso é muito grave.

Assisti, mais ou menos à meia-noite, Senador Agripino, a um programa de televisão da Rede Bandeirantes, domingo, com o jornalista Cabrini – conhecido. Ao chegar à Capital liguei a TV e ouvi Francisco Welfort dizer algumas palavras, e ele era apresentado como cientista político. Senador Agripino, o jornalista Cabrini indagava se ele tinha se decepcionado com o PT em 1995 e com Lula.

Então, César Benjamin, pessoa simpática, educada, culta, disse: “Não, em 1989, eu ajudei a fazer a campanha”. Foi do **marketing** da campanha. E chegamos à conclusão de que ele tinha que ser enérgico diante de acusações da Globo, naquela campanha contra o ex-Presidente Fernando Collor de Mello, de aborto. Aí, quando fizemos um texto, ele disse: “Não, eu não vou ficar contra a Globo”. Então, César Benjamin disse: “Eu passei, então, a meditar sobre ele e achei, naquele instante, que Luiz Inácio Lula da Silva era um homem fraco de caráter”. Eu não o conheço, não sou do PT, graças a Deus.

Mas ele continuou e disse o seguinte: “Que em 1990 isso existia”. Primeiro, os sindicalistas invadiram o FAT. Tiravam o dinheiro do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador – para ajudar o PT. Depois, esses fundos de pensão – a Previ, do Banco do Brasil; o da Petrobrás; o da Caixa Econômica –, depois das prefeiturinhas, como a de Santo André. Esses eram os da intimidade do Lula; não era o diretório do Partido. V. Ex^a é abençoado por Deus, Senador Paulo Paim, que somente entrou em 95, e isso começou antes, segundo ele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu entrei em 1985.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E ele disse que contestava isso. Atentai à gravidade! Que isso era contra os princípios da filosofia da esquerda, do socialismo, mas não era ouvido. E disse César Benjamin, Senador José Agripino, que em 94 Lula usou esses recursos para se reeleger no PT, que estava em dificuldade. E disse mais: elegia também o seu grupo da CUT e que esse grupo é que era da intimidade. Ele continuou com a sua tese e ficou decepcionado ao ver que não era ouvido em uma assembléia, em 1995, então, saiu. Foi quando V. Ex^a, Senador Paim, entrou. Quer dizer, Senador José Agripino, é antiga, é desde 1989. Eles eram useiro e vezeiro.

Petrônio Portella disse: "Só não muda quem se demite do direito de pensar". Eu mudei. E acho que o País tem que analisar com mais severidade a fraqueza de caráter que César Benjamim começou a observar.

O Senado está aqui. O País está calmo. Senador Sérgio Cabral, que é do meu PMDB, o PMDB dos autênticos, que aqui existiu e redemocratizou, nós estamos aqui a exigir que este Senado cumpra com fidelidade aquilo que, ao longo dos 181 anos, ele, pelo menos dos males o menor, não permitiu: uma guerra civil. Nós vimos cair Presidente que chegou ao suicídio...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... Presidente puro e honrado, como Getúlio Vargas; outro, que espontaneamente renunciou; Presidente que saiu por insanidade mental na História do Brasil; Presidente que saiu pelos canhões; Presidente que saiu pelo Congresso. Agora, o que não podemos perder, Senador Paim, é a esperança. Não podemos deixá-la morrer afogada na corrupção. Essa é a nossa advertência.

Queremos também pedir às Comissões que estão aí e que buscam a verdade que ouçam o jornalista, cientista político, fundador do PT, César Benjamim, que disse, em 1989, que achava o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva homem de fraco caráter. E nós precisamos de um Presidente da República de forte caráter, para guiar o forte povo do Brasil a melhores dias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradecemos ao Senador Mão Santa por ter ficado dentro do tempo previsto.

Passamos a palavra à Senadora Ana Júlia, pela Liderança do Bloco, por cinco minutos, com tolerância de mais dois.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA). Pela Liderança do Bloco/PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente Paim, Sras e Srs. Senadores, eu hoje solicitei falar pela Liderança para dar uma notícia triste, para falar de um momento de tristeza, mas, ao mesmo tempo, um momento de orgulho, pela homenagem que devemos prestar a homens como o Dr. Egydio Machado Salles, que faleceu agora. Ele estava doente há muito tempo e foi cremado na quinta-feira, em São Paulo.

Sr. Presidente, fiz requerimento de inserção em Ata de voto de pesar e de apresentação de condolências à família.

No último dia 27 do mês de julho, o Pará perdeu um dos homens mais dignos e honrados da nossa terra. Ele foi importante não somente pela forma como

sempre conduziu a sua profissão de advogado, mas pela maneira como se comportou até os últimos dias de sua vida: combatendo implacavelmente todas as formas de desrespeito aos direitos humanos e sempre em defesa da democracia.

Egydio Machado Salles era advogado e exerceu vários cargos no serviço público, tanto na esfera estadual como municipal, foi Procurador-Geral da Fazenda Municipal, Consultor-Geral do Estado, membro do Conselho de Curadores da Universidade Federal do Pará, foi eleito Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará em dois biênios considerados períodos críticos da história brasileira, que foi de 1968 a 1969 e de 1970 a 1971, período da ditadura militar, quando se destacou defendendo bravamente os presos políticos, tendo essa atuação, inclusive, ocasionado restrições no seu campo profissional. Presidiu o Conselho de Contas do Município do Pará, hoje o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado, e atualmente era Presidente da Academia Paraense de Letras e de uma associação importante: Associação dos Amigos da Praça Batista Campos, uma das praças mais lindas, quiçá a mais bela da nossa Belém do Pará.

Em toda a sua trajetória, tanto como advogado, servidor público ou ocupante de cargos representativos, sempre defendeu a ética, a probidade e a moralidade, ficando a defesa desses princípios como o seu maior legado.

Além de brilhante advogado, era membro da Academia Paraense de Letras e também escrevia, aos domingos, uma coluna no jornal **O Liberal** sobre diversos temas. O último artigo publicado pelo brilhante jurista fazia referências – ele já estava há mais de um mês internado em São Paulo – justamente àquilo que mais defendemos: a ética na política. Nesse artigo, que deve ter sido escrito há cerca de 40 dias, retratava a atual crise de forma superficial, mas de forma profunda soube retratar que o que está acontecendo deverá servir para o povo tomar consciência e expurgar os maus políticos do cenário nacional. E, numa frase curta, porém de enorme impacto, Dr. Egydio defendeu, como sempre fez, a democracia dizendo o seguinte: "...É valorizando o poder do voto que o povo irá tomar posição em relação à conduta ética e moral de seus representantes e, por meio da opinião pública, fiscalizar seus atos, notadamente seus erros e as irregularidades cometidas". Em síntese, cabe sempre ao povo decidir, ele é o maior juiz em uma sociedade democrática.

O Dr. Egydio Salles, assim conhecido pelos paraenses, morreu aos 82 anos de idade, deixando aprendizados que podem servir a esta e às futuras gerações, e sabemos, certamente, que o nosso Estado paraense perdeu figura ímpar, devendo tê-lo sempre como exemplo de jurista, de servidor público, e num conceito mais amplo, de **cidadão**. Quiçá todos nós, mulheres e homens, transformemos esses ensinamentos em cartilha para praticá-los em nosso dia-a-dia.

É com profundo pesar que neste momento prestamos esta homenagem a sua esposa, Ivete, a seu filho Egydio Salles Filho, a suas filhas Ângela, Adriana e Andréa, a toda a sua família, lembrando a todos que esse cidadão, no sentido mais amplo da palavra, conseguiu, durante esses anos de vida, servir ao povo paraense com enorme dedicação, marcando assim sua trajetória de vida, que ficará, para sempre, em nossa história.

Queria aqui registrar que vou a São Paulo participar de uma reunião e manifestação do PT, Senador Paim – e acho que V. Ex^a participará também –, a se realizar na sexta-feira, em defesa da democracia, da ética do nosso Partido, o PT. Infelizmente, portanto, não participarei da missa em memória do Dr. Egydio Machado Salles que era Presidente da Associação dos Amigos da Praça Batista Campos –, que será realizada no mesmo dia, naquela praça.

Eu era uma freqüentadora da praça na minha infância. É uma praça muito bonita. Não poderei estar presente, mas ali estarei de coração.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos à leitura...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a palavra como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em seguida à leitura do requerimento, eu a concederei, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 806, DE 2005

Requeiro, nos termos regimentais, e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Dr. Egydio Machado Salles, no último dia 27 de Julho, em São Paulo, vítima de insuficiência múltipla dos órgãos:

- a)** Inserção em ata de Voto de Pesar;
- b)** apresentação de condolências à família.

Justificação

Dr. Egydio Machado Salles, foi um dos mais brilhantes juristas do estado do Pará e de renome nacional, deixa como herança a defesa dos direitos humanos e da ética na política. Foi Procurador Geral da Fazenda do Município de Belém, Consultor Geral do Estado, Membro do Conselho de Curadores da Universidade Federal do Pará, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Pará em dois biênios sucessivos, 1968/1969 e 1970/1971, época da ditadura militar, onde esteve sempre em defesa dos presos políticos, e ocupava atualmente a Presidência da Academia Paraense de Letras.

Por certo, um cidadão que sempre soube ocupar todos os cargos com dignidade e honradez e nos deixa grandes ensinamentos que as gerações deverão segui-los.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2005. – **Ana Júlia Carepa**, Senadora da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como Líder, por cinco minutos, passamos a palavra ao nobre Senador José Jorge, com tolerância de mais dois minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, todos nós sabemos – tenho anunciado aqui de três em três meses – da distribuição do troféu criado pelo PFL exatamente na época em que o então Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, convocou todos os velhinhos de mais de 90 anos para, no mesmo dia, irem às agências do INSS receber seus salários e se cadastrarem. Antes, cortou o salário dos velhinhos de tal forma que aquele que não fosse se recadastrar

não o receberia. Mas ele não deu nenhum prazo, cortou com antecedência.

Então, criamos o chamado Troféu Berzoini de Crueldade. Houve sete edições desse troféu, e hoje, Sr. Presidente, estou anunciando o resultado da última edição. Vamos parar de realizar essa distribuição por uma razão simples: excesso de candidatos. Logo quando começamos a distribuir o troféu, era o início do Governo, e nós, da Oposição, tínhamos muito pouco espaço de trabalho, já que o Governo tinha sido eleito com uma popularidade muito alta. Então, tínhamos que escolher alguns instrumentos específicos de oposição. Não conseguíamos aqui convocar um Ministro, não conseguíamos criar uma CPI, não conseguíamos que nossos requerimentos de informação fossem aprovados. Então, a válvula de escape que tivemos foi exatamente a criação do Troféu de Crueldade, distribuído em sete edições.

A primeira foi ganha pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por vetar as verbas das Apae's; a segunda, pelo Ministro José Dirceu, pela demissão de nosso companheiro Cristovam Buarque, do Ministério da Educação, por telefone; a terceira, pelo Ministro José Dirceu novamente, em razão da Operação Abafa do Caso Waldomiro; a quarta foi ganha pelo Ministro Humberto Costa, graças à Operação Vampiro; a quinta edição foi ganha pelo Ministro Luiz Gushiken, pela criação do Conselho Federal de Jornalismo; a sexta edição, pelo Ministro Antonio Palocci pela não concessão do reajuste do Imposto de Renda.

Agora houve a sétima edição, que se encerrou no dia 30 e foi ganha pelo Ministro Gilberto Gil, por gastar nove milhões na decoração do seu gabinete, enquanto as bibliotecas e museus estão em situação precária. E o Ministro ainda se justificou assim: "Fiz porque quis".

Foram candidatos também o Ministro Humberto Costa, o Ministro Patrus Ananias, o Ministro Henrique Meirelles e o Ministro Luiz Dulci, cada um por uma razão específica.

Nós resolvemos, Sr. Presidente, encerrar agora a distribuição do troféu, porque achamos que ele já cumpriu sua finalidade. Existem atualmente três CPIs, das quais temos que participar, há os depoimentos da Comissão de Ética da Câmara. Temos, portanto, toda uma atividade de Oposição, de tal maneira que esse troféu perdeu aquela finalidade que teve nos dois primeiros anos de Governo.

Talvez criemos outros instrumentos, mas, de momento, vamos encerrar com esta última edição. Agradecemos, aliás, àquelas pessoas todas que fo-

ram à página do PFL votar. Desta vez, foram 30.168, mas houve uma edição em que votaram 48.197 pessoas.

Foi um instrumento de Oposição que achei válido na época, mas que agora o nosso Partido achou que já cumpriu sua finalidade. O Ministro Ricardo Berzoini, apesar de ter sido um anti-homenageado, Senadora Serys Slhessarenko, merece um elogio pelo *fairplay* com que levou esse troféu durante todo o período. Nós fizemos grande divulgação de seu nome; mas, de qualquer maneira, em momento algum ele teve alguma atitude mais violenta, nem teve nenhuma atitude que não fosse política e de bom humor ao receber o troféu.

Agradeço, então, a todos que votaram. Agradeço aos Srs. Senadores que tiveram paciência e que incentivaram – como o Presidente José Sarney, como o Senador Antonio Carlos Magalhães e outros – a criação desse troféu. Mas gostaria de dizer que encerramos a sua distribuição. Vamos encaminhar o relatório ao Arquivo Nacional e vamos fazer uma publicação sobre os candidatos vitoriosos e derrotados, para que fiquem registradas as ações negativas do Governo do Presidente Lula nos seus dois primeiros anos de atuação.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, suplente de Secretário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr^a Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT MT) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB, para uma comunicação urgente. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL PE) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT MT) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge, pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito a V. Ex^a que autorize a publicação dos anexos do meu discurso, que são os resultados das diversas etapas do prêmio.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ JORGE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



17 de agosto de 2005

COMUNICADO
da Comissão Executiva Nacional
sobre
o Troféu Berzoini

7ª Edição - Maio a Julho de 2005

::O Prêmio

::O Troféu

::Resultados

1º - Gilberto Gil, Ministro da Cultura

Por gastar R\$ 9 milhões na decoração do seu gabinete enquanto bibliotecas e museus estão em situação precária. "Fiz por que quis", justificou.

 **38,4%**

2º - Humberto Costa, Ministro da Saúde

Por tentar estabelecer uma "loteria da morte" que decidiria sobre os doentes que teriam o direito à UTI e os que estavam condenados a morrer a mingua.

 **22,6%**

::Realização:



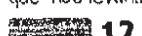
3º - Patrus Ananias, Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Por ser responsável pelo Programa Fome Zero e ter deixado morrer de fome 21 indiozinhos nas aldeias de Mato Grosso.

 **13,4%**

4º - Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil

Por aumentar a taxa de juros pela 3ª vez consecutiva, enquanto o presidente Lula culpa o brasileiro que "não levanta o traseiro para buscar juro menor".

 **12,8%**

5º - Luiz Dulci, Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República

Por patrocinar "Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas e Travestis", utilizando recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza", em Manaus.

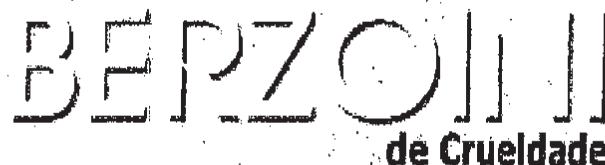
 **12,6%**

Total de 30.668 votos

1º de agosto de 2005



Troféu


 BEPZOI
de Crueldade

COMUNICADO
da Comissão Executiva Nacional
sobre
o Troféu Berzoini

1ª Edição - Dezembro de 2003 a Janeiro de 2004

::O Prêmio

::O Troféu

::Resultados

1º - Luiz Inácio Lula da Silva

Por velar as verbas das Apae's (negando recursos para crianças deficientes)


 46,6%

2º - José Graziano - Ministro da Segurança Alimentar

Por humilhar o imigrante nordestino - "Temos que criar emprego lá (Nordeste), porque se eles continuarem vindo para cá (São Paulo) vamos ter de continuar andando de carro blindado"


 23,3%

::Realização:



3º - José Dirceu - Ministro da Casa Civil

Por crime ecológico (assinou portaria autorizando a importação de pneus velhos)


 13,3%

4º - Humberto Costa - Ministro da Saúde

Por deixar faltar remédios aos pacientes do Inca (Instituto Nacional do Câncer)


 10,3%

5º - Jacques Wagner - Ministro do Trabalho

Por desprezar o desempregado - "O alarme pela falta de emprego é maior que o drama"


 6,24%

Total de 33.534 votos

1º de agosto de 2005



COMUNICADO
da Comissão Executiva Nacional
sobre
o Troféu Berzoíni

2ª Edição - Fevereiro a Março de 2004

::O Prêmio

::O Troféu

::Resultados

::Realização:



1º - José Dirceu - Ministro Chefe da Casa Civil

Por ser tirano e cruel no exercício do poder. Exemplo notável de seu estilo foi a demissão de Cristovam Buarque do Ministério da Educação.

53,3%

2º - Guido Mantega - Ministro do Planejamento

Por impor ao País uma nova Operação Gafanhoto ao criar 2.797 cargos de livre nomeação do PT. Este megatrem de alegria custará R\$ 58 milhões ao contribuinte e vai drenar, diretamente da folha de pessoal da União, a bolada de 17 milhões a cada ano para o caixa de campanha do PT.

16,9%

3º - Antônio Palocci - Ministro da Fazenda

Por afirmar que a carga tributária não subiu, depois de impedir a correção da tabela do IRPF e de aumentar a Cofins de 3% para 7,6%.

12,0%

4º - Humberto Costa - Ministro da Saúde

Por ser tão incompetente no comando do Ministério da Saúde que até a fila dos transplantes de medula já foi furada por petistas influentes do governo.

9,09%

5º - Ciro Gomes - Ministro da Integração Nacional

Por negar, além da ajuda financeira, até o conforto de uma visita às vítimas das enchentes do Nordeste alegando que não faria uma "viagem publicitária".

8,49%

Total de 48.197 votos

1º de agosto de 2005



COMUNICADO
da Comissão Executiva Nacional
sobre
o Troféu Berzoini

3ª Edição - Abril a Maio de 2004

::O Prêmio

::O Troféu

::Resultados

::Realização:



1º - José Dirceu - Ministro Chefe da Casa Civil

Por egoísmo: enquanto o número de desempregados no Brasil atinge os 10 milhões promove a Operação Abafa do Caso Waldomiro exclusivamente para manter seu próprio emprego.

 **45,7%**

2º - Amir Lando - Ministro da Previdência

Pela idéia sinistra de aumentar em 3% a alíquota de contribuição ao INSS de patrões e empregados para pagar atrasados a aposentados.

 **19,3%**

3º - Waldir Pires - Chefe da Controladoria Geral da União

Além de blasfemar comparando caso Waldomiro Diniz com o episódio bíblico de Jesus e Judas. Em lugar de apurar o caso Waldomiro, ele disse: "Em país que se rouba mas faz, Waldomiro não merece CPI".

 **15,4%**

4º - Márcio Thomaz Bastos - Ministro da Justiça

Desempregou 72 mil pessoas que estão na rua da amargura com o fechamento dos bingos, uma semana depois do governo haver prometido regulamentá-los

 **10,0%**

5º - José Viegas - Ministro da Defesa

Comprou um avião de luxo para as viagens exclusivas do Presidente Lula - tem até banheiro com chuveiro - por R\$ 176 milhões, dinheiro que daria para construir aproximadamente 8.800 casas populares.

 **9,41%**

Total de 36.132 votos

1º de agosto de 2005



COMUNICADO
da Comissão Executiva Nacional
sobre
o Troféu Berzoini

4ª Edição - Junho a Agosto de 2004

::O Prêmio

::O Troféu

::Resultados

::Realização:



1º - Humberto Costa - Ministro da Saúde

Por ter nomeado, como seus auxiliares de confiança, os chefes da Operação Vampiro, que roubavam recursos destinados à compra de remédios para hemofílicos e diabéticos.

 **28,2%**

2º - Guido Mantega - Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão

Por propor um reajuste humilhante de R\$ 20,00 ao salário mínimo enquanto o programa de governo do candidato Lula prometia dobrar o valor real do salário em 4 anos.

 **20,2%**

3º - Jacques Wagner -ex-Ministro do Trabalho

Por ter autorizado doação de R\$ 7,5 milhões à ONG petista Ágora, comandada por Mauro Dutra, amigo do perito de Lula, que usava notas frias para legalizar os salários dos seus diretores..

 **18,9%**

4º - Antônio Palocci - Ministro da Fazenda

Por propor um redutor ridículo de R\$ 100,00 à tabela do Imposto de Renda que está defasada há 10 anos.

 **16,9%**

5º - André Singer - Porta-voz da Presidência da República

Desmoralizou a imagem do Brasil propondo a expulsão de correspondente estrangeiro e ainda bajulava: "Presidente, acertamos na mosca!".

 **15,6%**

Total de 23.258 votos

1º de agosto de 2005



COMUNICADO
da Comissão Executiva Nacional
sobre
o Troféu Berzoini

5ª Edição - Setembro a Dezembro de 2004

::O Prêmio

::O Troféu

::Resultados

1º - Luiz Gushiken, Secretário de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica

Por afrontar a liberdade de imprensa ao criar o CFJ (Conselho Federal de Jornalismo), respaldando seu chefe Lula que rotulou de "um bando de covardes" os jornalistas que não defendem o projeto de lei.

27,6%

::Realização:



2º - Agnelo Queiroz, Ministro dos Esportes

Por usar dinheiro público ao se hospedar em um transatlântico de luxo, na Grécia, enquanto falta investimento em nossos atletas olímpicos.

20,3%

3º - Miguel Rossetto, Ministro do Desenvolvimento Agrário

O trem da alegria de 4.500 cargos no Incra para dar emprego para o MST.

19,3%

4º - Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central

Por ser flagrado sonegando impostos junto a Receita Federal e pleitear o status de ministro de Estado para fugir do processo.

19,2%

5º - Cássio Casseb, Ex-Presidente do Banco do Brasil

Por usar o Banco do Brasil para patrocinar a petista e simpatizantes assistirem ao show da dupla Zezé di Camargo e Luciano em prol da construção da nova sede do PT, no bairro dos Jardins, em São Paulo.

13,4%

Total de 27.543 votos

1º de agosto de 2005



COMUNICADO
da Comissão Executiva Nacional
sobre
o Troféu Berzoini

6ª Edição - Fevereiro a Abril de 2005

:: O Prêmio

:: O Troféu

:: Resultados

1º - Antônio Palocci, Ministro da Fazenda

Por conceder reajuste irrisório na tabela do Imposto de Renda, e compensar o "benefício" editando a MP 232 que aumentou a carga tributária das empresas prestadoras de serviços.

 **43,8%**

:: Realização:



2º - Humberto Costa, Ministro da Saúde

Por gastar dinheiro público distribuindo "kits contra a dengue" que inclui um mata-moscas ineficaz no combate ao mosquito transmissor.

 **20,0%**

3º - Miguel Rossetto, Ministro do Desenvolvimento Agrário

Pela omissão nos conflitos agrários. Em dois anos de Lula morreram (58) mais pessoas no campo do que nos três últimos anos do governo Fernando Henrique (44).

 **15,5%**

4º - Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores

Enquanto a língua inglesa se torna universal, o atraso ideológico do Governo determina que o inglês não seja eliminatório no concurso de seleção dos diplomatas brasileiros.

 **13,3%**

5º - Dilma Rousseff, Ministra de Minas e Energia

Por declarar no dia 1º de janeiro, depois de um apagão no RJ e ES, que novos blecautes estavam descartados. Desde então ocorreram mais 7 apagões.

 **7,17%**

Total de 44.759 votos

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT MT) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, Sr. Senador.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como Líder.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, com muito pouca esperança, Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães, está sendo ouvido, seja pelos Srs. Senadores que estão mobilizados diante do fato que toma conta dos nervos da Nação, seja pelos próprios telespectadores da TV Senado – estão, eles também, sintonizados em outra emissora, vendo o tão anunciado diálogo entre “Doc Holliday e Billy the Kid”. E eu aqui me ponho a refletir acerca de matéria que está na pauta de hoje, dia visivelmente impróprio para votações e, portanto, para a pauta do dia seguinte.

Sou autor de uma proposta de emenda constitucional que muda o nome do pólo industrial de Manaus, chamado hoje erroneamente de Zona Franca de Manaus, para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira. E por que formalizei tal proposta de emenda constitucional, Sr. Senador Luiz Soares? Porque, em primeiro lugar, há muito tempo que não existe no Amazonas o que se poderia caracterizar tecnicamente como uma Zona Franca. Já não há a prevalência do comércio de importados, o Brasil é uma economia mais aberta, e, por outro lado, se assim é, o que vimos, em contrapartida, florescer na minha terra, Sr^a Presidente, foi um pólo de alta definição tecnológica, com alta carga de agregação industrial, com capacidade exportadora comprovada. Ano passado, mais de US\$1,2 bilhão de exportação, Presidente Eduardo Azeredo, já próximo o pólo de Manaus de equiparar as suas importações às exportações que vai produzindo. É questão de mais dois ou três anos, no máximo, e, mais ainda, justificando-se a tal isenção fiscal fartamente pelo simples fato de não se importar aquilo que lá é produzido. É, portanto, uma senhora ajuda à balança comercial brasileira. No momento que ficar superavitário ou, pelo menos, equilibrando importação com exportação, cairá por terra esse argumento de que teria uma isenção fiscal justa, ela que não é injusta – é justa –, porque preserva a ecologia da minha região. O meu Estado é o menos desmatado do País e também o menos desmatado da Amazônia. Menos de 2% da sua cobertura florestal foram atingidos por desmatamentos. Isso é resultante do pólo industrial de Manaus, que financia o interior. Há a questão de segurança nacional, que se garante – claro, com o aparelhamento das Forças Armadas, com efetivos militares – mas se garante a segurança

nacional também com a presença econômica do Estado brasileiro, com a presença de empresas.

A infra-estruturação da região amazônica ocidental toda tem sido feita às custas de recursos da Sufra- ma, a partir de renda de preços públicos. A Sufra- ma aufera no próprio local. Isso tudo tem espalhado o desenvolvimento por toda a região amazônica ocidental. Tenho todas as razões para enumerar as vantagens do pólo de Manaus. Passou a incomodar-me muito o fato de termos um certo preconceito. Seria considerada zona de maquiagem, mas não é. Não é zona e nem é de maquiagem. É pólo industrial de alta definição tecnológica, que merece ser chamado, portanto, de pólo industrial, e não mais de Zona Franca.

Apresentei essa proposta de emenda constitucional após um debate que tivemos aqui sobre determinada necessidade, Senador Paulo Paim, da econo- mia da minha região. Foi preciso um esforço de convencimento muito grande em relação aos senadores. E eu os exortava a compreender a Amazônia como uma verdade brasileira. Eu dizia: não é possível que estrangeiros cobicem a Amazônia ou procurem entendê-la para colaborar com ela, e os brasileiros sejam tão alienados em relação a uma região tão estratégica, tão importante.

Eu dizia que nada mais fora de moda, nada mais fora de contexto do que encontrarmos brasileiros, em quaisquer recantos deste País, que não se interessem pela Amazônia, que pensem, por exemplo, que estou aqui repetindo um discurso paroquial, que estou aqui falando de algo que não tem importância. E tem impor- tância, importância nacional e importância planetária. A Amazônia inteiramente desertificada significaria se alterar o clima do mundo; a Amazônia explorada convenientemente significa 22 milhões de amazônidas satisfeitos e significa o Brasil tendo um pólo de desenvolvimento a sustentar o seu crescimento estratégico.

(A Sr^a Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tenho mais dois minutos, Sr^a Presidente? (Pausa).

Portanto, apresentei essa proposta de Emenda Constitucional, que estaria hoje, caso desimpedida fosse a pauta, no seu primeiro dia de tramitação. São cinco dias, depois vamos votar essa PEC em primeiro turno. Se Deus quiser, em ela sendo aprovada – conto com o apoio dos Srs. Senadores e das Sr^{as}s Senadoras de todos os partidos –, teremos um segundo tempo, um segundo escrutínio nesta Casa e depois a matéria será remetida à Câmara dos Deputados. Não vejo por que haveria de ser diferente ou menos urgente o entendimento da Câmara em relação ao entendimento do Senado. Não vejo por quê. Vejo que o entendimento é

o mesmo. Ou seja, o Senado aprova, a Câmara aprova e nós mudamos o nome do que hoje é erroneamente chamado de Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira. A sede continua sendo a Suframa, que tem um nome respeitável, não tem por que mudar a denominação. Mas a compreensão, sim. Quando alguém disser “vou dirigir investimentos para o Pólo Industrial da Amazônia Brasileira”, será muito melhor entendido do que alguém que diga “estou dirigindo investimento para a Zona Franca. É colocar a verdade no local certo. Isso atraírá mais investimentos. Isso significará, sem dúvida alguma, um grande avanço, uma consolidação de um esforço milagroso de empresários competentes, de um segmento de trabalhadores altamente especializados e de enorme capacidade, de enorme treinamento, que conta, mais ainda, com o apoio governamental que vem desde o Marechal Castelo Branco. Tudo isso compõe o milagre da sofisticação tecnológica com a preservação da própria ecologia no coração da floresta amazônica. É um milagre e é para esse milagre que eu peço a atenção e o voto dos Srs. Senadores no momento em que formos chamados a decidir sobre essa Proposta de Emenda à Constituição, que tenho a honra de assinar em primeiro lugar e que muda o nome da atual Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos por cessão do Senador Marco Maciel e, em seguida, ao Senador Paulo Paim.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, Srªs e Srs. Senadores, meus nobres pares, meu querido povo do meu querido Estado do Tocantins, iniciarei o meu pronunciamento repetindo o que disse o meu nobre Líder Arthur Virgílio. A nossa expectativa de audiência hoje é mínima, mas entendo, Srª Presidente, que, numa sessão deliberativa, visto que o Senado está em seu pleno funcionamento, deve haver algo mais neste País do que apenas esta crise.

Quero dizer a esta Casa, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que, dezessete anos depois de ser criado, o meu querido Estado do Tocantins comemorou ontem o aniversário de uma das suas mais antigas cidades, a cidade de Arraias, que coincide com o aniversário de meu pai, o Constituinte que assinou a

emenda da criação do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos, o seu primeiro Governador, o criador da nossa capital, Palmas, por três vezes eleito Governador daquele Estado, sempre em primeiro turno.

O que comemoramos na verdade, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero fazer uma análise muita curta, muito simples enfocando apenas um aspecto. Durante muitos anos, os poucos profissionais que tínhamos atuando na região Norte, na nossa região, que é a Amazônia Legal, tinham os seus diplomas adquiridos ou em São Luís, ou em Goiânia, ou na cidade de Belém, quando não em Teresina porque não havia centros universitários no nosso Estado, na nossa região.

Verdade é, Sr.ª Presidente, Sr.ªs e Srs. Senadores, que, decorridos dezessete anos de sua criação, temos hoje dez centros onde existem faculdades e centros universitários no Tocantins. Conquistamos a criação da Universidade Federal do Tocantins, ato assinado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao qual estive presente, luta que encabecei durante boa parte dos meus mandatos parlamentares. Mas temos outros centros universitários, como, por exemplo, nas cidades de Tocantinópolis, Araguaína, Colinas, Guaraí, Paraíso, Porto, Palmas, Gurupi, Arraias. Todas essas cidades, hoje, têm algum tipo de terceiro grau em funcionamento.

Nessa última semana, tive a alegria de participar de formaturas nas áreas de Enfermagem, de Farmácia, de Direito, de Jornalismo e até de Ciência da Computação. Como fui convidado para ser paraninfo de todas essas turmas, em uma dessas solenidades, busquei fazer uma comparação, Senador Mão Santa, a partir do discurso de um dos oradores da turma. Eram dois formandos em Ciência da Computação. E eles diziam: “Quando este curso foi criado, fomos objeto até mesmo de uma certa ironia! Criar um curso de Ciência da Computação em uma região tão inóspita ainda, em desenvolvimento, tão distante dos grandes centros?”, como é o meu querido Tocantins. E busquei, nas palavras do formando Bismarck, da Unirg, que é a Universidade Regional de Gurupi, inspiração para dizer a ele que a Índia – e é preciso que o Brasil acorde para esta realidade, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores – é um país que tem 1,62 bilhão de habitantes, que tem 70% da sua população vivendo na zona rural, que tem 40% da sua população sem energia elétrica, que tem cerca de 30% da sua população de analfabetos, que enfrenta, entre outras coisas, o problema de ter cerca de 25% da sua população vivendo abaixo da linha da miséria e da pobreza. Mas a Índia se tornou, em pouco tempo, o segundo maior exportador de software do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos da

América do Norte. E o que levou a Índia a essa condição? Foi exatamente alguém acreditar e investir em infra-estrutura de ensino, de preparação, de estudo, de tecnologia, de pesquisa para a sua juventude.

Vejam, Srª Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, que a Índia está vendendo cerca de US\$10 bilhões anuais em softwares. O setor de serviços hoje é o principal responsável pelas receitas da Índia, e o Brasil despencou da posição de oitava economia mundial para a décima quinta, exatamente atrás da Índia.

Então, eu diria que esse foi um dos caminhos encontrados pelos indianos, pelo governo, por aquela democracia, que tem uma complexidade de religiões, que enfrenta milhares de dificuldades mais do que o Brasil.

Lá no Tocantins não temos nenhuma cidade que não tenha água tratada, não temos nenhuma cidade onde não exista energia elétrica, estamos com estradas pavimentadas pelo Tocantins afora, ou seja, nós acreditamos. Nós acreditamos na formação de centros universitários que inverteram a realidade, que era os tocantinenses deixarem o nosso Estado para buscar os seus diplomas. Pude dizer aos estudantes de jornalismo, onze formandos, na cidade de Gurupi, que temos como patrono do Senado da República Rui Barbosa, jornalista, advogado, diplomata, o Águia de Haia, nossa fonte permanente de inspiração. Pude recordar as biografias de Samuel Wainer, que defendeu de forma apaixonada o Governo Getúlio Vargas e, por outro lado, de Carlos Lacerda, ambos jornalistas brilhantes que exerciam a sua profissão cada qual com as suas paixões. E pude até prestar uma homenagem a Tim Lopes, que exerceu a sua profissão de jornalista lutando contra o narcotráfico neste País e, neste embate, tombou, morreu, vítima do crime.

Então, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu vejo com muita alegria o meu nome ter sido escolhido por todas essas turmas na condição de paraninfo. Principalmente porque considero que, dentre os projetos de lei de minha autoria que estão tramitando nesta Casa, o principal deles é aquele que retira uma pequena parte dos recursos do BNDES para contribuição ao Fundo de Financiamento do Ensino Superior – Fies. E nós temos um exemplo bastante claro e várias razões para aprovar esse projeto de lei.

Eu fui relator, Sr. Presidente, de um projeto de lei que tramitou nesta Casa e se transformou na Lei Piva, de autoria de um dos mais íntegros, preparados e queridos representantes do nosso PSDB, que esteve nesta Casa enquanto José Serra estava no Ministério da Saúde. E o que é a Lei Piva, Senador Mão Santa? Ela propôs retirar um pequeno percentual da receita das apostas das loterias que temos no País para destinar ao

Comitê Olímpico Brasileiro e Paraolímpico. Resultado: relatei esse projeto, negociei com o Governo e com os técnicos da Caixa Econômica, que eram contrários, mas o projeto foi aprovado. O Governo Fernando Henrique Cardoso aquiesceu, concordou com essa mudança, e o Brasil se transformou muito depois da aprovação da Lei Piva; basta ver os números. Nós temos hoje, Senador Mão Santa, o maior centro de treinamento de vôlei do mundo, o melhor e o mais equipado. Os atletas brasileiros estão recebendo, embora ainda aquém da real necessidade, os equipamentos, os centros de treinamento, o apoio para suas atividades olímpicas e paraolímpicas, o que fez com que o Brasil saltasse no quadro de medalhas em várias modalidades.

Ora, se nós conseguimos fazer isso com a Lei Piva, por que não fazer o mesmo com os nossos estudantes, retirando do BNDES, que já financia a construção de prédios para entidades privadas, para faculdades privadas, para entidades de ensino superior privadas? O BNDES tem uma linha para financiar prédios, concreto, instalações físicas, por que não ter uma linha para financiar diretamente o estudante, quando sabemos que a maioria dos estudantes pobres que trabalha o dia inteiro estuda nas faculdades privadas à noite, não têm dinheiro para a passagem, para os livros e para a manutenção dos estudos? E, nas entidades públicas, geralmente aqueles poucos que conseguem passar vêm das famílias mais abastadas, ganham carro zero na hora que passam. Sei que existem muitos que chegam lá com todo o mérito, com muita dificuldade. Mas a grande maioria dos que estão nas escolas públicas deste País, nos grandes centros, vêm das famílias mais abastadas.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sr. Presidente, quero aproveitar para defender aqui, quando se comemora o Centro Universitário do Tocantins, quando se comemora o aniversário do meu pai, que se deu na data de ontem, para pedir a esta Casa a aprovação do projeto de lei que institui uma linha do BNDES para financiar estudantes de 3º grau, neste País.

Vou finalizar, Sr. Presidente Renan Calheiros, ouvindo o aparte do Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Siqueira Campos, Presidente Renan Calheiros, o nosso Senador começou dizendo que haveria outro fato mais importante. Não. Eu acho que Deus escreveu certo por linhas tortas no que diz respeito àquele fato que envergonha o Zé Maligno e o Roberto Jefferson, que ainda pegou o nome de um ex-Presidente dos Estados Unidos, Thomaz Jefferson, pai das universidades

dos Estados Unidos. Eles envergonham o País. Neste instante, Deus botou V. Ex^a na tribuna, representando o melhor da nossa mocidade, pois muito jovem galgou o Senado. Quis Deus que ocupasse a Presidência do Senado Renan Calheiros, com a sua juventude. Esse quadro apaga o outro quadro, que é vergonhoso. Esse quadro é para dizer ao País que Deus escreve certo por linhas tortas. A esperança não feriu o nosso Senado, que V. Ex^a tão bem representa, juntamente com o Senador Renan Calheiros.

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO)

– Eu quero agradecê-lo igualmente, Sr. Presidente, tendo em vista que V. Ex^a foi citado nominalmente, como sempre da forma mais elogiosa. Eu tive a honra de ser Líder de partido com V. Ex^a, na Câmara. Atravessamos todos esses anos na vida pública e nos encontramos novamente aqui no Senado. Vê-lo sentado nessa cadeira de Presidente, com certeza, é uma honra para mim e para os demais Senadores.

Encerro, Senador Mão Santa, nobres Pares, dizendo que em determinado momento o projeto industrial e tecnológico estabelecido em Manaus foi, sem dúvida alguma, objeto da descrença e da ironia de muitos que acreditam que as coisas só podem acontecer no nosso “Sudeste Maravilha”, onde vivem dois terços da população brasileira. Alguns chegam a dizer que é uma pena que grande parte da população brasileira viva em uma região tão distante das nossas riquezas.

Eu diria que ainda estamos mal distribuídos no território brasileiro. A nossa biodiversidade, as águas, os recursos minerais estão, sim, predominantemente na nossa Região Norte. Nada mais justo, nada mais razoável para a distribuição de renda em nosso País, Senador Eduardo Azeredo, do que haver pólos como esse, cuja mudança de nome foi proposta pelo Líder Arthur Virgílio de forma brilhante, no momento correto, para que haja uma compreensão correta do que representa aquele centro.

Portanto, apoiar, aprovar cursos, incentivar a pesquisa onde está a biodiversidade e onde estão os recursos minerais, nas nossas Regiões Norte e Nordeste, sem dúvida alguma, acaba um pouco com as desigualdades regionais.

Por tudo isso e, certamente, por acreditar nessa nova proposta de financiamento do Ensino Superior, tenho recebido muitos convites para ser paraninfo, tenho estado em muitos centros universitários e recebido, sim, Senador Mão Santa, com muita alegria – como acontece com V. Ex^a no Estado do Piauí –, homenagens dos estudantes, que acreditam que podemos mudar este País por meio da educação.

Sr. Presidente, sou formado em Pedagogia e sei que essa profissão não é, nem de longe, listada entre as que podem render dinheiro a seus profissionais, mas acredito que ela seja o instrumento mais poderoso de que dispõe a sociedade brasileira para mudar um pouco o País. É por meio da bandeira da educação, do ensino de 1º, 2º e 3º grau – responsabilidade dos Estados, dos Municípios e da União –, que vejo a possibilidade de ocorrer essa transformação. Ainda acredito – não vou perder nem a fé nem a capacidade de me indignar – que essas devem ser as nossas armas de luta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Siqueira Campos, a Sra. Serys Shlessarenko, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)
– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a, Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)
Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição, pela Liderança do Partido Socialista Brasileiro, para falar antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa inscreverá V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Renan Calheiros, Sras e Srs. Senadores, antes de falar do tema que me traz à tribuna, também concernente à área da educação, Senador Eduardo Siqueira Campos, quero responder um pouco as milhares de mensagens que recebo, conforme o esquema de correspondência do Senado. Recebo mais de duas mil correspondências por semana, e muitos me perguntam por que não estou na CPI. Estou há 20 anos aqui no Congresso e nunca entrei numa sala de CPI, e não me arrependo. Cada Parlamentar tem a sua forma de atuar. Para vir à tribuna todo dia falar da CPI é preciso ter muita boa vontade, e isso eu não tenho.

Naturalmente o que quero – e tenho certeza de que todos os Senadores querem – é que a CPI cumpra o seu papel, que prevaleça a verdade e ponto. E as punições dar-se-ão de acordo com a gravidade do delito cometido. Mas vir todo dia aqui falar de CPI, Senador Renan Calheiros... Sou daqueles que defendem, como V. Ex^a – sei que V. Ex^a apresentou ao Presidente

Lula uma agenda –, que a CPI cumpra o seu trabalho. Todos nós aqui apoiamos isso, com certeza absoluta. Chego a dizer que os outros 500 Parlamentares que não fazem parte daquele grupo de 100 que estão envolvidos – estou até exagerando – nas quatro CPIs instaladas continuam a trabalhar nas Comissões, nos plenários da Câmara e do Senado, ou mesmo no plenário do Congresso Nacional.

Senador Capiberibe, V. Ex^a conversava comigo há pouco sobre a importância de termos uma pauta. Hoje vi com satisfação aqui no plenário inúmeros Parlamentares falando de temas de caráter nacional e também dos seus Estados, sem deixar, é claro, liberdade total àqueles que querem trazer também para o plenário o debate das CPIs, que é muito bom.

Eu falava há pouco tempo com o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e S. Ex^a me dizia que hoje pela manhã a própria Comissão não teve quórum. Há ali matérias importantes para serem votadas.

Afirmo isso como um comentário tranquilo, neste plenário do Senado, na linha de que seria fundamental uma Agenda Mínima, que já foi apresentada pelo Senador Jefferson Péres. O Senador Capiberibe conversava comigo a esse respeito, bem como o Senador Arthur Virgílio. Vi, inclusive, um artigo seu, ontem, que segue a mesma linha. Eu e o Senador Mão Santa conversávamos hoje aqui sobre a importância de debatermos temas de interesse nacional, o que em momento algum significa desprestigar a importância das quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez CPIs que possam ser instaladas.

É importante também que debatamos aqui. Ouvi hoje o Senador Suplicy aprofundando o debate sobre a reforma política. Sou daqueles que não gostaria que, no ano que vem, fôssemos para uma disputa eleitoral. Embora eu não seja candidato, vamos estar em um debate político de caráter nacional, referente às eleições para Presidente, Governador, Senador, Deputado Federal e Estadual nos mesmos moldes da legislação de hoje. E quem sabe daqui há dois anos estaremos novamente discutindo outras CPIs, discutindo fidelidade partidária, financiamento de campanha, se existe ou não caixa dois. Então, é importante que o Congresso delibere sobre esse tema.

Discordo de alguns cientistas políticos. Respeitose, mas no tema eu discordo, porque eles dizem que na hora da crise não dá para discutir reforma política. Como não dá? Alguns pontos estão mais do que definidos, e podemos chegar a um entendimento aqui, por acordo ou pelo voto.

Por isso, vou novamente tratar de um tema que entendo ser de interesse nacional. Refiro-me ao en-

sino profissional, às escolas técnicas, Senador Mão Santa.

Nos últimos dias em que o Ministro Tarso Genro esteve à frente da Pasta da Educação, S. Ex^a assinou mais de 30 convênios para construção e ampliação de escolas e aquisição de equipamentos para instituições federais, estaduais e comunitárias voltadas para a chamada educação profissionalizante.

Considero isso muito importante, porque, da classe média para baixo, quando se chega ao mercado de trabalho, quem não tiver o mínimo de formação profissional não arruma emprego. Mais de três mil jovens se apresentam anualmente no campo de trabalho, e o que lhes perguntam? "Qual é sua experiência?" "Não tenho experiência." Então, dizem: "Tem algum ensino técnico?" "Também não tenho." Conseqüentemente, o jovem está fadado a não encontrar emprego ou, com certeza, se encontrar, será com muita dificuldade.

Então, quero fortalecer essas iniciativas, dizendo que até 2007 serão aplicados R\$57,5 milhões em projetos nessa área. Só em 2005 serão transferidos R\$11,8 milhões para entidades que atuam no ensino técnico.

O Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep) beneficiará sete escolas federais de imediato, catorze instituições estaduais e dez organizações comunitárias.

No Rio Grande do Sul, serão beneficiados por esse programa o Centro de Educação Profissional do Vale do Caí, a Superintendência da Educação Profissional de Bagé, a Superintendência da Educação Profissional de Santa Rosa e a Fundação do Vale do Rio Turvo para Desenvolvimento Sustentável.

Acompanhei a tramitação dos projetos da Fundação do Vale do Rio Turvo e também do Vale do Caí junto ao Ministério da Educação e é claro que estou feliz com a aprovação dos convênios, que trarão desenvolvimento, com certeza, para essas regiões gaúchas.

Sou, Senador Mão Santa, um defensor incondicional da educação profissional e muito me orgulha coordenar a Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Profissional no Senado, junto com o Deputado Federal Alex Canziani, coordenador da Frente na Câmara. Trabalhamos muito durante o ano que passou para viabilizar esses convênios que hoje percebemos que são realidades.

Quero registrar também o importante trabalho realizado em prol da educação profissional por toda a Frente Parlamentar, composta por Senadores e Deputados de todos os Partidos, em especial da defesa e permanência do Proep.

Parabenizo toda a equipe e também o novo Ministro da Educação, Fernando Haddad, pela sua pos-

se no cargo e pela disposição já demonstrada de dar continuidade aos projetos no campo do ensino profissional.

Senador Mão Santa, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, quero cumprimentá-lo pelos temas reforma política e ensino profissionalizante, mas quero também contestá-lo. Disse V. Ex^a que não iria disputar as eleições. Recentemente, fomos a Porto Alegre participar da luta em defesa do Quilombo da Família Silva. Seguindo Ulysses Guimarães, ouvi a voz rouca das ruas e quero dizer que senti do povo de Porto Alegre a admiração pelo seu nome, que, no momento, é o mais forte do seu Partido para disputar o Governo do Estado. E diante da “tsunami” que está aí, talvez V. Ex^a seja até candidato à Presidência da República pelo seu Partido, o que seria uma benção de esperança ao seu Partido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Todos sabem que o Mão Santa é muito meu amigo. Então, estes elogios são de um amigo que tenho aqui no Plenário. Mas quero, Senador Mão Santa, mais agradecer a V. Ex^a, que deixou de ir para o seu Estado e se deslocou para o Rio Grande do Sul para participar comigo de uma atividade muito importante que garantiu a titularidade definitiva do primeiro quilombo urbano do Brasil. Todos sabem que os quilombos são habitados por negros e o Quilombo da Família Silva seria despejado. Nós, então, em nome do Senado, fomos, em uma comissão, ao Rio Grande do Sul. É importante registrar que se uniram todos os Poderes constituídos: o Ministério Público, a Prefeitura de Porto Alegre, o Governo do Estado, o Governo Federal, com seus Ministérios correspondentes. E nós dois estávamos lá, representando o Senado da República. Felizmente, hoje está assegurada, no centro da capital, numa terra privilegiada, de alto valor, a titularidade definitiva para a Família Silva. Meus cumprimentos a V. Ex^a. O Rio Grande do Sul não há de esquecer o gesto generoso, solidário e de grandeza de V. Ex^a, que poderia estar no seu Estado, mas que se deslocou nessa missão, em nome da instituição Senado da República. Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Para concluir, Sr. Presidente, quero, mais uma vez, destacar o trabalho do novo Ministro da Educação, Fernando Haddad, que, já na posse do cargo, destacou que vai continuar valorizando o ensino profissional, garantindo, com isso, que a nossa juventude tenha acesso às escolas técnicas.

O Proep, é bom lembrar, além de objetivar a expansão da educação profissional, pretende, também, aumentar o número de vagas e diversificar a oferta de cursos que atendam à demanda da sociedade e

às exigências das novas tecnologias requeridas pelo mercado cada vez mais dinâmico.

Inspirado no trabalho realizado pela Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Profissional, apresentei, em 2003, um projeto que cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador – Fundep. O Projeto de Lei, de minha autoria, levou o nº 274. O intuito dessa proposta é gerar trabalho e renda, melhorando as condições de acesso ou permanência no mercado de trabalho das pessoas mais jovens.

Sem sombra de dúvida, a assinatura dos convênios aqui citados por mim foi mais um passo importante para a educação profissional...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... porém, precisamos fazer muito mais, precisamos investir muito mais. Se dependesse de mim, no mínimo, em cada cidade deste País teríamos uma escola técnica profissional. Por menor que fosse, seria proporcional ao número de habitantes. Claro que uma cidade maior, de quatro milhões, de dez milhões de habitantes, poderia ter muito mais do que uma escola técnica. Mas deveríamos garantir que em cada cidade deste País tivéssemos pelo menos uma escola técnica adaptada à realidade local. Se for numa área mais rural, naturalmente, o investimento profissional será nessa área; se for numa área mecanizada, como Canoas, um pólo metalúrgico, cidade onde desenvolvi a minha caminhada política, o investimento seria na área da metalurgia.

Com isto, Sr. Presidente, terminei minha fala cumprimentando a todos aqueles que têm fortalecido o ensino profissionalizante em nosso País.

Obrigado, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Com a palavra o Senador João Capiberibe, que falará como Líder por cinco minutos.

O SR. JOÃO CABIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, hoje vou abordar o mesmo tema que abordei há 15 dias. Como foi dito aqui que a nossa audiência hoje é pequena em função, evidentemente, das CPIs, das investigações em curso, então, certamente, o tema de que vou tratar hoje trarei amanhã, trarei depois de amanhã, trarei no próximo mês, porque acho que informação é fundamental até para sairmos da crise. Hoje, as investigações em curso, as CPIs são acompanhadas, passo a passo, pelo con-

junto da sociedade brasileira, através dos canais de televisão, do rádio, da Internet, dos *blogs*. O debate é amplo e profundo. Portanto, está claro para nós que informação é um bem precioso. E a informação no que diz respeito àquilo que é fundamental à vida da nossa sociedade, informação no que diz respeito à carga tributária, aos tributos que pagamos e à aplicação desse recurso me parece decisiva.

Vejam que, hoje, quase cinco dos doze meses de trabalho do cidadão são entregues nas mãos das Prefeituras, dos Governos Estaduais e da União Federal. Ou seja, de doze meses de trabalho, quase cinco vão para as mãos do Estado. E o que é feito desse dinheiro? Como é aplicado esse recurso? Eis a chave de todas as nossas questões. O que a CPI está investigando é de onde vem o dinheiro do mensalão para comprar a consciência de Parlamentares. Essa é a investigação.

Se dispusermos de toda essa informação através da Internet em tempo real, certamente, vamos reduzir o número de CPIs, porque o conjunto da sociedade poderá acompanhar o desempenho da sua Prefeitura, o desempenho de seus Governos Estaduais em tempo real.

Nesse aspecto eu gostaria de incorporar ao meu discurso o artigo do jornalista Elio Gaspari. O jornalista abre o artigo dizendo que, se Lula, do PT, Fernando Henrique, do PSDB, e Jorge Bornhausen, do PFL, querem falar sério, devem determinar aos Partidos nos quais mandam que se organizem para colocar suas contas de campanha na Internet" em tempo real. Essa é a segunda vez que leio um artigo tratando do uso da Internet para informar o cidadão. É a primeira vez que ouço uma referência a prestação de contas das campanhas eleitorais. Concordo plenamente com a possibilidade de divulgarmos as contas dos nossos Partidos, e estamos discutindo este assunto no Partido Socialista Brasileiro.

É preciso que a sociedade saiba que já existe financiamento público de campanha. Há um fundo partidário de que devemos prestar conta, porque se trata de dinheiro público. O nosso Partido está discutindo a possibilidade de expor suas contas do fundo partidário para o conjunto da sociedade.

Portanto, para viabilizar essa iniciativa do jornalista Elio Gaspari, que sugere a divulgação das contas de campanha, devemos fazer a tão desejada reforma política.

Conversava há pouco com o Senador Marco Maciel a respeito do importante artigo de S. Ex^a, publicado na **Folha de S.Paulo**, sobre a oportunidade da reforma. Para isso, precisamos recuperar a confiança perdida. O cidadão contribuinte, esse que, de seus 12

meses de trabalho, coloca 5 meses na mão do Estado, está desconfiado, porque ouve falar dos aspectos negativos da atividade política, do desvio de dinheiro, do mensalão, o que é verdadeiro.

Se os Correios, uma empresa pública, tivessem divulgado suas contas na Internet, com uma prestação de conta – o que hoje é possível –, isso não estaria acontecendo. Poderíamos fazer um acompanhamento dos contratos, das prestações de serviço. Vejam que temos nas mãos a possibilidade de mudar essa situação.

Insisto no meu pedido de audiência com o Presidente Lula.

Estive no meu Estado, Senador Paim, e levantei, pela Internet – todos temos um *laptop* – na página do Governo do Amapá, dados da Secretaria de Transporte do Governo do Amapá que mostram que foram empenhados mais de R\$70 milhões para a construção da BR-156. Fui olhar a estrada. O dinheiro foi gasto, e não existe estrada, Senador Paim. Podemos levantar, formar uma comissão de Senadores para ir ao local. Eu descobri isso pela Internet. Para levantar essa informação, eu levaria meses. Em três minutos, posso abrir meu *laptop* e mostrar que o Governo do Amapá gastou mais de R\$60 milhões de dinheiro federal, por ser uma obra delegada. Fui olhar, e não existe estrada, não existe asfaltamento.

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Portanto, este é um instrumento fundamental: o uso da Internet para informar ao cidadão as receitas desses cinco meses de contribuição que o povo dá aos Governos e também as despesas.

Incorporo ao meu discurso o artigo do jornalista Elio Gaspari, mas gostaria que ele se referisse, além da prestação de conta dos gastos de campanha, à prestação de conta de todas as receitas e as despesas.

Afirmo que a generalização de que todos têm caixa dois nas suas campanhas não é verdadeira. A afirmação pode atingir um grande número, mas não é verdadeira. Portanto, não podemos generalizar.

Mas, para tirar a dúvida, está aí a sugestão do jornalista Elio Gaspari sobre o projeto aprovado pelo Senado da República, à espera de aprovação do Governo.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO CAPIBERIBE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Publicado em 31 de julho de 2005

ELIO GASPARI

Lula e FFHH podem matar o caixa dois

Se Lula do PT, FFHH do PSDB, e Jorge Bornhausen do PFL querem falar sério, devem determinar aos partidos nos quais mandam que se organizem para colocar suas contas na internet. Essa é a melhor maneira para se fechar a torneira de onde sai o principal fluxo de dinheiro da corrupção política. Em vez de abusar da paciência da patuléia com parolagens de falsa indignação, os três caciques comprometem-se com uma providência disciplinadora e moralizante. Se esses três partidos abrirem em tempo real as contas de seus candidatos, a eleição de 2006 acabará com a relevância do caixa dois nas campanhas.

O PT, o PSDB e o PFL apresentam-se como campeões da moralidade e atribuem-se o direito de denunciar os adversários como salteadores.

Quando são apanhados com a mão na caixa, protegem-se alegando a generalidade da malfeitoria.

Em vez de discutir o caixa dois dos outros, Lula, FFHH e Bornhausen deveriam acabar com os seus. Um bom começo seria obrigar cada candidato do PT, do PSDB e do PFL a botar suas contas na internet, em tempo real. Raul Jungmann, candidato a prefeito de Recife, pôs suas contas na internet. Arrecadou e gastou R\$ 350 mil. Teve 30 mil votos e anda de cabeça erguida. Em abril do ano passado, o tesoureiro Delúbio Soares derrubou uma proposta nesse sentido durante uma reunião do diretório nacional do PT. Deu um argumento típico do comissariado com o qual se deslumbrou: “Transparência assim é burrice”. Ele achava que era esperto.

No atual sistema, para cada real declarado à Justiça Eleitoral, circula outro no caixa dois. Chamá-lo de dinheiro não-contabilizado é ofender a inteligência dos contribuintes. É dinheiro triplamente sujo.

Sai sujo da empresa que o dá, entra sujo no cofre do candidato e, sujo, vai para o bolso de quem prestou algum serviço à campanha. O dinheiro sujo estabelece uma relação de cumplicidade entre o doador e o candidato. Um dos maiores empreiteiros do país gostava de

entregar a mala pessoalmente, em seu escritório, olhando no olho dos candidatos.

Os partidos argumentam que as doações não podem ir para a internet porque os empresários temem o assédio dos outros candidatos. Conversa fiada.

As contas podem ficar na rede, em tempo real, sem que a identidade do doador seja conhecida antes da eleição. Basta divulgar o valor do cheque e o número do boleto da contribuição eleitoral. No limite, as despesas também podem ficar sob o sigilo parcial. Até o dia da eleição, divulgam-se a natureza do serviço prestado, a cifra, o número da nota fiscal e a data de sua emissão. O nome da empresa fica para depois.

A abertura das contas dos partidos e de seus candidatos depende apenas deles. Como a memória da corrupção eleitoral é curta, muita gente já esqueceu que em 2000 apareceram as planilhas com o caixa dois usado pelo PSDB durante a campanha de 1994. Coisa de pelo menos R\$ 10 milhões, com mala, banqueiro e tudo. (O ministro Luiz Fernando Furlan sabe um pedaço dessa história. O nome da Sadia apareceu ao lado de uma cifra de R\$ 300 mil).

À época o Planalto admitiu ter cometido “erros formais” e impediu a formação de uma CPI. Destacou-se nessa linha de combate o senador Arthur Virgílio. Vale a pena ouvi-lo:

“Não vamos permitir que ponham Fernando Henrique como réu no Tribunal Superior Eleitoral. Vamos comparar quanto Lula gastou. (?) Vamos atacar também.”

Virgílio intimidou o PT, que hoje tenta intimidar o PSDB. Em comum, há apenas a bala de ferro do caixa dois amarrada aos pés de pessoas como Lula e FFHH, gente em quem a patuléia prefere confiar.

Talvez eles acreditem, como Delúbio Soares, que botar as contas dos partidos e dos candidatos na internet é burrice. Tudo bem, desde que não se incomodem de carregar o caixa dois em suas biografias. Os doutores querem que o povo confie neles mas não confiam no povo a ponto de lhe mostrar os livros-caixas.

*Durante o discurso do Sr. João Capibe-
ribe, a Sra. Serys Slhessarenko, suplente de
Secretário, deixa a cadeira da presidência,
que é ocupada pelo Sr. Maguito Vilela.*

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1^ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 807, DE 2005

Nos termos do art. 199 do Regimento Interno, requeremos a realização de Sessão Especial do Senado, a realizar-se no dia 9 do corrente, dedicada a comemorar os 80 anos do Jornal **O Globo**, cuja primeira edição circulou 29 de julho de 1925.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2005. – **Renan Calheiros** – **Maguito Vilela** – **Serys Slhessarenko** – **Marco Maciel** – **Artur Virgílio** – **Eduardo Azeredo** – **Mão Santa**.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– A Presidência convoca, desde já, sessão especial do Senado para o próximo dia 9 de agosto, terça-feira, ao meio-dia, para a comemoração dos 80 anos do jornal **O Globo**.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pela Sr^a 1^ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 808, DE 2005

Requer ao Ministro da Saúde, informações sobre providências adotadas para evitar perdas de órgãos humanos, entre a doação e o implante.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Ministro da Saúde, informações sobre as causas da demora no processo de doação, que acarreta perdas de órgãos humanos no País, e quais as providências oficiais adotadas para evitar esses empecilhos.

Justificação

A Revista **VEJA** publica, em sua edição com data de capa de 3 de agosto de 2005, matéria bem Fundamentada sobre a demora no processo de doação, com desperdícios de órgãos e o consequente prolongamento do sofrimento das famílias dos doadores. Informa à

reportagem que atualmente existem 60 mil brasileiros na fila de espera dos transplantes.

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta. No caso em tela, estou solicitando esclarecimentos diante das informações vinculadas pela **VEJA**, para que esta Casa fique integrada se há, em nível nacional, mecanismos que possam reduzir a perda de órgãos.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 809, DE 2005

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Excentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde informações sobre a conclusão dos processos relativos à Consulta Pública nº 9, de 15 de outubro de 2004, publicada por aquele ministério, sobre o Tratamento Sistêmico da Psoríase Grave, esclarecendo o estágio atual dos trabalhos e a data prevista para sua conclusão.

Justificação

A Psoríase é uma doença crônica de pele, que não possui cura e cuja causa ainda é desconhecida. Acredita-se que 3% da população sofram de psoríase, o que significa que temos mais de 5 milhões de brasileiros sofrendo com a doença.

No final de 2004, o Ministério da Saúde, por intermédio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, publicou a Consulta Pública nº9, com o intuito de estabelecer o protocolo clínico de Tratamento Sistêmico da Psoríase Grave, em função da chegada ao mercado nacional dos novos medicamentos biológicos para o tratamento da Psoríase.

A expectativa inicial da comunidade médica e dos portadores da doença era que os resultados da Consulta Pública fossem publicados ao final do primeiro trimestre de 2005, com a liberação dos medicamentos biológicos.

Em 19 de abril do corrente, após audiência pública da Comissão de Educação com o intuito de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2004, de minha autoria, que institui o dia 29 de outubro como o Dia Nacional de Combate à Psoríase, fizemos chegar às mãos do então Ministro de Estado da Saúde, Sr. Humberto Costa, um manifesto com mais de 1000

assinaturas de portadores de psoríase, solicitando a conclusão dos trabalhos da Consulta Pública, porém, até o presente momento ainda não temos a publicação dessa portaria.

Considerando que a liberação dos medicamentos biológicos representa uma renovação da esperança para milhões de brasileiros que sofrem com a doença, apresento o presente requerimento, com o intuito de esclarecer a matéria, em conformidade com as competências fiscalizadoras do Congresso Nacional, estabelecidas na Constituição Federal.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2005 – Senador **Delcídio Amaral**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Sthessarenko.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 69, DE 2005

Institui o Grupo Parlamentar Paraguai-Brasil e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituído, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar Paraguai-Brasil, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele formalmente aderirem,

Art. 3º O Grupo Parlamentar reger-se-á pelo regulamento interno ou, na falta deste, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação como a de regularização dos brasileiros indocumentados residentes no Paraguai e iniciativas que busquem soluções concretas para o convívio pacífico entre a agricultura mais mecanizada e a familiar (área marcada por conflitos sociais envolvendo colonos brasileiros e “brasiguaios”), com destaque para a recente visita do Ministro do Desenvolvimento Agrário e a celebração de protocolo de cooperação técnica para o desenvolvimento da agricultura familiar. A comunidade brasileira, em sua grande maioria, é reconhecidamente laboriosa e produtiva, e muito tem aportado para o desenvolvimento agrícola paraguaio.

No âmbito da cooperação bilateral, o Centro de Formação e Capacitação Profissional em Hermanárias, no Paraguai, é maior projeto de cooperação desenvolvido pelo Brasil em termos de recursos, na América do Sul. O Centro tem por objetivo capacitar mão-de-obra para atender a demanda em áreas como eletroeletrônica, metal-mecânica, informática e construção civil. Encontra-se em execução e seus resultados são amplamente satisfatórios.

O governo brasileiro considera prioritário o desenvolvimento da infra-estrutura entre os dois países. Um dos principais projetos é a construção da Segunda Ponte sobre o Rio Paraná, nas proximidades de Foz do Iguaçu/Ciudad del Leste. A partir de novembro de 2003, no âmbito de uma Comissão Mista criada para este fim, técnicos dos dois países vêm realizando reuniões periódicas para definir os padrões da obra. Do mesmo modo, o BNDES tem mantido constantes reuniões com autoridades paraguaias para examinar projetos naquele país que possam eventualmente contar com financiamento brasileiro.

O Brasil considera Itaipu o principal símbolo da integração entre os dois países e um extraordinário marco na história da cooperação bilateral. A Itaipu binacional vem prestando inestimável contribuição tanto na produção de energia quanto

Justificação

As relações entre Brasil e Paraguai, de acordo com o Itamaraty, são assim descritas:

“A intensificação das relações bilaterais nas últimas décadas, que ganhou impulso com os acordos para a concessão de facilidades portuárias ao Paraguai em Santos (1941) e Paranaguá (1956), com a inauguração da Ponte da Amizade (1965) e com a construção de Itaipu (1975-1991), transformou o Brasil no principal parceiro do Paraguai e o sudeste paraguaio, no segundo maior polo econômico do país.

O Presidente Nicanor Duarte Frutos realizou duas visitas ao Brasil (a primeira, antes de sua posse, em 28-5-03, e a segunda em 14-10-03). O Presidente Lula, por sua vez, compareceu à cerimônia de posse do Presidente Nicanor Duarte, ocorrida em Assunção, em 15-8-03.

O Brasil tem grande interesse na estabilidade e na prosperidade do Paraguai e apóia os esforços do Paraguai no sentido da consolidação da democracia e da promoção do desenvolvimento econômico e social.

O Brasil é um dos maiores parceiros comerciais do Paraguai; pelo Brasil circula a maior parte do comércio exterior paraguaio com terceiros mercados, através dos entrepostos de depósito franco em Santos e Paranaguá.

Brasil e Paraguai estão empenhados em diversas iniciativas de interesse comum. No Paraguai encontra-se um contingente de brasileiros e descendentes estimados em 400.000 mil. Neste sentido, são de fundamental importância campanhas na geração de recursos. Itaipu é responsável pelo fornecimento de aproximadamente 23% da energia elétrica consumida no Brasil." (DSF, 2-6-2004, pp. 16883-16884)

O Senado Federal, no exercício de sua missão de co-responsável pela condução da política externa brasileira, não pode deixar de fomentar o estreitamento dessas relações, promovendo a aproximação entre os dois Parlamentos.

Em 19 de abril do corrente ano, recebi em meu gabinete o Senador Miguel Carrizosa Galliano, Presidente da Câmara de Senadores da República do Paraguai, ocasião em que discorremos sobre a necessidade e oportunidade desse estreitamento.

Aquela Casa parlamentar, por sua vez, aprovou a criação da Comissão Parlamentar de Amizade Paraguai-Brasileira, atualmente composta por nove de seus Senadores.

Essas são as razões pelas quais conto com o apoio de meus pares para esta iniciativa.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2005. – Senador **Renan Calheiros**.

(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Diretora.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 264, DE 2005

Autoriza a criação do Ministério da Amazônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Ministério da Amazônia.

§ 1º Os seguintes temas representam o Âmbito de Atribuições do Ministério da Amazônia:

I – formulação e condução da política nacional integrada de desenvolvimento da Amazônia Legal e elaboração dos planos e programas regionais de desenvolvimento;

II – articulação e coordenação das ações da política nacional integrada para a Amazônia Legal, visando à melhoria da qualidade de vida da população regio-

nal e à preservação da segurança e da integridade do território nacional;

III – articulação com os ministérios, órgãos e entidades da Administração Federal, de ações de âmbito internacional e de âmbito interno, relacionadas com a política nacional integrada para a Amazônia Legal;

IV – estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia;

V – estabelecimento de normas para cumprimento do programa de aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento da Região Norte e da programação orçamentária do Fundo de Investimentos da Amazônia;

VI – implementação de acordos internacionais nas áreas de sua competência.

§ 2º Integram a estrutura básica do Ministério da Amazônia o Conselho Nacional da Amazônia Legal, o Conselho Deliberativo para Desenvolvimento da Amazônia e até três secretarias.

Art. 2º Com o objetivo de exercer a atribuição prevista no art. 1º, o Poder Executivo fica autorizado a:

I – criar o cargo de Ministro de Estado da Amazônia;

II – dispor sobre a organização, reorganização, competências, atribuições, denominação das unidades e cargos, suas especificações, funções e funcionamento do Ministério da Amazônia, mediante aprovação ou transformação das estruturas regimentais pertinentes, sem aumento de despesa;

III – transferir para o Ministério da Amazônia os cargos efetivos e em comissão dos quadros dos órgãos e entidades cujas atribuições são transferidas para aquele Ministério;

IV – remanejar, transpor, transferir ou utilizar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2005 referentes às atribuições transferidas para o Ministério da Amazônia, mantida a mesma classificação funcional-programática, expressa por categoria de programação em seu menor nível, conforme definida no art. 7º, § 2º, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso;

V – transferir ao Ministério da Amazônia as atribuições pertinentes e a seus titulares as competências e incumbências estabelecidas em leis gerais ou específicas, referentes aos assuntos de sua área de atribuição.

Art. 3º O Ministério da Amazônia poderá requisitar, independentemente da designação para cargo em comissão ou função de confiança, e sem prejuízo dos

vencimentos e vantagens a que façam jus no órgão de origem, servidores de órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, observado o quantitativo máximo estabelecido em ato conjunto de seu titular e do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, durante o período fixado no mesmo ato.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2005, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, foi realizado o 1º Fórum Amazônico do Parlamento Amazônico, promovido pelo Parlamento Amazônico, cujo Presidente é o Deputado Airton Cascavel, ex-deputado federal, hoje Deputado Estadual no Estado de Roraima.

Todos os temas abordados no 1º Fórum foram de relevância para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A Amazônia Legal é composta pelos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Tocantins e parte dos Estados do Mato Grosso e Maranhão, mas no 1º Fórum estava representado também o Estado de Goiás. Assim, foram dez os Estados representados, com a presença, entre outros, de Parlamentares, Governadores e Prefeitos, bem como 86 Deputados Estaduais.

Quase todos os palestrantes abordaram um tema que vem preocupando as autoridades e a sociedade brasileira: a internacionalização da Amazônia. Pois, toda vez que ocorre um episódio na Amazônia de repercussão negativa, nos âmbitos nacional e internacional, falam os estrangeiros na internacionalização da Amazônia!

Naquele Fórum, apresentei duas propostas: a primeira, que foi aprovada, uma moção de repúdio ao senhor Pascal Lamy, defensor da internacionalização da Amazônia.

A segunda, também aprovada pelo Fórum, foi à criação do Ministério da Amazônia, que se dedicaria àquela região e cuidaria da segurança, do desenvolvimento sustentável e do meio ambiente.

Não sou um ambientalista radical, mas entendo que a Amazônia precisa ser preservada. A continuar como está, com a violência e a degradação atuais, daqui a cinqüenta ou cem anos, as futuras gerações, os nossos filhos, os nossos netos e bisnetos com certeza vão sofrer as consequências do desequilíbrio ecológico ocorrido no País e no mundo, como decorrência da devastação da Amazônia.

Por isso, propus no fórum e proponho aqui a criação do Ministério da Amazônia, que terá a incumbência

de dedicar-se única e exclusivamente àquela região, que representa 60% do território nacional.

Quando falo em preservar a Amazônia, quero dizer preservá-la com desenvolvimento. Podemos, sim, com equilíbrio, desenvolver e preservar ao mesmo tempo, mas, para isso, é preciso haver programas de governo voltados para a Amazônia.

Assim, com esse objetivo, apresento a presente proposição, que autoriza o Poder Executivo a criar o novo Ministério.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2005. – Senador **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.

Art. 7º Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, o identificador de resultado primário, a modalidade de aplicação, o identificador de uso e a fonte de recursos.

§ 2º Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

- I – pessoal e encargos sociais – 1;
- II – juros e encargos da dívida – 2;
- III – outras despesas correntes – 3;
- IV – investimentos – 4;
- V – inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas – 5; e
- VI – amortização da dívida – 6.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2005

Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para introduzir gratuidade e procedimentos es-

peciais para a habilitação de condutores residentes em áreas rurais ou distantes da sede dos órgãos de trânsito.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 12, 19, 22, 159 e 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12.

X – normatizar os procedimentos relativos à aprendizagem, habilitação e expedição de documentos de condutores e ao registro e licenciamento de veículos, bem como ao tratamento especial aplicável a candidatos residentes em áreas rurais ou localidades distantes da sede do órgão ou entidade de trânsito competente;

..... (NR)

Art. 19.

XXX – articular-se com os órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, objetivando a implementação de programas de formação e habilitação de condutores em áreas rurais ou localidades distantes da sede do órgão ou entidade de trânsito competente, por meio de unidades de atendimento itinerantes. (NR)

.....

XVII – implementar programas para a formação de condutores e para a obtenção da carteira de habilitação, destinados a candidatos residentes em áreas rurais ou em localidades distantes da sede do órgão ou entidade de trânsito competente. (NR)

.....

§ 10. A obtenção e a renovação da Carteira Nacional de Habilitação é gratuita para os candidatos residentes em áreas rurais ou em localidades distantes da sede do órgão ou entidade de trânsito competente. (NR)

.....

Art. 320. A receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização, educação de trânsito, bem como no custeio

do programa de formação e exames gratuitos para candidatos à obtenção ou renovação do documento de habilitação residentes em áreas rurais ou em localidades distantes da sede do órgão ou entidade de trânsito competente, conforme normatização do Contran.

..... (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Embora a maior parte da população brasileira resida em áreas urbanas estruturadas, expressivo número de habitantes se encontra disperso em áreas rurais, matas, sertões e pequenos assentamentos praticamente desprovidos de serviços e de equipamentos públicos. São fartamente conhecidas as dificuldades por que passam esses indivíduos para ter acesso aos mínimos benefícios da civilização ou a bens que lhes permitam a melhoria da qualidade de vida.

Entre os muitos problemas enfrentados pelos habitantes das áreas rurais, destacamos aqueles relativos à obtenção da carteira de habilitação, tendo em vista a importância desse documento para o desempenho das atividades cotidianas, para o acesso aos serviços sociais básicos da comunidade e mesmo para a colocação de seus produtos no mercado.

A obtenção da carteira de habilitação implica o deslocamento até os centros urbanos – e, não raro, necessidade de hospedagem – para a realização do curso de formação de condutor, dos exames clínicos e dos testes de prática veicular requeridos pelos órgãos de trânsito, tornando o que deveria constituir uma simples formalidade uma tarefa complicada e dispendiosa para os que vêm de locais ermos.

Diante dos empecilhos encontrados, esses indivíduos acabam por desistir do documento formal de habilitação, apostando na falta de rigor dos órgãos de fiscalização para garantir sua impunidade. O mais grave, porém, é que eles abdicam também do processo de aprendizagem – indispensável para uma adequada capacitação, que lhes garantiria a necessária habilidade e confiança ao volante –, privando-se, assim, de noções valiosas de cidadania, inclusive.

Nesse contexto, seria de grande utilidade a criação de um programa especial de formação e habilitação dos condutores de veículos automotores, apoiado na atividade de unidades itinerantes, voltado para a população de áreas rurais ou lugares ermos.

Acredita-se que a norma proposta trará importante contribuição para os níveis de segurança e de civilidade do trânsito em geral, na medida em que procura atuar junto àqueles segmentos tradicionalmente

negligenciados no processo de formação dos condutores de veículos. Por essa razão, o projeto prevê que a implementação da medida seja custeada com os recursos oriundos das multas, a exemplo do que ocorre com as campanhas educativas de trânsito, conforme determina o CTB.

Pelo exposto, solicitamos a colaboração dos nobres Parlamentares para a aprovação do projeto de lei que ora apresentamos.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2005. – Senador **Geraldo Mesquita Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 12. Compete ao Contran:

I – estabelecer as normas regulamentares referidas neste Código e as diretrizes da Política Nacional de Trânsito;

II – coordenar os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, objetivando a integração de suas atividades;

III – (VETADO)

IV – criar Câmaras Temáticas;

V – estabelecer seu regimento interno e as diretrizes para o funcionamento dos Cetran e Contranlife;

VI – estabelecer as diretrizes do regimento das Jari;

VII – zelar pela uniformidade e cumprimento das normas contidas neste Código e nas resoluções complementares;

VIII – estabelecer e normatizar os procedimentos para a imposição, a arrecadação e a compensação das multas por infrações cometidas em unidade da Federação diferente da do licenciamento do veículo;

IX – responder às consultas que lhe forem formuladas, relativas à aplicação da legislação de trânsito;

X – normatizar os procedimentos sobre a aprendizagem, habilitação, expedição de documentos de condutores, e registro e licenciamento de veículos;

XI – aprovar, complementar ou alterar os dispositivos de sinalização e os dispositivos e equipamentos de trânsito;

XII – apreciar os recursos interpostos contra as decisões das instâncias inferiores, na forma deste Código;

XIII – evocar, para análise e soluções, processos sobre conflitos de competência ou circunscrição, ou, quando necessário, unificar as decisões administrativas; e

XIV – dirimir conflitos sobre circunscrição e competência de trânsito no âmbito da União, dos Estados e do Distrito Federal.

.....

Art. 19. Compete ao órgão máximo executivo de trânsito da União:

I – cumprir e fazer cumprir a legislação de trânsito e a execução das normas e diretrizes estabelecidas pelo Contran, no âmbito de suas atribuições;

II – proceder à supervisão, à coordenação, à correição dos órgãos delegados, ao controle e à fiscalização da execução da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

III – articular-se com os órgãos dos Sistemas Nacionais de Trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, objetivando o combate à violência no trânsito, promovendo, coordenando e executando o controle de ações para a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito;

IV – apurar, prevenir e reprimir a prática de atos de improbidade contra a fé pública, o patrimônio, ou a administração pública ou privada, referentes à segurança do trânsito;

V – supervisionar a implantação de projetos e programas relacionados com a engenharia, educação, administração, policiamento e fiscalização do trânsito e outros, visando à uniformidade de procedimento;

VI – estabelecer procedimentos sobre a aprendizagem e habilitação de condutores de veículos, a expedição de documentos de condutores, de registro e licenciamento de veículos;

VII – expedir a Permissão para Dirigir, a Carteira Nacional de Habilitação, os Certificados de Registro e o de Licenciamento Anual mediante delegação aos órgãos executivos dos Estados e do Distrito Federal;

VIII – organizar e manter o Registro Nacional de Carteiras de Habilitação – Renach;

IX – organizar e manter o Registro Nacional de Veículos Automotores – Renavam;

X – organizar a estatística geral de trânsito no território nacional, definindo os dados a serem fornecidos pelos demais órgãos e promover sua divulgação;

XI – estabelecer modelo padrão de coleta de informações sobre as ocorrências de acidentes de trânsito e as estatísticas do trânsito;

XII – administrar fundo de âmbito nacional destinado à segurança e à educação de trânsito;

XIII – coordenar a administração da arrecadação de multas por infrações ocorridas em localidade

diferente daquela da habilitação do condutor infrator e em unidade da Federação diferente daquela do licenciamento do veículo;

XIV – fornecer aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito informações sobre registros de veículos e de condutores, mantendo o fluxo permanente de informações com os demais órgãos do Sistema;

XV – promover, em conjunto com os órgãos competentes do Ministério da Educação e do Desporto, de acordo com as diretrizes do Contran, a elaboração e a implementação de programas de educação de trânsito nos estabelecimentos de ensino;

XVI – elaborar e distribuir conteúdos programáticos para a educação de trânsito;

XVII – promover a divulgação de trabalhos técnicos sobre o trânsito;

XVIII – elaborar, juntamente com os demais órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, e submeter à aprovação do Contran, a complementação ou alteração da sinalização e dos dispositivos e equipamentos de trânsito;

XIX – organizar, elaborar, complementar e alterar os manuais e normas de projetos de implementação da sinalização, dos dispositivos e equipamentos de trânsito aprovados pelo Cotran;

XX – expedir a permissão internacional para conduzir veículo e o certificado de passagem nas alfândegas, mediante delegação nos órgãos executivos dos Estados e do Distrito Federal;

XXI – promover a realização periódica de reuniões regionais e congressos nacionais de trânsito, bem como propor a representação do Brasil em congressos ou reuniões internacionais;

XXII – propor acordos de cooperação com organismos internacionais, com vistas ao aperfeiçoamento das ações inerentes à segurança e educação de trânsito;

XXIII – elaborar projetos e programas de formação, treinamento e especialização do pessoal encarregado da execução das atividades de engenharia, educação, policiamento ostensivo, fiscalização, operação e administração de trânsito, propondo medidas que estimulem a pesquisa científica e o ensino técnico-profissional de interesse do trânsito, e promovendo a sua realização;

XXIV – opinar sobre assuntos relacionados ao trânsito interestadual e internacional;

XXV – elaborar e submeter à aprovação do Contran as normas e requisitos de segurança veicular para fabricação e montagem de veículos, consoante sua destinação;

XXVI – estabelecer procedimentos para a concessão do código marca-modelo dos veículos para efeito de registro, emplacamento e financiamento;

XXVII – instruir os recursos interpostos das decisões do Contran, ao ministro ou dirigente coordenador máximo do Sistema Nacional de Trânsito;

XXVIII – estudar os casos omissos na legislação de trânsito e submetê-los, com proposta de solução, ao Ministério ou órgão coordenador máximo do Sistema Nacional de Trânsito;

XXIX – prestar suporte técnico, jurídico, administrativo e financeiro ao Contran.

§ 1º Comprovada, por meio de sindicância, a deficiência técnica ou administrativa ou a prática constante de atos de improbidade contra a fé pública, contra o patrimônio ou contra a administração pública, o órgão executivo de trânsito da União, mediante aprovação do Contran, assumirá diretamente ou por delegação, a execução total ou parcial das atividades do órgão executivo de trânsito estadual que tenha motivado a investigação, até que as irregularidades sejam sanadas.

§ 2º O regimento interno do órgão executivo de trânsito da União disporá sobre sua estrutura organizacional e seu funcionamento.

§ 3º Os órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal dos Municípios fornecerão, obrigatoriamente, mês a mês, os dados para os fins previstos no X.

.....

Art. 22. Compete aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, no âmbito de sua circunscrição:

I – cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito das respectivas atribuições;

II – realizar, fiscalizar e controlar o processo de formação, aperfeiçoamento, reciclagem e suspensão de condutores, expedir e cassar Licença de Aprendizagem, Permissão para Dirigir e Carteira Nacional de Habilitação, mediante delegação do órgão federal competente;

III – vistoriar, inspecionar quanto às condições de segurança veicular, registrar, emplacar, selar a placa, e licenciar veículos, expedindo o Certificado de Registro e o Licenciamento Anual, mediante delegação do órgão federal competente;

IV – estabelecer, em conjunto com as Polícias Militares, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;

V – executar fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis pelas infrações previstas neste Código, excetuadas aquelas

relacionadas nos incisos VI e VIII do art. 24, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito;

VI – aplicar as penalidades por infrações previstas neste Código, com exceção daquelas relacionadas nos incisos VII e VIII do art. 24, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar;

VII – arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos;

VIII – comunicar ao órgão executivo de trânsito da União à suspensão e a cassação do direito de dirigir e o recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação;

IX – coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas;

X – credenciar órgãos ou entidades para a execução de atividades previstas na legislação de trânsito, na forma estabelecida em norma do Contran;

XI – implementar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

XII – promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Contran;

XIII – integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;

XIV – fornecer, aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários municipais, os dados cadastrais dos veículos registrados e dos condutores habilitados, para fins de imposição e notificação de penalidades e de arrecadação de multas nas áreas de suas competências;

XV – fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais locais;

XVI – articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo Cetran.

Art. 159. A Cadeira Nacional de Habilitação, expedida em modelo único e de acordo com as especificações do Contran, atendidos os pré-requisitos estabelecidos neste Código, conterá fotografia, identificação e CPF do condutor, terá fé pública e equivalerá a documento de identidade em todo o território nacional.

§ 1º É obrigatório o porte da Permissão para Dirigir ou da Carteira Nacional de Habilitação quando o condutor estiver à direção do veículo.

§ 2º (VETADO)

§ 3º A emissão de nova via da Carteira Nacional de Habilitação será regulamentada pelo Contran.

§ 4º (VETADO)

§ 5º A Carteira Nacional de Habilitação e a Permissão para Dirigir somente terão validade para a condução de veículo quando apresentada em original.

§ 6º A identificação da Carteira Nacional de Habilitação expedida e a da autoridade expedidora serão registradas no Renach.

§ 7º A cada condutor corresponderá um único registro no Renach, agregando-se neste todas as informações.

§ 8º A renovação da validade da Carteira Nacional de Habilitação ou a emissão de uma nova via somente será realizada após quitação de débitos constantes do prontuário do condutor.

§ 9º (VETADO)

Art. 320. A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito.

Parágrafo único. O percentual de cinco por cento do valor das multas de trânsito arrecadadas será depositado, mensalmente, na conta de fundo de âmbito nacional destinado à segurança e educação de trânsito.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência informação sobre acordo de Lideranças para apreciação do item 1 da pauta.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

– 1 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 18, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 247, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §

6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 247, de 2005), que

abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, dos Transportes, da Cultura, do Meio Ambiente e da Defesa, no valor global de quinhentos e oitenta e seis milhões, onze mil e setecentos reais.

Relator revisor:

– 2 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 248, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005 e dá outras providências.

Relator revisor:

– 3 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 250, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 250, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de trinta milhões de reais, para o fim que especifica.*

Relator revisor:

– 4 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 599, de 2005 art. 336, II, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003 (nº 84/1999, na Casa de origem), que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências.* (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial).

Parecer favorável, sob nº 1.059, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

Pendente de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 5 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000

(Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

– 6 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 7 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 8 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 87, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais*. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

– 9 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº**12, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 10 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº**59, DE 2004**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Parecer, sob nº 1.130, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 11 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA**Nº 8, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal

Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao ilustre Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar este dia, em que não vai haver votação, para fazer um apelo ao Governo: que sejam indicados os nomes dos diretores das agências da área de infra-estrutura.

O Governo sempre diz que dá prioridade à área de infra-estrutura, mas, infelizmente, essas indicações não são feitas. A ANP, por exemplo, está sem presidente desde janeiro. O mandato do presidente terminou, e o Governo mandou para esta Casa o nome do indicado, que foi rejeitado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. A matéria veio para o plenário, mas nem o Governo tem coragem de colocá-la em votação, com medo de que seja recusada, e não indica outro nome. Então, fica a agência acéfala.

Em maio terminou o mandato de dois diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica. Já estamos no mês de agosto, e, até agora, o Governo não enviou ainda o nome desses diretores.

São dois setores primordiais, como o do petróleo, por exemplo. Duas refinarias privadas do País estão para fechar. A partir de amanhã, vão fechar, devido à questão da administração do preço do petróleo.

Na área de energia elétrica, mudou o Ministro, há uma série de questões a serem resolvidas, e não se indicam os diretores das agências. Trata-se de um Governo que não age e, depois, fica dizendo que a Oposição está prejudicando a governabilidade.

Queremos que o Governo governe e mande para esta Casa o nome dos diretores das agências, para que possamos aprová-lo.

É este o apelo que faço a V. Ex^a, como Presidente: que encaminhe aos líderes do Governo este pedido, para que possa ser atendido o mais rapidamente possível – até amanhã, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Volta-se à lista dos oradores.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da

oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, falarrei sobre dois temas. O primeiro refere-se à boa notícia de hoje para os consumidores brasileiros.

Por decisão do Juiz Charles Frazão, da Segunda Vara Federal de Brasília, está suspensa a cobrança da tarifa básica sobre serviços de telefonia fixa no Brasil. De acordo com o magistrado, que hoje deve estar se transformando em espécie de herói para tantos quantos mantêm um telefone em suas residências, não há comprovação da necessidade de manutenção de assinatura básica para suportar os custos de manutenção das operadoras. Muito pelo contrário, a assinatura básica só serve para ampliar os lucros astronômicos das empresas.

Ouçam o que disse o Juiz Frazão em sua sentença: “Os respectivos custos de manutenção afirmados pela defesa não podem ser custeados por fonte diversa daquela que remunera o serviço prestado”. Para chegar à sua decisão, o Juiz deu atenção especial ao art. 83 da Lei nº 9.472/97, que regula a prestação de serviço no setor, segundo o qual as concessionárias devem se sujeitar “aos riscos inerentes da atividade empresarial”.

Se o comércio corre seus riscos, se a indústria corre seus riscos, se o trabalhador se submete a múltiplos riscos durante o seu cotidiano, por que haveria de ser diferente com as concessionárias dos serviços de telefonia?

O juiz também afirmou que a cobrança que vinha sendo feita pela BrasilTelecom, pela Telemar e pelas outras prestadoras de serviços de telefonia viola o disposto no art. 77 do Código Tributário Nacional, pois exige o pagamento de um serviço que não foi prestado.

É uma decisão, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, de grande repercussão, contra a qual as grandes prestadoras vão certamente recorrer, mas que esperamos seja mantida pelas esferas superiores da Justiça.

Tenho certeza de que partilha dessa mesma opinião o nosso Ministro das Comunicações, nosso companheiro Senador Hélio Costa, que assumiu o cargo se comprometendo, se dispondo a realmente atacar a cobrança dessa assinatura básica.

Observe-se, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, que a cobrança dessa assinatura obrigatória vinha rendendo a “bagatela” de R\$2 bilhões por semana para as operadoras de telefonia. Esse é, sem dúvida nenhuma, um tipo de concessão em que o concessionário vinha ficando com todas as vantagens em prejuízo dos assinantes, dos consumidores e da população brasileira.

Os dados provam, Sr. Presidente, que as concessionárias dos serviços de telefonia não deixarão de

lucrar. A retirada dessa cobrança só reduz lucros até aqui astronômicos, auferidos à custa dos interesses da grande massa de consumidores.

Por isso, nossas homenagens ao Juiz Frazão e nossa expectativa de que os consumidores possam assegurar até o fim essa vitória. Que a Justiça se mantenha ao lado da população. Realmente, a taxa básica da telefonia fixa é um absurdo e hoje ela acaba de ser suspensa. Esperamos que a Justiça se faça e que essa taxa não retorne.

Sr. Presidente, gostaria, mais uma vez, de tratar de uma questão que para nós, do Partido dos Trabalhadores, é extremamente séria, grave e que nos abala. Mas, ao mesmo tempo, a grande maioria dos filiados ao Partido dos Trabalhadores tem falado permanentemente, de forma aberta, sobre essa questão. Não queremos esconder nada e jamais esconderemos. Refiro-me à situação em que nos encontramos hoje, em razão de todos esses escândalos por aí propagados contra o nosso Partido. Na semana passada, fiz um discurso muito forte a esse respeito e hoje vou continuar –, eu disse que continuaria –, sim, avançando, mas ainda falando do nosso Partido.

Nessa caminhada que tenho feito nas últimas semanas pelo interior do meu Estado, Sr. Presidente, conversando com companheiros das direções municipais do nosso Partido, o PT, e também com a população, com homens e mulheres que constroem o desenvolvimento do nosso Mato Grosso, tenho sentido que, ao contrário do que alguns gostariam, sobrevive em nosso povo uma grande confiança no Partido dos Trabalhadores e no Governo Lula. Esse fato muito nos estimula a resistir na trincheira deste Partido e deste Governo.

O que se vê é que o Partido dos Trabalhadores está sendo submetido, há mais de setenta dias, a um violentíssimo ataque. Todos nós estamos vendo que a Direita e grande parte dos meios de comunicação buscam desmoralizar o PT, apresentando-nos como um “partido corrupto” e como uma “fraude histórica”. Sim, todos aqueles velhos adversários do PT colocam suas manguinhas de fora e andam por aí fazendo ironia e disparando toda sorte de xingamentos contra o nosso Partido. Esses espertalhões bem que gostariam de que a crise do PT fosse terminal, que o PT, que está abatido, que está arriado na enfermaria da política, nunca mais erguesse a sua cabeça. Mas o povo sabe quem são esses oportunistas. Lá em Mato Grosso, por exemplo, o povo sabe quem são os políticos que se acumpliciaram com Arcanjo Ribeiro, com o crime organizado e que hoje se adiantam em xingamentos contra os petistas nas emissoras de televisão, principalmente do meu Estado de Mato Grosso. Que

eles não motivam a maioria do nosso povo contra o PT está sabido. Nossa povo está acompanhando as investigações, está vendo a isenção com que atuam os parlamentares de nosso Partido dentro da CPI, está vendo o empenho com que o Governo Lula está exigindo investigações da Polícia Federal. E nosso povo, sábio como é, mostra-se disposto a preservar o espaço político do PT.

O que se percebe, viajando pelas mais diferentes cidades de Mato Grosso é que os pretensos coveiros do PT estão muito enganados. O PT não é um partido corrupto não. Partido corrupto é aquele que, ao se retirarem os corruptos de suas fileiras, sobra muito pouco ou quase nada. Do PT, ao se tirarem os corruptos, sobram 99,9%, com certeza, de pessoas filiadas decentes, honestas, sérias e que são as primeiras a denunciar todo tipo de corrupção, principalmente aquela que está sendo apontada dentro do Partido dos Trabalhadores e que chocou, surpreendeu a maioria de nossa militância. Somos mais de 800 mil filiados no Partido dos Trabalhadores pelo Brasil afora, e tenho certeza de que são pouquíssimas as dezenas de alguns que se comprometeram, que cometem irregularidades, bandidagem mesmo, dentro do Partido. E esses têm que ser expulsos, esses têm que ser botados para fora. E o nosso Partido sairá, com certeza, fortalecido, porque realmente é uma luta e uma determinação da militância.

Este Partido não foi forjado e criado em choca-deira, onde se reuniram, através dos tempos, meia dúzia de caciques, que mudam siglas partidárias e transformam princípios dos seus partidos. O nosso Partido foi, é e continuará sendo forjado na luta dos trabalhadores. E nós que o compomos temos a obrigação e a responsabilidade de continuar preservando o Partido para a força trabalhadora deste País, para que ela realmente não se veja intempestivamente sem ter onde se agarrar, mas que se apóie num partido político com princípios gerados e oriundos no ventre da luta dos trabalhadores!

E, à medida que a nossa militância vai percebendo que, no dia 18 de setembro, terá a chance de afastar do comando do Partido aqueles dirigentes e aquelas correntes que vinham conduzindo o Partido de forma equivocada, o PT tem tudo para se fortalecer e continuar sendo importante instrumento de ação política dos trabalhadores deste País.

Nestes últimos dias, estive com outros companheiros do PT nos municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade, Reserva do Cabaçal, Araputanga, São José dos Quatro Marcos, Mirassol d'Oeste, Nova Lacerda, Conquista do Oeste, Comodoro, Pontes de Lacerda, Vale do São Domingos, Jauru, Cáceres, en-

tre vários Municípios do meu Estado de Mato Grosso. Vi, por exemplo, em Reserva do Cabaçal, uma das coisas mais lindas: o primeiro e único, por enquanto, assentamento de mulheres, de pequenas produtoras rurais. Lá já chegou o Luz para Todos.

Faz a diferença este Governo, sim! Poderia citar uma dezena delas, mas vou falar só sobre esta última que vi, anteontem, no meu Estado de Mato Grosso: aqueles pequenos trabalhadores rurais, que, no governo passado, fizeram o Luz no Campo, porque era a única alternativa que tinham, a única saída para ter energia, hoje estão lá encalacrados, por terem de pagar, por oito a dez anos, mensalmente, uma prestação, para terem a tal energia no campo. Eles não darão conta de pagar nunca, e aqueles que os submeteram a esses empréstimos já estão querendo arrancar até os postes.

Este Governo é bem diferente. Pelo Luz no Campo, eles têm que pagar por dez anos, e o Programa Luz para Todos está chegando, absolutamente de graça, à casa dos pequenos proprietários rurais. Em Mato Grosso, já são seis mil residências, e até 2008 serão 12 milhões, com o Luz para Todos na área rural, para os pequenos proprietários do Brasil, de ponta a ponta. Digam-me se isso não faz diferença?

Pergunto: faz diferença ou não ter de pagar uma prestação de mais de R\$100,00 por dez anos, para ter meia dúzia de bicos de luz e duas tomadas dentro de casa, na área rural, e ter esse mesmo número de bicos de luz e de tomadas absolutamente de graça? É claro que faz!

As cidades que mencionei são aquelas em que o PT está enraizando-se cada vez mais e onde encontrei uma disposição de resistência na militância petista. A militância do PT não vai permitir que os malfeitos de Delúbio Soares, de José Genoíno, de Sílvio Pereira e de tantos outros prejudiquem a caminhada histórica do PT. Em Mato Grosso, já passamos por testes igualmente dolorosos, e nosso Partido sobreviveu. Está preso, em Cuiabá, o suplente de Vereador do PT, que foi condenado pela Justiça por tentar assassinar, há quatro anos, o companheiro Sivaldo Campos, uma das lideranças históricas do PT, que felizmente sobreviveu a esse atentado. O PT também sobreviveu a essa tragédia e tem crescido tanto em Cuiabá quanto em Mato Grosso.

Lugar de bandido é na cadeia, seja qual for a sua filiação partidária – e, como Partido de massas que é, o PT terá sempre de manter um processo permanente de depuração de suas fileiras.

Em todos os lugares por onde tenho passado, pude constatar que o PT está de pé e que seus militantes continuam sustentando a bandeira vermelha

do Partido com muito orgulho. No dia 18 de setembro, vamos renovar as direções do nosso Partido, com a participação massiva das nossas bases. A votação interna no PT será, sim, uma verdadeira festa da democracia e renovará o Partido, no mesmo dia, nacional e regionalmente, em todos os Municípios onde ele está constituído.

Claro que precisamos mudar as direções do PT, como também seus rumos em alguns sentidos. Não podemos continuar desgarrados como estávamos até aqui. É um fato incontestável que o PT precisa mudar sua relação com a militância, com o Governo e com a intelectualidade; precisa mudar a relação entre sua prática e sua teoria, o processo de formação de seus quadros dirigentes, sua capacidade de análise política, sua visão de Estado e da sociedade brasileira.

Sim, devemos mudar de alto a baixo, se for necessário. Promover uma “operação mãos limpas” interna, que recupere o espírito público, indispensável para que o PT continue sendo aquele Partido de esquerda que fez história no Brasil no processo de retomada da democracia e que virou uma referência de luta e de organização dos trabalhadores para toda a América Latina e para todo o mundo. Mudar o PT é reaproximá-lo dos movimentos sociais, restabelecer seus laços com todos aqueles que lutam por um Brasil fraterno e justo, onde não exista lugar para a violência, para as injustiças, para a fome e para a miséria.

Nesse sentido, o PT precisa reorganizar-se, retomar seu histórico de respeitabilidade, para poder trabalhar pela superação da política neoliberal, que se mantém hegemônica ainda hoje. É urgente recuperarmos o PT para a dignidade, tirá-lo desse lamaçal das negociações intraparlamentares, cortar a própria carne, punir todos aqueles petistas que tenham vacilado na construção e na defesa da ética partidária e acumular forças, para mostrar que o Governo Lula veio realmente para acabar com o Brasil das injustiças, da miséria, da “financeirização”, da violência e da corrupção. Neste momento, preservar o PT é muito importante.

Gostaria de dizer que estranho e lamento a atitude de alguns companheiros que estão querendo sair do Partido neste momento. Entendo que é uma atitude profundamente equivocada, neste momento de crise do PT, neste momento de crise da esquerda brasileira. De nada adiantará trocar o nosso Partido, a nossa história, a longa construção do PT por outra legenda eleitoral. Os problemas da esquerda, os problemas do nosso povo não se resumem e não se resolvem apenas por meio da disputa eleitoral.

Sabemos que uma das razões da crise do PT e da própria esquerda brasileira tem sido esta distorção que resultou no fortalecimento do eleitoralismo em nos-

sas fileiras. Foi-se trocando a construção da democracia direta, que envolve necessariamente todo o povo ou a sua maioria, por uma ação política centrada na ação parlamentar. Dessa forma, jamais se chegará a mudanças estratégicas em nossa sociedade.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. SERYS SELHESSARENKO (Bloco/PT

– MT) – Sr. Presidente, peço mais dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Quando esgotar seu tempo, conceder-lhe-ei mais dois minutos.

A SRA. SERYS SELHESSARENKO (Bloco/PT

– MT) – Obrigada, Sr. Presidente.

Por isso, não podemos, de repente, nos transformar em lideranças assim contaminadas, que, ao invés de pensarem nas lutas e na organização do povo ou no tanto que ainda é preciso acumular para desatar o nó da exploração em nosso País, só pensam na próxima eleição que têm para ganhar. No meu humilde entendimento, este é o momento em que os projetos pessoais devem se subordinar ao projeto coletivo da classe trabalhadora brasileira. Acredito que resistir, dentro do PT, ainda é muito importante para os setores oprimidos da população brasileira.

É por isso que, ao lado da Deputada Maria do Rosário, dos companheiros do Movimento PT, dos companheiros Raul Pont e Valter Pomar, que são grandes candidatos a presidente do PT nacional, tenho percorrido meu Estado de Mato Grosso e algumas regiões do Brasil, gritando e repetindo o brado: quero meu PT de volta! O PT das lutas, compromissado com os movimentos sociais, com o bom combate, contra a miséria e a exploração! O PT compromissado com a construção do socialismo no Brasil!!

Nenhuma tendência ou indivíduo dará conta sozinho de defender o PT. Por isso, é fundamental que o processo de eleição interna do PT, que já está em andamento, seja marcado por um intenso debate de idéias. E que da votação direta, no dia 18 de setembro, resulte um Diretório Nacional do PT que venha a ser formado sem maiorias absolutas, fixas, presumidas, quase permanentes. Constatamos agora que precisamos, realmente, renovar o PT de ponta a ponta.

Não devemos permitir a verticalização das decisões dentro do PT.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a dispõe de mais dois minutos.

A SRA. SERYS SELHESSARENKO (Bloco/PT

– MT) – Não devemos mais criar ambiente favorável à truculência de um companheiro contra o outro; não devemos mais criar um ambiente que favoreça este

processo de prostituição dos ideais, que parece ter vitimado lideranças como Delúbio Soares, Sílvio Pereira e outros mais. Sob o meu ponto de vista, essas pessoas já deveriam ter sido expulsas do Partido dos Trabalhadores.

Fica aqui nossa sugestão aos companheiros do nosso Partido na Câmara Federal, aos companheiros do PT, aos companheiros da nossa Bancada no Senado, a todos os nossos Senadores e Senadoras. Cito o companheiro Paulo Paim, que está presente neste momento. Conclamo a todos, que sempre tivemos grande independência e influência sobre nossa militância, para nos irmanarmos em um grande movimento de recuperação do nosso Partido. Não podemos permitir que a desesperança se instale nos corações dos brasileiros e das brasileiras. Temos que continuar nossa luta, nossa caminhada.

Quero meu PT de volta.

Quero minha esperança de volta.

Quero me manter de cabeça erguida, caminhando ao lado do povo brasileiro, rumo a um ambiente de dignidade, de paz social e, para isso, entendo que é preciso, é vital sustentar o PT.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, o Sr. Maguito Vilela, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Maguito Vilela, como Líder do PMDB, para uma comunicação de interesse partidário, por 20 minutos, nos termos do art. 14.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a inexplicável morte do brasileiro Jean Charles de Menezes, em Londres, traz de volta ao debate o tema da segurança internacional. Jean Charles, um eletricista brasileiro de 28 anos que vivia e trabalhava legalmente na Inglaterra, foi fuzilado com oito tiros na cabeça, disparados pelas costas, numa ação precipitada, equivocada e trágica da polícia britânica.

A ação despropositada da polícia foi uma reação aos atentados de 7 de julho, quando bombas colocadas em estações de transporte público mataram mais de 50 pessoas. As declarações das autoridades a respeito do erro da polícia na morte do brasileiro também foram desastradas.

O Primeiro-Ministro Tony Blair lamentou o ocorrido – inclusive, hoje ou ontem, telefonou ao Presidente Lula –, mas defendeu a ação da polícia anuncian-

do que é necessário continuar atirando para matar. Aproveitando-se do momento de comoção que toma conta dos britânicos, Blair repetiu a bazofia tantas vezes dita pelo Presidente americano George W. Bush de que nada fará com que a Inglaterra recue na luta contra o terror.

Atentados como os de sete de julho em Londres, ou como os sofridos pelos Estados Unidos em 2001, acedem o sentimento de patriotismo das pessoas e inflam a popularidade dos governantes. Com um olho na tragédia e outro nos números, esses governantes acabam se julgando super-heróis, tomando medidas que geram mais violência. Essa é uma tese que se comprova a cada dia.

Os atos de terrorismo contra Londres e Nova Iorque são atos covardes, sim, ações hediondas, sim, que merecem o repúdio de todo mundo, sem dúvida nenhuma. Mas, por ser no Ocidente, em países ricos, não são mais nem menos covardes e hediondos que os atos de terrorismo que assistimos há muitos anos, todos os dias, no Oriente Médio, no Egito, em Israel, em Gaza, na Palestina e em toda aquela região. Nem são menos covardes e hediondas que as centenas de mortes diárias a que assistimos, inertes, em países paupérrimos na África, na Ásia, na América Central. Nesses casos, nem são necessárias bombas ou homens bombas. Nesses casos, as pessoas morrem natural e diariamente por pura falta de ter o que comer. Morrem de fome.

Digo tudo isso para chegar a uma conclusão. Não será espalhando mais medo e violência que os Estados Unidos e a Inglaterra vão colocar fim ao terror. Os atentados de julho, pelos indícios disponíveis, já não foram perpetrados por organizações terroristas organizadas. Ou seja, o terror começa a se espalhar indiscriminadamente por jovens que, todos os dias, têm visto suas pátrias devastadas pela guerra e também pelo terror.

É preciso que os países ricos usem suas forças para estabelecer a paz no Oriente Médio. Garantir o que definiu uma resolução da ONU há mais de trinta anos, garantindo um estado independente para a Palestina, como foi garantido a Israel.

Também a ONU, há menos tempo, estabeleceu um plano para minimizar a fome no mundo nos próximos anos. Desse projeto, que tive a oportunidade de detalhar nesta tribuna há algumas semanas, consta a ajuda anual dos países ricos aos países mais pobres do mundo. Todos os grandes assinaram o compromisso, mas alguns não cumpriram, entre eles estão justamente os Estados Unidos e a Inglaterra. São os dois mais poderosos, que mais condições têm de ajudar, e os que têm mais sofrido com ataques terroristas.

Os Estados Unidos gastam anualmente mais de US\$500 bilhões com a guerra – mais de US\$500 bilhões com a guerra! Pelo projeto da ONU, para se erradicar a fome até 2.025, prevê-se que os Estados Unidos destinem US\$16 bilhões em ajudas humanitárias, o que o governo daquele país se recusa a fazer. Gasta US\$ 500 bilhões com a guerra, mas se nega a dar US\$16 bilhões em ajudas humanitárias.

Cito apenas dois exemplos ilustrativos de ações que seriam mais eficientes na guerra ao terror. Sem construirmos justiça social, todos estaremos, agora e sempre, vulneráveis a ações terroristas. Não adiantam as grandes conquistas tecnológicas e econômicas, se no país do lado pessoas morrem de fome.

Injustiça gera revolta e revolta gera reações extremadas e, naturalmente, incontroláveis.

Se os países ricos não mudarem a estratégia de ação diante do terror vão continuar sofrendo com atentados e vendo seus cidadãos morrerem em ações covardes. O terror, estimulado pela revolta de quem sofre com a guerra, se multiplica como a fome. Se hoje são presos ou mortos três ou quatro terroristas, amanhã surgem outros com a mesma disposição de matar e morrer. A experiência após 11 de setembro de 2001 prova essa tese, defendida hoje por dezenas de intelectuais e estudiosos do assunto em todo o mundo.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, aproveito, mais uma vez, para me solidarizar com a família do mineiro Jean Charles de Menezes, covardemente assassinado pela política britânica, cujo corpo foi sepultado no última dia 29 do mês próximo passado. Como os britânicos que morreram em sete de julho, Jean Charles também é uma vítima inocente.

Cumprimento às autoridades brasileiras pela ação imediata de apoio à família. E espero que a vigilância sobre o assunto, por parte do Ministério das Relações Exteriores e por parte da imprensa, continue atenta. É preciso que os policiais que mataram um inocente sejam responsabilizados pelos seus atos. E que a família de Jean Charles seja devidamente indenizada pela perda irreparável.

Esse tipo de desdobramento é fundamental, porque inibe ações futuras, preservando a vida de outros inocentes, brasileiros que moram no exterior.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, dispondo do tempo que ainda tenho nesta tribuna, faço coro com as palavras do ilustre Senador Osmar Dias. Talvez o Governo, por intermédio de seus Ministros das áreas agrícola e econômica, não esteja atento para o que vai acontecer com a agricultura brasileira, que está totalmente asfixiada. Os agricultores brasileiros estão desesperados. O Governo não consegue atender os

problemas e as reivindicações trazidas pelos agricultores, reivindicações justas, honestas e corretas.

Tenho convicção de que o Brasil vai sofrer muito por não entender o problema que assola a agricultura brasileira. Hoje, os insumos e adubos, tudo o que os agricultores precisam comprar agora, estão sendo comprados em quantidade infinitamente menor do que no ano passado. Isso vai trazer uma queda brutal na produção agrícola de nosso País, bem como nas exportações de alimentos, principalmente de grãos, especialmente a soja, gerando desemprego ainda maior em nosso País, principalmente se levarmos em conta que é na agricultura que se produzem os empregos mais baratos deste País, evitando-se, consequentemente, o êxodo rural.

Eu, mais uma vez, talvez pela trigésima vez, quero alertar o Governo, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que, por certo, está sabendo desta situação, dos problemas que advirão ao nosso País em função...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Maguito...

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – ...do não socorro do Governo, neste momento, aos agricultores brasileiros.

Com muita honra, concedo a palavra ao ilustre Senador, ex-Governador do Piauí, Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Atentamente estava ouvindo a homenagem feita ao mártir mineiro, eletricista, recentemente. E quis Deus estar aí o Senador Aelton Freitas, que representa o Vice-Presidente da República nesta Casa. Atentai bem, Maguito, V. Ex^a que tem proximidade com o Presidente Lula. Atentai bem para essa mensagem desse novo mártir mineiro. Tivemos o mártir Joaquim da Silva Xavier, que lutou pelas liberdades deste País, e agora há outro mineiro, dando isso aí que V. Ex^a está alertando: o desemprego. E isso é que faz o brasileiro sem emprego, sem trabalho, com muita dignidade, atravessar os mares, as fronteiras – está aí uma novela. E talvez – talvez! – se o Presidente Lula tivesse escutado um homem de trabalho, um homem competente, o seu Vice-Presidente da República, ele teria baixado os juros. A cada 1% que se baixa nas taxas de juros corresponde a dois milhões de empregos. É hora de o Presidente da República... Essa é a voz do nosso PMDB, o PMDB de orgulho, o PMDB autêntico, que dá essa cooperação ao Governo que está aí, perdendo a oportunidade de cumprir a sua palavra de 12 milhões de empregos prometidos. Talvez o outro mineiro, que não seja o mártir Tiradentes, o mártir eletricista, seja a solução para este País. Que o Lula, que está aí desorientado, tire uma licença de 90 dias para reestudar a sua missão e coloque o

Vice-Presidente da República. Talvez não tenhamos mais mártires mineiros em nossa História.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço e acolho as palavras de V. Ex^a, que, sem dúvida alguma, engrandecem o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao falar também dos problemas da agricultura, que, se não acudida, gerará muito desemprego, tenho certeza absoluta, tenho convicção de que os pleitos e reivindicações dos agricultores brasileiros ainda serão atendidos.

Espero que não tardiamente, porque, na agricultura, há dia, hora e mês para se plantar. Se não se adubar, se não se colocar calcário, se não se plantar no momento certo, não adianta. A agricultura é uma atividade diferente, que depende da situação climática, ou seja, depende das chuvas.

Por isso, o Governo tem de atender – se é que vai atender – imediatamente.

Gostaria ainda, Sr. Presidente, aproveitando os minutos que me restam, de fazer um apelo ao Ministro da Educação, recém-empossado, para as duas universidades de Goiás: a universidade do sudoeste goiano, com sede na minha cidade de Jataí, cidade-pólo do sudoeste; e também a universidade do sudeste goiano, com sede na cidade de Catalão. São dois **campus** da universidade federal já implantados, avançados e que vêm prestando relevantes serviços à educação de Goiás e do Brasil, com cursos importantíssimos. Lá já está tudo consolidado; basta a transformação desses **campus** em universidade. O Senado já aprovou, a Câmara está aprovando, e esperamos a sanção do Presidente da República.

E uma última palavra com relação à reforma política. Vi aqui muitos oradores desfilando nesta tribuna, dizendo que talvez ainda não seja o momento ideal para se fazer a reforma política.

Senador Mão Santa, que gosta muito de ler, li Dalai Lama recentemente. Ele diz o seguinte:

Só existem dois dias do ano em que nada pode ser feito: um chama-se ontem, e outro chama-se amanhã. Hoje é o dia certo para fazer tudo o que pode ser feito.

Então, a reforma política, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não pode ser amanhã; não pode ser ontem, mas não pode ser amanhã. A reforma política tem de ser hoje, agora. É praticamente uma exigência de toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Antônio Leite, como inscrito. V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. ANTÔNIO LEITE (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o ano 2005 foi escolhido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a Unesco; pela Organização dos Estados Americanos, a OEA, para ser o Ano Ibero-Americano da Leitura, que no Brasil recebeu o nome de Vivaleitura.

A iniciativa tem o objetivo de promover a leitura como “tema prioritário nas políticas públicas e no imaginário social da Ibero-América”. No Brasil, recebeu o sugestivo nome de Vivaleitura, foi lançado no Palácio do Planalto com a proposta de promover uma grande mobilização do País em benefício de uma Política Nacional do Livro, da Leitura e de Bibliotecas, para que o Brasil dê um grande passo de modernidade e produza uma Nação de Cidadãos que lêem.

Quero registrar neste pronunciamento o trabalho dos municípios brasileiros que se colocaram na linha de frente no que diz respeito à instalação de bibliotecas públicas e escolares no âmbito de milhares de projetos cujo objetivo é incentivar a leitura, o estudo e a pesquisa. Vale lembrar a iniciativa pioneira implantada no Estado do Maranhão pela Senadora Roseana Sarney quando Governadora do Estado. O programa denominava-se sugestivamente “Farol do Saber” e tinha o objetivo de desencadear o processo de criação e instalação de bibliotecas públicas em todos os municípios maranhenses. Oxalá, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dentro de breve tempo, todos os municípios do nosso País possam ter bibliotecas públicas para soltar e alimentar o desejo de saber da população. E hoje sabe-se que as bibliotecas, além de acervos de livros, periódicos, revistas etc., têm computadores que permitem o acesso a bibliotecas virtuais.

Parafraseando o grande educador Paulo Freire, eu diria que povo que lê é povo que sabe compreender o seu mundo. O povo que comprehende o seu mundo adquire condições para transformá-lo, superando problemas de toda ordem, sociais, políticos e econômicos.

O cidadão que lê é cidadão construtivo, não se abate, não sucumbe, assume os problemas, sobre eles raciocina, concebe alternativas de mudança, cultiva e aprimora valores, percorre caminhos seguros para a sua realização, usufrui e preserva a natureza, dá auto-sustentação ao seu progresso e bem-estar, aprende a não ter medo do futuro.

Concluo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTÔNIO LEITE (PMDB – MA) – Pois não.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Estamos atentamente ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a, que é do Maranhão, terra de muita cultura. A ela associam-se nomes como os de Gonçalves Dias, João Lisboa, e até chamam a capital São Luís de Atenas brasileira, possuidora que é de extraordinária biblioteca – é uma das capitais que tem uma boa biblioteca pública. Mas queria dizer que é oportuna a referência de V. Ex^a ao que talvez seja o grande mal do Brasil: lemos muito pouco, quase não lemos. E trago aqui as palavras do Senador Cícero, que disse que casa sem livros é como um corpo sem alma ou ficaria mesmo com o nosso autor brasileiro Monteiro Lobato, que afirmou que um país se constrói com homens e livros. É realmente oportuno o pronunciamento que V. Ex^a traz, chamando a atenção do Governo para a necessidade de criar bibliotecas, enfim, fomentar a cultura e o saber junto ao povo brasileiro.

O SR. ANTÔNIO LEITE (PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, por sua brilhante colocação.

Concluo, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, valendo-me dos versos do grande poeta Castro Alves, que, já na época do Romantismo brasileiro, se deu conta da sede de saber e assim se manifestou em sua bela obra **O Livro e a América**.

Por isso na impaciência
Desta sede de saber,
Como as aves do deserto
As almas buscam beber...
Oh! Bendito o que semeia
Livros... livros à mão cheia...
E manda o povo pensar!
O livro caindo n'alma
É germe – que faz a palma,
É chuva – que faz o mar.”

E este pequeno trecho vai oferecido ao Presidente José Sarney, escritor, e ao meu amigo Mão Santa, nosso Senador poeta: “O Novo Mundo brada ‘Luz!’,” conclui Castro Alves. “Luz, pois, no vale e na serra ... Que se a luz rola na terra, Deus colhe gênios no céu!”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra, o Senador Aelton Freitas.

Tem V. Ex^a a palavra por 20 minutos.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, neste momento venho fazer um pronunciamento e um apelo ao Governo Federal para que amplie os incentivos e o volume de

recursos destinados aos investimentos, principalmente no que tange à armazenagem da produção agrícola. Quero focar isso aqui hoje, pois se não for devidamente enfrentada a atual carência de condições adequadas de armazenagem poderemos nos ver diante de graves problemas para a nossa produção agrícola nos anos de 2005 e 2006.

É verdade, Sr. Presidente, que a nossa capacidade de armazenagem agrícola aumentou nos últimos quatro anos, mas conforme demonstrou a reportagem do jornal **O Tempo**, de Belo Horizonte, realizada no dia 17 de julho, o acréscimo de 16,8% nesse período não foi suficiente para garantir ao produtor rural a segurança que lhe permita adiar a venda de determinados produtos. Uma vez obrigado a vender seu produto de uma só vez, o produtor perde, e perde muito, a possibilidade de negociar os seus preços.

O fato concreto, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é que, segundo informações da Companhia Nacional de Abastecimento, a Conab, a nossa atual capacidade de armazenagem corresponde a apenas 91% da produção atual. Isso significa que todos os armazéns e silos existentes em nosso País comportam hoje 103,6 milhões de toneladas, quando o ideal seria comportar 20% além do volume produzido, o que daria algo em torno de 136,4 milhões de toneladas.

Mais preocupante é o fato de que esse déficit pode ser ainda maior do que o divulgado oficialmente, pois autoridades do setor avaliam que 40% da estrutura de armazenagem disponível no País esteja defasada, com armazéns antigos e carentes de modernização.

Uma demonstração disso são as palavras do ilustre presidente da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais, meu competente amigo Dr. Célio Floriani, que em recente entrevista afirmou haver nos armazéns brasileiros sérias dificuldades quanto à agilidade no recebimento e na expedição de mercadorias. Uma possível solução para o problema seria a instalação de tombadores, equipamentos capazes de agilizar o desembarque de mercadorias de caminhões com carregamento de grãos, mas cuja aquisição envolve altos custos. A Conab, por exemplo, já constatou que, para instalar tombadores em seus 87 armazéns, seriam necessários nada menos do que R\$ 26 milhões.

Há também uma distribuição geográfica equivocada da parte de nossos armazéns, o que implica sobre de capacidade de armazenagem em determinadas regiões do País e falta dela em outras com produção mais avançada.

Outro problema típico do Brasil é, ainda, a ausência de um maior número de armazéns localizados nas próprias fazendas, o que obriga o produtor a fazer o des-

locamento imediato de sua produção após a colheita, acarretando congestionamentos em estradas e portos e um alto custo de transporte e armazenagem.

Apenas 12% do total de nossos armazéns estão nas fazendas, com os 88% restantes localizados em cooperativas ou na área urbana, principalmente nos grandes centros. Um erro de estratégia. Para se ter uma idéia de nosso atraso nesta questão, a nossa vizinha Argentina já guarda metade de sua produção nas fazendas, enquanto Estados Unidos e Canadá armazenam os produtos em sua totalidade no meio rural.

Em virtude de todas as dificuldades aqui citadas e da importância vital da produção agrícola para o rendimento da economia nacional, é que o Governo brasileiro precisa tomar as medidas urgentes e necessárias para acelerar a recuperação deste déficit na estocagem dos produtos, seja por meio de programas de incentivo aos produtores ou de investimento direto na construção de novos armazéns.

Algumas cooperativas já estão investindo por conta própria, mas o programa governamental de Incentivo à Irrigação e Armazenagem (Moderinfra) deve ser turbinado com mais recursos, já para a próxima safra, para que um maior número de produtores seja estimulado a investir em armazéns dentro das suas propriedades. Isso deve ser feito, de preferência, com redução da taxa de juros, atualmente de 8,75% ao ano, e o aumento do prazo para pagamento, que hoje é de até oito anos. A concessão desses benefícios é uma renúncia de receita que pode ser plenamente compensada por uma maior estabilidade do setor que mais alegrias trouxe e tende a trazer para a nossa economia.

De nada adiantará nossos produtores baterem sucessivos recordes se não dispuserem de condições efetivas de armazenagem que sejam suficientes para evitar grandes perdas pós-colheita. Perdas estas que, atualmente, segundo estudiosos, giram em torno de 15% nos países em desenvolvimento como o Brasil.

Ao concluir este pronunciamento, Sr. Presidente, quero anunciar aqui a minha intenção em, tão logo sejam retomados os trabalhos da nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, levar esse assunto à pauta...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Aelton Freitas, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a tem uma função muito importante. Em primeiro lugar, representa o Vice-Presidente da República, que é uma esperança diante das dificuldades que temos. Representa, ainda, o mundo que crê na agricultura, que é a vocação primária do Brasil. José do Egito tornou-se célebre porque

mostrou ao povo da sua época que precisava armazenar alimentos. V. Ex^a está, justamente, relembrando a sabedoria, a inspiração de José do Egito.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Muito obrigado, Senador.

Pretendo levar, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, à Comissão de Agricultura, na primeira reunião, o assunto à pauta para que possamos discutir com as autoridades competentes providências possíveis para que a capacidade de armazenagem dos produtores agrícolas deixe de ser uma grande dor de cabeça para os nossos produtores rurais.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Aelton Freitas.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes, por permuta com o Senador Marco Maciel.

Tem V. Ex^a a palavra por vinte minutos.

Não chamei os demais porque não se encontram em plenário.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o Estado do Piauí, seguindo a tendência de todo o Nordeste, num processo iniciado pela Bahia e posteriormente pelo Maranhão, vem, de dez anos para cá, se consagrando como grande plantador de soja e de grãos.

Senador Romeu Tuma, é de emocionar a qualquer piauiense visitar a região dos nossos cerrados: o progresso, a tecnologia avançada e, acima de tudo, a integração racial promovida pela vinda de gaúchos, mato-grossenses e catarinenses que ali chegaram. Os pioneiros começaram a desembarcar no meu Estado há cerca de 18 anos e, aí, a cada ano, novas famílias para lá se dirigem e fazem investimentos no setor.

Muitos deles, Senador Romeu Tuma, venderam pequenos minifúndios no seu torrão natal e compraram áreas mais extensas no Estado do Piauí. Com a experiência tecnológica, trouxeram, para aquele Estado, uma perspectiva de desenvolvimento no setor agrícola que, até anos atrás, ninguém imaginava o nosso Estado possuir.

Várias são as regiões que se estão desenvolvendo. Por exemplo, quero destacar o Município de Uruçuí, juntamente com Antônio Almeida. Toda a região de Uruçuí, tendo esta cidade como polo, tem hoje investimentos fantásticos na área de grãos. A multinacional Bunge ali se instalou, o que vem facilitando, e muito, a venda do que colhem pequenos produtores para essa empresa, que ali montou um grande polo industrial.

Temos também um segundo polo, que é liderado pela cidade de Bom Jesus do Gurguéia, cidade com a qual tenho grande identificação. Desde o início da

minha vida pública, sempre tive o carinho do povo daquela cidade, tendo sido inclusive votado permanentemente em todas as vezes que disputei a eleição no Piauí, a ponto de, na última eleição para o Senado, Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, ter sido votado por áreas contrárias: de um lado o meu amigo de muitos anos, Ademar Benvindo, e de outro, o então Prefeito da cidade Marcos Elvas. Fui extraordinariamente bem votado. Daí por que tenho verdadeira adoração por aquela região e por aquela cidade.

Também tive a oportunidade, no governo passado, junto com os companheiros de Bancada, de comandar a execução de um projeto de energia elétrica que leva a energia da sede do Município até a Serra do Quilombo. Essa etapa possui 75 quilômetros. É preciso agora que o Governo Federal continue o seu programa. Tinha mantido contatos com a Ministra Dilma Rousseff, quando Ministra das Minas e Energia, e agora renovei esse meu apelo ao Ministro Silas Rondon. É fundamental, é necessário que esse trabalho seja feito urgentemente.

Temos um terceiro pólo em Santa Filomena, que é outra cidade pela qual tenho o maior carinho. E fico triste, para não dizer revoltado, quando vejo, por exemplo, o Governo Federal levar com a barriga projetos fundamentais para aquela região, qual seja uma ponte ligando Santa Filomena a Alto Parnaíba, no Maranhão, para a qual, por dois períodos consecutivos, aloquei recursos no Orçamento, já neste Governo. E esses recursos não são destinados ao objeto fim, que é a construção de uma ponte fundamental para o desenvolvimento da região.

Outra reivindicação é a construção da estrada que ligará Santa Filomena à nossa antiga PI-4, estrada feita na década de 70 pelo então Governador Alberto Silva, que é exatamente a veia principal de escoamento não apenas da produção, mas também a que permite o tráfego de passageiros, de turistas, enfim, facilita o ir e vir dos piauienses e daqueles que para lá se deslocam.

Outras obras para a região procuramos fazer ao longo do mandato, como também a construção de uma ponte sobre o rio Gurguéia, ligando a cidade de Palmeiras com essa mesma BR. Novamente esses recursos não chegaram à sua destinação, infelizmente, devido ao contingenciamento.

Mas o que me traz aqui e agora, tratando-se de prioridades para aquela região, é um assunto que há dias tenho procurado tratar, não apenas na Comissão de Orçamento, na discussão da LDO, quando um grupo de parlamentares de vários partidos, com vocação para questões rurais, exigiram uma definição do Go-

verno no que diz respeito à prorrogação de recursos para financiamento do custeio agrícola.

Discutimos e é sabido por todo o Brasil, Senador Marco Maciel, que tivemos uma frustração de mercado muito grande no ano passado, principalmente no que diz respeito a grãos, mas outros setores agrícolas também foram atingidos e há uma reivindicação para que esse crédito seja prorrogado em pelo menos um ano, para que haja um reequilíbrio no mercado.

Num primeiro momento, houve um acerto em que o Centro-Oeste, Tocantins e Bahia isoladamente, receberiam esse benefício. Fizemos, então, um trabalho por nos sentirmos discriminados e não ter visto a inclusão nem do Piauí nem do Maranhão nessa área que estaria recebendo do Ministério da Fazenda, por meio de uma decisão que tem que ser tomada pelo Conselho Monetário Nacional, a decisão final desse benefício. Felizmente, essa decisão foi adiada e está prevista para a semana que vem.

A minha preocupação é que o Presidente da República, na próxima quarta-feira, vai ao Estado do Piauí e seria bom, inclusive, a Sua Excelência, que vai, segundo a programação, a Eliseu Resende e Floriano, dois Municípios próximos a essa região produtiva, que anunciasse, ou garantisse, já que depende do Conselho Monetário Nacional, o atendimento dessa reivindicação.

Eu acredito, Senador Romeu Tuma, piamente no espírito justo e democrático do Ministro Palocci. Eu acho que o Ministro Palocci tem sido um Ministro competente no desempenhar de suas funções e tem sido um esteio para que o Governo não perdesse no primeiro momento e venha mantendo até agora a credibilidade, principalmente com relação aos países de todo o mundo.

O Ministro Palocci tranquilizou o mundo econômico com a sua maneira sóbria, mas decisiva de dar rumos à economia brasileira. E aquela queda que tivemos nos momentos que antecederam a posse do Presidente Lula foi recuperada a partir do momento em que S. Ex^a fez os primeiros anúncios dos rumos que daria à economia brasileira.

É exatamente confiando nesse espírito que eu, desta tribuna, não apenas faço um apelo, como também terei o sentimento e a convicção de que uma solução justa seja dada e os produtores do Estado do Piauí não sejam prejudicados nessa medida que será adotada pelo Conselho Monetário.

Estive agora consultando o Senador Sarney, nosso ex-Presidente, e recebi uma notícia que me deixou mais tranquilo, daí é que posso dizer aos piauienses que temos a vantagem de sermos vizinho do Maranhão, onde o Presidente Sarney, por ser filho da terra, tem um

interesse muito especial por tudo que ali acontece. E S. Ex^a me comunicou agora que, numa conversa com o Ministro Palocci, recebeu de S. Ex^a uma sinalização de que, na próxima reunião do Copom, teríamos esse assunto resolvido.

Fico contente porque sei da luta dos agricultores piauienses, principalmente dos que escolheram essa região e que vieram de terras distantes, deixando famílias e costumes, para enfrentar diversidades. Sei o quanto sofreram, mas sofreram com a fé de que exatamente ali estava não apenas o seu futuro e de seus familiares, mas também o futuro do Brasil.

Fico no aguardo de que realmente o espírito de justiça do Ministro e também do Presidente da República não discrimine mais uma vez o Piauí e o Maranhão, Senador Mauro Fecury. Essa decisão é fundamental para todos nós.

Nós tivemos no ano passado – e V. Ex^a sabe bem –, nas feiras agropecuárias, uma movimentação grande. E nas exposições de novos implementos agrícolas, de nova geração, tivemos também vendas que bateram recordes. Neste ano, as vendas se frustraram, Senador Marco Maciel, exatamente porque tivemos essa quebra de expectativa no preço comandado pelo mercado internacional, por mudança de posição de países compradores em potencial dos nossos produtos exportados.

Tenho certeza, Senador Fecury, que o Piauí e o Maranhão, as últimas fronteiras agrícolas deste País, com um pequeno apoio do Governo Federal na infra-estrutura necessária que nos falta, qual seja aquela estrada que é capitaneada pela Transnordestina, estrada que é fundamental para o Piauí.

Espero que a visita do Senhor Presidente da República àquele Estado seja para dar notícias de fatos concretos com relação à Transnordestina. Após concluir a primeira etapa, teremos, então, a interligação com as ferrovias já existentes no Estado do Maranhão. E aí poderemos, usando a hospitalidade do Estado de V. Ex^a, transportar as nossas riquezas pelo Porto de Itaqui para o mundo. Teremos a outra vertente da Transnordestina, que é o Terminal Portuário do Pecém, no Ceará, e o Porto de Suape, em Pernambuco.

Creio que este é o grande momento e a vez que o Piauí e o Nordeste estão a aguardar. Que nós, que tanto ouvimos falar nas agendas positivas, tenhamos, por meio do olhar de um nordestino que preside o País, uma decisão política para a área mais carente do Nordeste, que é priorizar essa estrada e atender às reivindicações dos que fazem a agricultura nos Estados do Piauí e do Maranhão.

Sr. Presidente, precisamos do incentivo, do estímulo e, acima de tudo, da compreensão do Governo

Federal para com aqueles que acreditaram na nossa região e que lá estão plantando soja, milho, arroz e outros grãos.

Portanto, faço aqui um apelo no sentido de que, finalmente, ao atender, por dever de justiça, ao nosso Estado na prorrogação do custeio agrícola, o Governo Federal tenha a convicção de que está praticando a política certa, porque o que existe é um crescimento assustador, ano a ano, na produção de grãos do nosso Estado.

O Senador Mão Santa, quando Governador do Piauí, acompanhou uma produção que chegou a quase 600 mil toneladas, números inacreditáveis para aquela época. Quatro, cinco anos depois, chegamos a um milhão e duzentas mil toneladas.

Senador Mão Santa, que preside em boa hora esta sessão, penso que não custa nada ao Governo, que muitas vezes se ausenta da dor, da reclamação e da súplica nordestina, atender a essas reivindicações do nosso Piauí.

A Transnordestina, Senador Marco Maciel, fará a integração entre o Piauí, o Ceará e Pernambuco, possibilitando, por meio de um ramal próprio, o escoamento da produção do Piauí, de Pernambuco e do Ceará, procurando o destino mais lógico, saindo pelo mar, ora através de Suape, ora através de Pecém. E, no futuro, quando houver a integração, através de Itaqui.

Concedo um aparte ao Senador Marco Maciel, com muita alegria.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Heráclito Fortes, ouço com atenção o discurso de V. Ex^a, versando sobre temas do Nordeste e, de modo especial, do seu Estado, o Piauí. Estado que, aliás, está acusando níveis de crescimento que não podemos deixar de registrar com satisfação, sobretudo nas últimas duas décadas. Espero que o Piauí continue a avançar, porque isso é bom para o seu Estado, mas também para o Nordeste e, portanto, para o Brasil, na busca de atingirmos um processo de desenvolvimento mais integrado, mais homogêneo. Que consigamos, portanto, eliminar as disparidades interespaciais de renda, que ainda são muito agudas em nosso País. Em segundo lugar, quero dizer a V. Ex^a que concordo integralmente quando defende aqui, de forma muito clara e precisa, a necessidade da Transnordestina. Acredito que o Nordeste reclama há muito tempo a construção dessa ferrovia, que, certamente, vai dar competitividade ao Nordeste. Sabemos que no Brasil há um déficit de infra-estrutura, de modo especial no modal ferroviário. E, com a Transnordestina, vamos melhorar a nossa competitividade, porque o transporte feito por via ferroviária, além de ser mais barato, pode deslocar mais densidade de carga em menor tempo,

até mesmo do que pela via rodoviária. Por isso, feli- cito V. Ex^a pelo pronunciamento que faz nesta tarde, aqui, no Senado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Marco Maciel, não sabe o quanto me agrada o aparte de V. Ex^a, legitimando, pois, o meu pronunciamento. Falo aqui, e o Brasil todo nos escuta, mas, de maneira muito especial, o sertão pernambucano. E sabe que a vida de V. Ex^a e a vida do sertão pernambucano andam juntas desde o seu primeiro mandato, como Deputado Estadual, representando a região de Petrolina e todo o sertão. Depois, como Líder do Governo Nilo Coelho, na década de 70, que tinha como *slogan* “Remando contra o Subdesenvolvimento”. De lá para cá, jovem Deputado Federal, Governador, Senador da Republica, sempre defendendo Petrolina, sempre defendendo aquela região.

Lembro-me de que, há pouco tempo, juntos, fizemos aqui um pronunciamento na defesa da Universidade do São Francisco, que, inclusive, beneficia o Estado do Piauí, com a instalação de um **campus**, em primeiro lugar, na cidade de São Raimundo Nonato.

Poucas pessoas, talvez, neste País, tenham tanta legitimidade e tanta autoridade para pedir a compreensão do Governo com relação a um atendimento especial ao Nordeste, principalmente no que diz respeito à Transnordestina. V. Ex^a acompanhou os primeiros passos, ainda em projeto, para transformar Petrolina e aquela região num vale produtor, como vemos hoje, fazendo com que atualmente exportemos frutas e outros produtos para o mundo inteiro.

Portanto, quero apenas dizer, Senador Mão Santa, que o aparte do Senador Marco Maciel, além de legitimar o que eu disse aqui, deixa-me orgulhoso, por se tratar de um homem que foi um dos responsáveis pela redenção do sofrido sertão pernambucano e, por consequência, do sertão do nosso querido Piauí.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, realmente eu gostaria até de ter aparteado e aplaudido V. Ex^a, mas não faltou maneira para colaborar com a sua missão de reivindicar pela agricultura do Piauí: fomos generosos no tempo.

Concedo a palavra ao Senador do Estado de Santa Catarina, do PSDB, Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer, primeiro, que, para mim, é uma honra poder usar esta tribuna sob a Presidência desta ilustre figura, tão querida por

todos os brasileiros e – não podia ser diferente – por Santa Catarina, meu amigo Senador Mão Santa.

Senador Mão Santa, sábado, à noite, fui convidado para um jantar na casa do Prefeito de Florianópolis, Dário Berger, juntamente com o Deputado Estadual Djalma Berger e suas famílias. Lá estávamos: minha esposa, Bernadete, e eu; Dalírio Beber e sua esposa. E incrível como V. Ex^a é reconhecido e querido por todos! A Rose, esposa do Prefeito Dário, fez um elogio emocionado referentemente à sua participação, aos seus pronunciamentos e à sua postura no Senado Federal.

Fiz questão de deixar registrado isso, porque o Dário Berger também é do PSDB, bem como o Deputado Estadual Djalma Berger.

Quero dizer ao povo brasileiro que, nos últimos dias, principalmente no mês de julho, quando deveríamos estar em recesso, quase que diariamente tentamos explicar a situação que abala o País, os problemas que estão sendo apurados pelas CPMIs dos Correios, dos Bingos e, agora, do mensalão, pela Polícia Federal, pela Receita Federal e, principalmente, pela imprensa.

Passamos alguns dias apenas tentando fazer com que as coisas ficassem mais claras e parece que isso está acontecendo. Já existem inúmeros nomes passíveis de cassação e punição; alguns estão renunciando a mandatos e outros já estão a caminho disso, até facilitando o trabalho da Justiça.

Porém, eu queria falar um pouco sobre a questão da agricultura familiar.

O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, tem feito inúmeras reuniões com a sua equipe, com os seus novos conselheiros, para achar estratégias, caminhos e mecanismos para absorver todas as críticas, para não perder o rumo e até para não cair ainda mais no descrédito da população brasileira. Sua Excelência tem feito isso quase que diariamente – pelo menos é o que estamos vendo. Seus pronunciamentos, pelo Brasil afora têm sido aquele discurso bonito, popular, sempre tentando achar uma forma, um meio para justificar o quase injustificável.

Eu gostaria que o Presidente encontrasse uma agenda positiva para que nós, meu querido Senador Motta, V. Ex^a que defende tanto o Espírito Santo, pudéssemos, de novo, olhar para o prumo, para a frente, para o nosso Brasil.

O Presidente deve deixar que essas coisas sejam apuradas e fiscalizadas sem se envolver, sem dar as suas opiniões, porque precisamos de alguém que governe o País e olhe para os seus problemas, que não são apenas os levantados pela base do Governo, de corrupção e desvios, dos Correios, do IRB, do seu próprio gabinete, dirigido pelo Gushiken, ou dos Ministérios, dirigidos pelo José Dirceu ou por elementos da base aliada do seu Partido. Sua Excelência deve

olhar para a frente, para os problemas que afligem a nossa Nação, os nossos agricultores, os nossos produtores. O Presidente precisa olhar para aqueles que, além de estarem sofrendo com essas denúncias de corrupção que estão ocorrendo em nosso País, estão sofrendo também com a falta de investimentos e projetos concretos, que tragam resultados para os nossos trabalhadores.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, venho a esta tribuna solicitar ao Presidente Lula que gaste suas forças em prol do Brasil, em vez de gastá-las negociando futuros privilégios para alguns Parlamentares envolvidos nesses casos de corrupção.

Sr^{as} e Srs. Senadores, venho falar, mais uma vez, de um de meus temas prediletos e daqueles que trabalham pela agricultura e pelos menos assistidos, justamente os agricultores familiares, que precisam de atenção por parte do Governo.

Senador Mão Santa, o Governo, infelizmente, está deixando os nossos agricultores de lado. Em nosso País, há alguns poucos obtusos que imaginam, erroneamente, que a agricultura moderna somente se torna viável pela exploração supostamente moderna do agronegócio, intensivo na mecanização e pouco gerador de emprego e de renda.

A mim, Sr^{as} e Srs. Senadores, causa espanto verificar o modo como noções erradas se transformam em consenso, por conta de sua repetição **ad nauseum**, noções irrefletidas e maniqueístas no pior dos sentidos. Entre essas falsas idéias, está a afirmação de que a economia do País só pode ser gerida “assim” ou “assado”, apenas de um jeito ou de outro, porém nunca por uma via mista e equilibrada, mais condizente com as diferentes realidades regionais do Brasil.

A visão que centra foco na agricultura de escala ignora os muitos benefícios da agricultura familiar, que apresenta vantagens não só para a nossa economia, mas também para a sociedade como um todo, porque gera muitos empregos, auxiliando o brasileiro na sua emancipação econômica e na afirmação de sua dignidade pessoal e familiar, além de favorecer o equilíbrio ecológico de nosso Planeta.

Desta tribuna, eu já pude retratar a interessante condição de Santa Catarina, meu querido Estado de origem, territorialmente pequeno e que ocupa, não obstante, posição destacada na agricultura brasileira, com elevada produção de bens primários de alto valor agregado, como a maçã, o mel, o frango e a carne bovina.

O fato de Santa Catarina basear sua produção na agricultura familiar é para nós motivo de grande orgulho e essa produção pulverizada está na base dos nossos bons indicadores socioeconômicos. Santa Catarina quase não tem latifúndios e, no entanto, a produção em pequenas glebas, além de dar sustento

ao catarinense do interior, multiplica as oportunidades em nossa terra.

Estou certo de que essa característica da economia local é um motivo importantíssimo não apenas para que Santa Catarina seja um Estado progressista e eficiente, mas também para que sua população usufrua da melhor distribuição de renda do País.

Em um momento dramático para a ecologia mundial, em que a Floresta Amazônica – símbolo maior das nossas riquezas e também da impotência nacional – vem sendo destruída pela expansão descontrolada da nossa fronteira agrícola, eu gostaria de repetir que a agricultura familiar é útil e moderna, porque não é incompatível com a preservação do meio ambiente.

A agricultura familiar é boa porque é intensiva na geração de empregos; é boa porque fixa as famílias no campo, diminuindo as pressões nas cidades brasileiras, desorganizadas pela multiplicação das demandas sociais nas últimas décadas. A agricultura familiar interessa ao Brasil porque fomenta a organização espontânea dos cidadãos, que tendem a formar cooperativas para incrementar suas vendas e ampliar seu poder de compra, aumentando a riqueza nacional.

A agricultura familiar deve ser incentivada porque distribui, naturalmente, a renda gerada no campo, e também porque complementa a produção em escala, como bem demonstra, na Região Sul, a experiência de terceirização empresarial na criação de ovinos, toda ela delegada a pequenos proprietários, para o seu próprio benefício e para a riqueza de empresas internacionalmente competitivas, como a Sadia e a Perdigão.

Registro, Sr^{as} e Srs. Senadores, que um governo que deseja a transformação profunda da sociedade brasileira, para muito além da superficialidade de discursos vazios, midiáticos, cosméticos, inoperantes, haverá de incentivar a fundo a agricultura familiar.

Digo, Senador Mão Santa, que esses homens e mulheres, essas famílias que lutam diariamente pela sua sobrevivência estão desassistidas pelo atual Governo Federal. Reconhecemos o bom interesse e a boa vontade do Ministro, e é isso que temos ouvido em seus pronunciamentos, mas precisamos sair do discurso para a prática. Precisamos realmente atender o nosso País. Tenho viajado pelo interior do meu Estado, assim como certamente V. Ex^{as} viajam pelos seus, e estamos sentindo e vendo que os agricultores familiares – ele que produz e planta –, daqui a pouco, vão passar fome, porque não recebem os devidos incentivos e não se concretiza o compromisso com eles firmado.

Recentemente, vimos aqui, em Brasília, o “tratorão”. Dezenas, centenas, milhares de pessoas vieram do interior para cá, às suas custas, em ônibus, em carros – cinco ou seis pessoas dentro de carros velhos –, para tentar sensibilizar este Governo. Infelizmente,

parece que as coisas estão indo para outro rumo. O Governo ouve, dialoga, mas não executa; compromete-se, mas não cumpre. É preciso mesmo que o Governo Federal, que o Governo Lula se sensibilize com essas reivindicações e atenda os nossos agricultores familiares, que estão pedindo socorro a nós, Parlamentares, Senadores e Deputados, enquanto, aflitos, acompanham toda essa sujeira, todas essas cenas e dramas concretos que estão ocorrendo no Brasil, com personagens famosos, com pessoas que percorreram este País pedindo voto, pedindo apoio, prometendo seriedade, transparência, trabalho para o nosso País. Os agricultores, aflitos e preocupados, estão acompanhando toda essa sujeira: "Acontece tudo isso em Brasília, mas não acontece nada de bom para nós". Acontece esse mensalão, esse repasse de recursos para que pessoas possam apoiar os projetos do Governo, para aprovar medidas ruins para o nosso País e, no entanto, eles não conseguem obter o mesmo retorno, a mesma atenção por parte dos Ministérios, por parte do Governo Federal.

Às vezes, fico preocupado, porque percorro os Municípios, e os Prefeitos, os Vereadores, as entidades sociais que pedem ajuda dizem: "Precisamos liberar recursos para asfaltar uma estrada, um acesso, para construir uma quadra esportiva, uma biblioteca, para comprar uma ambulância, para construir um posto de saúde; precisamos de assistência para investir principalmente em drenagem pluvial, em saneamento básico". E eles procuram os Parlamentares, os Senadores, que ficam mudos, porque dizem que pediram, que encaminharam os projetos, que suas emendas foram aprovadas, mas que, no entanto, as emendas não são colocadas à disposição, não há vontade política em fazer com que esse relacionamento do Congresso com o Governo aumente positivamente.

É o contrário! Não nos atendem, não dão atenção às reivindicações da população, dos Prefeitos, dos Parlamentares, e, depois, para aprovarem seus projetos, distribuem dinheiro, dinheiro público, para comprar a consciência, comprar o voto de uma minoria, é bem verdade, mas de Parlamentares que se sujeitam a receber recursos ilícitos, dinheiro sujo para aprovar medidas provisórias do Governo.

Seria muito mais fácil o Governo ampliar esse relacionamento, atendendo aos reclamos dos Senadores, dos Deputados, atendendo as suas emendas, atendendo aos pedidos dos prefeitos, dos vereadores, das comunidades. Certamente, o Governo teria apoio. Tivesse o Governo pelo menos a intenção e a boa vontade de fazer com que as coisas corressem aqui mais tranquilas, mais transparentes e mais seguras, chamaria os Senadores para conversar, chamaria o Congresso para discutir as medidas provisórias antes de serem colocadas para a população, que delas tomam conhe-

cimento primeiro pela imprensa e depois pelo Congresso. É dessa forma que governa o País, infelizmente, o atual Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva.

É preciso que haja esse diálogo com o Congresso e que nos atenda para que possamos visitar os Municípios, para dizer que o Governo Federal está liberando recursos. Mas, lamentavelmente, as coisas não acontecem.

Gostaria de vir a este plenário, como já fiz inúmeras vezes, para elogiar o Lula ou o Governo por atender aos nossos pedidos, por atender aos pedidos das comunidades pobres, quando monta projetos que venham trazer resultados positivos, principalmente na área social, no turismo, como aqui muitas vezes citei. Quantas vezes estive nesta tribuna para elogiá-lo? É claro que, na maioria das vezes, foram críticas, foram cobranças, mas foram críticas construtivas para tentar chamar a atenção do Governo, para tentar sensibilizar este Governo que só olhava para os projetos de sua intenção e não um projeto amplo para toda a sociedade brasileira.

Esperamos, Srs. Senadores, que, neste segundo semestre, na segunda etapa deste ano, o Governo reflita bastante, olhe para trás e cumpra os compromissos assumidos com a sociedade, por meio da **Carta aos Brasileiros**, escrita por Lula; que as promessas de campanha sejam colocados em prática.

Esperamos que, no segundo semestre, o Governo Federal, que já foi cutucado, que certamente está envergonhado, que tem visto pela imprensa, pelo Senado, pela Câmara Federal, toda essa sujeira, todo esse mar de lama que empobrece a classe política, que manchou a história do PT e que manchou inclusive a história do Presidente Lula, deixe um pouco o discurso e parta para uma agenda positiva de resultado, atendendo à população brasileira, atendendo aos nossos prefeitos, aos nossos vereadores, às nossas comunidades e às nossas emendas, as emendas parlamentares, e que traga resultados positivos. Já há uma arrecadação enorme. O Brasil está arrecadando muito, muito, Presidente Mão Santa. O superávit bate recordes e mais recordes. O Brasil arrecada como nunca. Que distribua um pouco dessa arrecadação para investimentos no interior do nosso País, para investimentos na área social, no jovem, no idoso, para investimentos em projetos que tragam resultados positivos de que o brasileiro possa se orgulhar.

Para finalizar, Sr. Presidente...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a já utilizou vinte minutos e terá o tempo que achar conveniente, pois está fazendo um belo pronunciamento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Neste instante, estamos sendo chamados para a CPI dos Bingos, onde estão ouvindo duas pessoas ao mesmo tempo e que são de extrema importância para esclarecermos a questão dos bingos que ocorreu no caso do Waldomiro Diniz.

Mas encerro dizendo, meu querido Senador Marco Maciel – e V. Ex^a que foi Vice-Presidente da República sabe o quanto é importante buscar respaldo popular cumprindo seus compromissos – que isso foi feito no passado e é isso que queremos que seja feito no presente e no futuro.

Lula, acorda! O Brasil ainda espera que Vossa Excelência comece a governar o nosso País!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta, do PMDB do Estado do Espírito Santo.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, faço coro com o Senador Leonel Pavan, quando S. Ex^a se reporta ao sacrifício e às dificuldades que vive o homem do nosso campo. Faço coro com S. Ex^a, porque sou testemunha do sofrimento que essa classe de brasileiros vem passando.

Veja bem, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, aquele cidadão que plantou arroz, cujo preço na época do plantio era R\$50,00, está fadado hoje a vender a R\$20,00, mas não está achando R\$20,00. Se colher quatro mil sacas, vai vender por apenas R\$80 mil, e o custo desse plantio é, no mínimo, R\$120 mil.

Hoje, pela manhã, quem ligou as TVs viu que estão sendo extermínadas do nosso campo as matrizes: as vacas estão sendo levadas para o açougue. Isso quer dizer que vão faltar bezerros, que vão faltar machos disponíveis para o abate. No entanto, o resultado dessa má política só veremos daqui a oito ou nove meses, talvez doze. Aí o povo vai, então, sentir na pele o erro que o Governo comete, por não ter uma política para o campo.

Neste País – repito o que tenho falado várias vezes desta tribuna –, só há política para livrar a cara de multinacional. O preço do telefone só se eleva, assim como o dos automóveis. Aquilo que as multinacionais produzem apenas tem seu preço aumentado. E quanto ao que o brasileiro, o pobre coitado homem do campo, produz? Os economistas do Governo, cara-de-pau, vão para a televisão, para comemorar que baixou o preço da carne, do arroz, da soja, mas não dizem ao povo brasileiro que subiram os demais preços. Houve uma compensação, e eles comemoram: "não houve inflação!"

O homem do campo está perdendo a sua terrinha. O homem do campo está perdendo o direito de viver como sempre viveu, com dignidade! Por isso

estou falando aqui, corroborando o que disse o Senador Leonel Pavan. S. Ex^a pede que o Presidente Lula tome providências. Mas, Presidente Mão Santa, não há mais como fazê-lo.

Estamos vivendo no País o presidencialismo, um regime que não existe mais no mundo, a não ser nos Estados Unidos. Infelizmente, talvez só o mudemos, quando os Estados Unidos também o fizerem, porque temos sempre a mania de copiar os outros.

O que podemos esperar de um País com um regime presidencialista, como o nosso, em que o Governo, às vezes, cai no descrédito, como está acontecendo atualmente, e não tem mais cabeça para encontrar seu rumo? Por que não fizemos a reforma política no início do Governo Lula? Agora mesmo, acabei de ver o pronunciamento do ex-Ministro José Dirceu, defendendo-a. Por que não a fazemos amanhã, implantando neste País o parlamentarismo, regime em que o Primeiro-Ministro, que é o gerente da casa – no caso, o Brasil –, pode ser trocado pelo Parlamento, no momento em que perder a credibilidade, como ocorre nos países mais avançados do mundo? Por que não partimos para isso?

Estou vendo, na CPMI, as renúncias de mandatos que vão acontecer e que estão acontecendo. Talvez essas pessoas não voltem, por serem donas de partido, à cabeça do listão que estão querendo implantar no País. É mais um absurdo que vamos cometer contra a nossa democracia.

Presidente Mão Santa, o homem que governar este País precisa estar sob outro regime, que é o parlamentarismo. Não temos outra saída. É claro que aqui, ali e acolá, haverá um Governo respeitado. Há Governadores da atual safra que são excelentes.

O meu Estado, por exemplo, que sempre foi manchete vergonhosa em nosso País, com as denúncias mais escabrosas, com os maiores crimes cometidos contra o povo, hoje navega em céu de brigadeiro. O Governador Paulo Hartung, com mão-de-ferro, não transigiu diante do interesse público; rompeu com o crime organizado, com aqueles que gostavam de cobrar pedágio pela instalação de empresas no meu Estado. Tudo isso acabou. O Espírito Santo hoje exporta um verdadeiro exemplo para o nosso País, um modelo novo de administração. Por que isso está ocorrendo, Presidente Mão Santa, Sr^{as}s e Srs. Senadores? Porque o nosso Governador agiu com mãos-de-ferro e não deixou que a administração ficasse por conta dos seus assessores.

O Presidente Lula, neste momento, acredito, é uma das maiores vítimas deste País. Não havia motivo nenhum para o PT transigir, para sair recolhendo dinheiro nas estatais, a fim de entregar a esse ou àquele parlamentar. O Presidente Lula não mandou nada de espúrio para ser votado aqui. Sua Excelência deve

estar lamentando-se: por que fizeram isso? Por que o meu Partido me traiu? Por que corromper? Por que arrancar dinheiro dos cofres públicos, para entregar a parlamentares? O Presidente Lula não mandou a esta Casa nada que fosse espúrio, que fosse errado, para ser votado. Aqui tudo foi votado na santa paz de Deus; todos queriam ajudar o Presidente.

Eu mesmo, estou aqui desde o começo, apoian-
do este Governo, querendo que ele acerte, que o meu País cresça. Repito: por que fizeram isso com o Presidente Lula? Por que tanta corrupção? Por que tanto dinheiro? Por que colocar nosso País como corrupto nas manchetes de todos os jornais do mundo? Não havia necessidade disso, Senador Mão Santa. E ainda dizem que a corrupção vem de governos passados. É claro que ela sempre imperou. Sempre houve corrupção, mas nunca nesse nível, a ponto de se comprarem consciências e lideranças. Continuo perguntando por que essa compra, se não havia a menor necessidade de que isso acontecesse. Será que todo o dinheiro desviado foi realmente para as mãos desses Parlamentares? Será que não havia gente no Governo, fazendo caixa e que apenas uma pequena parte dava para meia dúzia de Parlamentares? Será que aquilo que era entregue a esses Parlamentares não se destinava a encobrir os erros que o próprio Governo ou as pessoas de dentro dele estavam cometendo?

Presidente Mão Santa, mais uma vez, faço um apelo ao Presidente Renan Calheiros...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)

– Mais uma vez, apelo ao nosso Presidente Renan Calheiros no sentido de que façamos uma agenda mínima de trabalho. Vamos aprovar aqui uma reforma política capaz de tirar o nosso País do mar de lama em que vive hoje.

Apelo ao Presidente Lula que encampe uma maneira, um **modus vivendi** que nos leve a tirar o País do estado agonizante em que nos encontramos hoje.

Sr. Presidente, quero agradecer e parabenizar V. Ex^a, que é essa figura máxima do Piauí. V. Ex^a hoje é respeitado em todo o território nacional. Sou testemunha disso, porque o vejo, volta e meia, nos aeroportos deste País sendo abraçado por todas as pessoas que o encontram. Desde o começo, V. Ex^a já falava o que estou falando aqui hoje. Desde o começo, V. Ex^a tinha consciência de que iria acontecer o que acabou acontecendo. V. Ex^a é um visionário, é um homem competente, que já enxergava de há muito tempo que, mais cedo ou mais tarde, nesse Governo mergulhariamos no caos em que estamos mergulhados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Quero apenas cumprimentar V. Ex^a, nobre Senador

João Batista Motta, pelo pronunciamento e relembrar que Franklin Delano Roosevelt, preocupado como V. Ex^a com a agricultura, deixou um ensinamento: as cidades podem ser destruídas e elas ressurgirão do campo, mas se o campo for destruído, abandonado – como está no Brasil –, as cidades vão perecer de fome.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os Srs. Senadores Valdir Raupp, Almeida Lima, Papaléo Paes e Alvaro Dias enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) Sem apa-
nhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 10 de fevereiro de 1967, o Governo Federal baixou o Decreto n° 157, criando fundo de investimento, como incentivo fiscal, para alavancar o mercado de ações junto aos contribuintes de imposto de renda. Os contribuintes poderiam aplicar parte do imposto devido ou de sua restituição em fundos de ações. Durante os anos que se seguiram, esses fundos ficaram conhecidos como “Fundos 157”, e se espalharam pelas mais variadas instituições financeiras em todo o País.

A partir de 1983, os Fundos 157 foram fechados para novas aplicações, depois de 15 anos de altos e baixos, em função das oscilações do mercado de ações e da inflação descontrolada no período. Por resolução do Conselho Monetário Nacional, os Fundos 157 foram transformados em fundos mútuos de ações ou absorvidos por fundos dessa categoria já existentes. Suas carteiras, contudo, até hoje continuam ativas e disponíveis para resgate. E os ativos são estimados em quase R\$600 milhões, a valores de 2005. É uma respeitável soma de dinheiro perdido nos desvãos do sistema financeiro, e que poderia se tornar útil para os cidadãos.

O incrível é que o jornal **O Estado de S. Paulo** noticiou, em 2000, que os recursos dos Fundos 157 da época elevavam-se a 1,2 bilhão de reais. Se eles estão, hoje, avaliados em cerca de 583 milhões, mais da metade do que havia em 2000 foi consumida em taxas de administração bancária, o que pode ser interessante para o sistema financeiro, mas não o é para o contribuinte, nem mesmo para o Estado.

E o que estorrece é que, tendo conhecimento do problema desde o período de transição do governo anterior para este, o Governo Lula não tenha feito nada para resolver esse passivo.

De fato, Sr. Presidente, o Brasil das décadas de 70 a 90, corroído por inflação estratosférica, permitiu que vultosos recursos da população se perdessem nas inúmeras alterações das regras do sistema financeiro e tributário. Uma inflação global de mais de 722

trilhões por centro, ou seja, de mais de 134 % ao ano, no período 1971 a 2005, agiu como verdadeiro triturador da poupança dos pequenos cotistas que investiram nos Fundos 157. De todo modo, restam ainda quase 600 milhões que pertencem ao povo e a ele deve ser restituído.

De fato, Sr. Presidente, é possível localizar, a partir da página na Internet da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), onde estão as aplicações individuais de cada contribuinte. Para tanto, basta entrar na página da CVM, indicar o número de seu CPF, que lhe será indicada a instituição financeira que ainda detém sua aplicação. O valor e as condições de resgate devem ser obtidos junto à própria instituição indicada.

Levantamentos recentes indicam que haveria entre 2,7 e 3,5 milhões de cotistas, com saldos credores variando entre R\$10,00 e cerca mil reais. São números imprecisos e não muito confiáveis. Parece-me salutar haver uma decisão de Governo para que tal levantamento seja feito e consolidado, a exemplo do que foi feito com outros ativos da população.

Tal decisão poderia ser a de dar consequência ao Projeto de Lei nº 199, de 2003, do Senado Federal, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que foi aprovado e enviado à apreciação da Câmara dos Deputados, em 26 de junho último.

O projeto propõe resgatar, para os contribuintes cotistas, os recursos ora perdidos em fundos que a maioria desconhece ainda existirem. São, como sempre acontece nesses casos, pequenos investidores, para quem pequenas somas fazem grandes diferenças.

O projeto do Senador Saturnino é simples: até 90 dias após a entrada em vigor da Lei, as administradoras dos Fundos devem informar à Associação Nacional dos Bancos de Investimentos a lista dos titulares das cotas de Fundo 157. A seguir, tal lista deverá ser divulgada, convocando os cotistas a resgatarem seus saldos credores. Decorridos prazos de espera e de retirada, os fundos restantes serão centralizados na Caixa Econômica Federal, que os administrará por prazo de 2 anos, findo os quais, o fundo será extinto, conforme a regulamentação da CVM.

Mecanismo simples e direto, proposto e aprovado no Senado Federal, visa tapar esse buraco negro em que se encontra uma boa quantia de recursos da população. Há, todavia, a necessidade de que a Câmara dos Deputados agilize sua análise para que o processo de recuperação desse dinheiro se concretize.

Sr^{as} e Srs. Senadores, deixar recursos da poupança nacional vegetando no sistema financeiro, sem que ele produza qualquer benefício para seus titulares diretos ou para a população em geral, é um crime em País tão carente de fontes para investimento em infra-estrutura social. Aplicações em saneamento, saúde,

educação, transportes, são todas destinações nobres e urgentes para o povo brasileiro.

As carências são tantas, que o Governo pode escolher quais deverá contemplar para não pulverizar os recursos e enfraquecer a ação. O que importa é que o dinheiro seja reagrupado, reunido em um único fundo, dada a oportunidade, aos que quiserem, de resgatá-lo imediatamente, com o restante sendo aplicado em investimento produtivo para o povo.

Infelizmente, Sr. Presidente, o Governo brasileiro tem a nefanda tradição de, a cada modificação de nosso sistema monetário, engolir parte do dinheiro da população e não lhe dar satisfação. Gostaria de ver o atual, que soube preservar a estabilidade alcançada pelo Plano Real, e manter uma trajetória de recuperação da credibilidade do País em seu sistema monetário, resgatando mais uma dívida para com a população, devolvendo-lhe o dinheiro que, em confiança, aplicou em fundos de ações.

Sr^{as} e Srs. Senadores, num momento em que o Governo Lula atravessa dificuldades políticas, uma ação voltada para o povo poderá ser um sinal, mais um, de que permanece comprometido com o resgate da dívida social deste País.

Se não for possível fazer aprovar rapidamente o projeto do Senador Saturnino na Câmara dos Deputados, que seja editada uma Medida Provisória que produza seus efeitos para a população que queira resgatar seus recursos e para a população carente, destinando os recursos residuais para investimentos sociais.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Saturnino, do PT, afirma que não votará em Lula”, publicada no Jornal **O Estado de S. Paulo** de 28 de julho do corrente.

Até o Senador Saturnino, do PT, defende a idéia de que o Presidente Lula deve desistir do seu projeto de reeleição. Segundo o Senador, o Presidente se mostrou inseguro diante da crise, exibindo todo um despreparo que é mais psicológico que cultural. Diante da situação lastimável do partido, o Senador sugere que outra pessoa deve se candidatar ao cargo de Presidente pelo PT.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso 1º e § 2º, do Regimento Interno.)

Saturnino, do PT, afirma que não votará em Lula

Para o senador, presidente revelou fraqueza, despreparo e insegurança diante da atual crise e não terá seu apoio em 2006

Alexandre Rodrigues

RIO

O senador Saturnino Braga (PT-RJ) defendeu ontem no Rio que, diante da crise política, seu partido desista do projeto de reeleição do presidente Lula, a quem classificou como "inseguro". O senador petista surpreendeu os participantes de um debate no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro); ao declarar que não votaria pela reeleição do presidente. Para Saturnino, a situação do PT é "lastimável" e Lula demonstra, na condução do governo e no comportamento diante da crise, a mesma insegurança que do debate final contra Fernando Collor, em 1989.

"Sobrou uma figura arranhada por essa crise, exibindo todo um despreparo, que é mais psicológico do que cultural, informacional. Lula mostrou que é inseguro", disse o senador, que não quis apontar nomes para substituir o presidente na corrida às urnas. Citou Tarso Genro como um bom quadro, mas demonstrou não ter a mesma opinião sobre o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a quem também atribui insegurança diante do "cerco do mercado".

Se a eleição fosse hoje o senhor votaria em Lula?

Se houver uma candidatura Lula e um outro candidato do PSDB, por exemplo o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso

ou o governador Geraldo Alckmin, eu voto no Lula. Isso é inegável. Agora, para a reconstrução do PT seria fundamental que se substituísse a liderança do Lula. Ele revelou fraqueza, insegurança, despreparo. O PT deveria ter outro candidato à Presidência.

O PT tem nomes para isso?

Não quero falar em nomes, mas acho que tem. Por exemplo, para a direção nacional do PT foi escolhido Tarso Genro, que é respeitabilíssimo. Não vou dizer que deve ser o Tarso, mas existem outros nomes.

Senador petista defende que o PT ache um substituto de Lula para a eleição de 2006

A retirada da candidatura do presidente Lula sem um nome mais forte no PT não poderia dar vantagens a candidatos classificados como aventureiros por setores do partido chegar ao poder?

Não porque nosso eleitorado já está suficientemente amadurecido para não votar mais em aventureiros. E depois, um partido como o PT, que tem uma estrutura nacional forte, que tem uma base de militância

grande, tem condição de fazer uma boa campanha com outro candidato. Se escolher um bom nome alternativo ao de Lula, o PT tem condições de disputar com quem quer que seja.

O relator da CPI dos Correios disse que já há indícios concretos do pagamento do mensalão. O senhor acha que essas evidências estão mais perto de serem comprovadas?

Acredito que se está chegando a isso, sim. As conclusões dependem muito mais da análise dos documentos, que é demorada, do que propriamente dos depoimentos, de onde sai muito pouca coisa.

Mas o senhor acha que a CPI dos Correios vai chegar à conclusão de que o PT pagou deputados por votos na Câmara?

Essa conclusão ainda não se tem, nem de longe. O que há são indícios de que muitos deputados receberam. Agora quais são esses deputados, para que fins eles receberam e quem os pagou, ainda não sabemos. Mas não dá mesmo para afastar nenhuma hipótese, nem mesmo essa (o mensalão). *

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, apesar do delicado momento que vive a nação brasileira com as denúncias de corrupção, gostaria de abordar, neste meu pronunciamento ao Senado da República, o tema do turismo e sua importância para a sociedade brasileira no que diz respeito a geração de empregos.

Poucos são os países que apresentam um potencial turístico semelhante ao brasileiro. O Brasil é um país-contínenre que, pela extensão do seu território, pela diversidade de sua cultura, pela variedade de suas belezas naturais, conta com uma imensa capacidade de atração de turistas de todos os recantos do mundo.

Atrair turistas para visitar e conhecer as belezas do nosso País é um imperativo do nosso tempo. Digo-lhes isso porque o turismo é uma das mais importantes indústrias da economia mundial, com grande potencial de geração dos empregos de que a nossa sociedade tanto precisa.

Faz-se necessário olharmos para o turismo como uma imensa fonte geradora de riquezas, a ser promovida sistematicamente, com a finalidade de fomentarmos o desenvolvimento da economia nacional. Pelas razões as mais diversas, as atividades turísticas merecem o contínuo incentivo do Estado.

De fato, os números provam que um dos grandes benefícios gerados pelo setor é a sua imensa capacidade em gerar renda para os trabalhadores com menor grau de escolaridade. A propósito, uma pesquisa da Universidade de Brasília, denominada Matriz da Contabilidade Social do Trabalho para o Turismo, constatou que as atividades no turismo abrem perspectivas de emprego para trabalhadores autônomos e de pouca educação formal.

É bem verdade que, à medida que for se desenvolvendo no Brasil, essa indústria deverá abrir mais vagas para os trabalhadores mais bem qualificados, em razão da necessidade de profissionalização do setor.

Apenas para que tenhamos idéia da importância do turismo como atividade geradora de renda, cerca de 70 mil postos de trabalho serão abertos nos próximos anos, o que é muito interessante para um país como o Brasil, confrontado com o problema do desemprego estrutural que atingiu a sua população nas duas últimas décadas.

Em nosso País, o setor do turismo irá receber, ao longo dos próximos anos, algo em torno de US\$3 bilhões e US\$100 milhões dólares em investimentos privados. Há projeções indicando que hotéis e resorts serão construídos em todos os pontos turísticos brasileiros, com excelentes resultados para a nossa economia.

As estatísticas sobre o setor são realmente animadoras. A pesquisa da UnB à qual me referi indica

que o turismo, embora tenha recebido apenas 0,17% de investimentos privados, é responsável por 4,32% da produção brasileira e 5,56% do nosso PIB.

Os desdobramentos desse importante setor econômico repercutem positivamente em outros, também na esfera de serviços. Por isso é que tanto os restaurantes das cidades mais visitadas quanto os transportes rodoviário e aéreo regulares têm aumentado o seu capital de giro, bem como os serviços recreativos, os estabelecimentos hoteleiros, as agências de viagens e as empresas de locação de veículos, dentre outros.

A pesquisa da UnB revelou que o turismo gera mais renda que os demais setores da economia para os trabalhadores do setor. Isso porque o consumo do turismo concentra-se na classe alta, mas os benefícios são distribuídos dos mais ricos aos mais pobres.

Outra característica benéfica do setor é a geração de empregos autônomos. No turismo, cerca de 13,25% dos trabalhadores atuam por conta própria. Vale lembrar que a criação de um posto de trabalho na indústria requer o investimento de cerca de R\$170 mil, sendo que, no turismo, esse valor cai para R\$40 mil para empregos em hotéis, e R\$10 mil para postos de trabalho em restaurantes.

Em países adiantados, o tema é tratado com máxima relevância. E não é para menos. Apenas no ano de 2002, o turismo gerou ao redor do mundo cerca de US\$233 bilhões. No Brasil, a receita é ainda muito tímida e representou pouco mais de três bilhões de dólares em 2002. Enquanto no mundo a participação do setor no PIB dos países é de cerca de 10%, no Brasil, o setor movimenta cerca de 3,5% do nosso PIB.

Embora modesto, o turismo brasileiro é a terceira maior fonte de dólares para o País, perdendo somente para a produção de soja e de minério de ferro.

Parece-nos, assim, que o fomento a essa importante atividade econômica é medida de extrema relevância para a criação de riqueza e, principalmente, geração de empregos no Brasil. Para tanto, devemos incrementar a nossa participação em feiras internacionais de turismo; fomentar a realização de promoção de eventos em nosso território; identificar os nichos de mercado e outras oportunidades. Devemos, de resto, treinar adequadamente a mão-de-obra que se dedica às atividades do setor, bem como fomentar a multiplicação de vôos *charter* desde outros países até o Brasil.

Srs e Srs. Senadores, se o Governo souber promover ainda mais essa atividade adequadamente, os resultados haverão de beneficiar o conjunto da nossa população, pois o turismo contribuirá para amenizar as desigualdades regionais e também para uma distribuição da renda mais justa entre os cidadãos brasileiros.

Pelo fomento ao turismo, até mesmo nossa balança comercial estará menos suscetível a desequilíbrios, uma vez que o fluxo de turistas faz ingressar um bom volume de divisas estrangeiras em nossa economia. Além do mais, o aumento da competitividade do setor resulta na atração de investimentos estrangeiros para a construção de equipamentos turísticos, com muitos benefícios para o Brasil.

Pela magnitude das quantias movimentadas pelo turismo anualmente, o setor merece ser objeto de um esforço concentrado e duradouro dos governos federal, estaduais e municipais, inclusive pela garantia da segurança e da incolumidade física dos viajantes que nos visitem. É fundamental desarmarmos corações e mentes em nosso País, cujos filhos não devem e não poderão conviver com tamanho descalabro e mazelas na segurança pública, sobretudo nos centros urbanos.

O sucesso do turismo depende da profissionalização daqueles que nele atuam, bem como do carinho e respeito da parte dos brasileiros com o estrangeiro. O fomento consciente do setor no Brasil só pode nos trazer os melhores benefícios.

Cumpre ao Governo liderar o esforço, para o bem de todos.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, as conclusões do seminário promovido ontem, dia 01 de agosto, pela *Internews*, em São Paulo, para debater os impactos da atual crise política sobre a economia, merecem ser examinadas e trazidas ao conhecimento das Sr^{as}s e dos Srs. Senadores.

Entre os participantes do evento, Eduardo Guardia (secretário da fazenda de São Paulo), Ibrahim Eris (ex-presidente do Banco Central), deputado Antonio Delfim Netto e Luiz Gonzaga Belluzzo (Unicamp), uma frase foi alçada à condição de consenso entre os economistas: “a ganância venceu o medo”. A frase é de autoria do economista Ibrahim Eris, que assim a justificou: “entre o medo e a ganância, venceu a ganância e a expectativa de ganhos elevados no Brasil”.

A reflexão corrente entre os economistas é que seria difícil blindar ainda mais o País neste momento de juros e superávits primários elevados. Pouco alentador, contudo, foi a previsão de que a crise pode tornar inviável uma redução mais rápida dos juros. Essa faceta cruel da análise dos especialistas é mais uma fatura a ser debitada aos promotores dos atuais desmandos na vida pública.

Foi ressaltado que, na comparação com outros países emergentes, a turbulência também vai deixando

o Brasil para trás. Enquanto a Bolsa de Valores brasileira praticamente não teve valorização nos últimos dois meses (a Bovespa subiu só 1,35% no período), a alta média nos mercados emergentes foi de 15%.

Gostaria de mencionar, Sr. Presidente, no campo político, uma notícia, em especial, divulgada pela mídia escrita de que o presidente Lula atribui ao tesoureiro Delúbio Soares a responsabilidade pelo sepultamento da legenda petista.

Na verdade, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a preocupação do presidente da República deveria ser direcionada no sentido de expressar preocupação com as exéquias do seu governo – sitiado e incapaz de reagir às denúncias que vieram à tona a partir das declarações do Deputado Roberto Jefferson.

Um governo acuado e um presidente da República que cumpre uma agenda como se o país estivesse vivendo em plena normalidade. Pouco afeito à rotina de trabalho palaciana, o presidente Lula “desembarcou” do palanque de uma solenidade esvaziada com os taxistas, no dia de ontem, segue amanhã para Garanhuns (PE) e Teresina (PI) e, na quinta-feira, novamente Piauí: as cidades de Floriano e Eliseu Martins.

Até quando, Sr. Presidente, o presidente Lula insistirá em adotar essa postura dissociada da realidade? A imagem da “orquestra do Titanic” que executou acordes até ao naufrágio final, não pode ser invocada, afinal não há orquestra, muito menos maestro em ação.

São tantas as anomalias que estamos assistindo que a frase atribuída ao vice-presidente José Alencar poderia muito bem resumir o momento atual: “A coisa tá ruim. Tá tudo esquisito. Até a vaca está estranhando o bezerro.”

Era o que eu tinha dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos da sessão de 02 de agosto de 2005, supervisionada pelo nosso eficiente Diretor Raimundo Carreiro, lembrando às Sr^{as}s e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 247, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do

§ 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 247, de 2005), que

abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, dos Transportes, da Cultura, do Meio Ambiente e da Defesa, no valor global de quinhentos e oitenta e seis milhões, onze mil e setecentos reais.

Relator revisor:

– 2 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 248, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005 e dá outras providências.

Relator revisor:

– 3 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 250, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 250, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de trinta milhões de reais, para o fim que específica.

Relator revisor:

– 4 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 599, de 2005 – art. 336, II, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003 (nº 84/1999, na Casa de origem), que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências. (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores, dependerá de prévia autorização judicial).

Parecer favorável, sob nº 1.059, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

Pendente de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 5 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 31, DE 2000

(Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Shhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

– 6 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 29, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 7 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da

União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 8 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 87, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais*. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

– 9 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
12, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 10 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 59, DE 2004**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Parecer, sob nº 1.130, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 11 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 12 minutos.)

(OS Nº 15015/005)

**AGENDA CUMPRIDA
PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
SENADOR: RENAN CALHEIROS**

**2-8-2005
terça-feira**

15:00 – Senhor Carlos Henrique Levandowisk, Presidente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas, acompanhado do Senhor Wilson Barreto Prado, Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Maceió

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal.

15:30 – Senhor Luiz Sandoval, Presidente do Grupo Silvio Santos, acompanhado do Senhor Carlos Henrique Santos, Representante em Brasília

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

16:00 – Ordem do Dia – Sessão Deliberativa – Pauta sobrestada

Plenário do Senado Federal

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

(*) Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 258**, adotada em 21 de julho de 2005 e publicada no dia 22 do mesmo mês e ano, que “ Dispõe sobre a Administração Tributária Federal e dá outras providências”:

CONGRESSISTAS	EMENDAS
Deputado Alberto Fraga	019, 033, 124, 283, 292, 306, 314, 322, 326, 332, 337, 340, 366, 368, 376, 377, 393, 399, 403, 409, 412, 414 e 419
Senador Álvaro Dias	006, 113, 139, 174, 207, 220, 225, 235, 260, 269 e 299
Deputado Antônio C. Magalhães Neto	014, 055, 056, 226, 267, 278, 295, 331, 385, 388, 421 e 429
Deputado Antônio C.M. Thame	036, 048, 057, 119, 141, 181, 182, 213, 279 e 491
Deputado Arnaldo Faria de Sá	005, 008, 011, 020, 021, 025, 026, 027, 028, 029, 034, 041, 044, 045, 046, 061, 064, 065, 066, 072, 077, 084, 085, 107, 110, 115, 121, 129, 132, 134, 143, 149, 155, 156, 157, 158, 160, 172, 175, 179, 185, 186, 189, 194, 198, 208, 210, 221, 222, 228, 232, 234, 237, 245, 249, 252, 253, 254, 255, 264, 270, 271, 272, 281, 282, 286, 290, 296, 300, 305, 308, 310, 312, 313, 319, 320, 321, 325, 329, 330, 334, 335, 342, 343, 347, 352, 353, 358, 359, 361, 367, 373, 382, 387, 395, 406, 416, 417, 428, 430, 435, 440, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 516, 517 e 518

Senador Arthur Virgílio	200 e 265
Deputado Carlos Mota	002, 023, 031, 058, 059, 069, 114, 116, 117, 122, 151, 152, 193, 196, 217, 263, 280, 285, 287, 294, 307, 309, 311, 316, 323, 328, 338, 339, 349, 351, 356, 365, 378, 379, 391, 400, 401, 410, 411, 413, 415, 420, 437, 438, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 513, 514 e 515
Deputada Dra. Clair	004, 078, 100, 101, 145, 176, 203, 206, 218, 223, 241, 256, 274, 297 e 433
Deputado Eduardo Paes	137, 484, 485, 486 e 520
Deputado Eduardo Valverde	231
Senador Flávio Arns	251
Senadora Heloísa Helena	003, 012, 017, 022, 049, 060, 070, 074, 082, 104, 125, 128, 135, 136, 138, 161, 173, 188, 201, 212, 227, 233, 239, 247, 261, 268, 291, 303, 317, 318, 324, 344, 345, 357, 360, 371, 383, 390, 397, 404, 434, 439, 494 e 495
Deputada Jandira Feghali	052, 067, 423 e 480
Deputado Jorge Gomes	508
Deputado Jovair Arantes	131, 166, 169, 214, 496, 499, 500, 501, 502, 510, 511 e 512
Deputado Júlio Lopes	498, 505, 506 e 507
Deputado Júlio Redecker	089 e 425
Deputada Luciana Genro	009, 018, 050, 062, 073, 105, 130, 144, 164, 170, 190, 202, 243, 244, 257, 288, 301, 348, 354, 363, 372, 380, 394, 407 e 432
Deputado Luiz C. Hauly	304, 481, 482, 483, 487, 488, 489 e 497
Senador Luiz Otávio	469
Deputada Maninha	015, 075, 081, 126, 127, 140, 211, 229, 246, 266, 389, 441, 490, 493 e 519

Deputado Márcio Reinaldo	013, 051, 112, 133, 384, 467 e 468
Deputado Max Rosenmann	250
Deputado Miguel de Souza	037, 038, 039, 040, 054, 426, 478 e 479
Deputado Mussa Demes	007, 148, 177, 204, 205, 219, 224, 240, 258, 275, 276, 298 e 436
Deputado Nelson Pellegrino	427, 521 e 523
Deputado Onyx Lorenzoni	187 e 192
Deputado Osmar Serraglio	096, 098, 099, 197, 216, 472, 473 e 504
Deputado Pauderney Avelino	150, 163, 165 e 442
Deputado Paulo Pimenta	097 e 509
Deputado Pompeo de Mattos	010, 024, 047, 063, 071, 106, 153, 154, 162, 171, 191, 195, 236, 238, 242, 259, 289, 302, 346, 355, 362, 374, 381, 396, 405 e 431
Deputado Ricardo Barros	142, 167, 168, 215, 492 e 522
Deputado Sérgio Miranda	016, 053, 068, 076, 083, 120, 123, 147, 209, 230, 248, 262, 273, 350, 370, 386, 422, 424, 449, 474, 475, 476 e 477
+++	001, 030, 032, 042, 043, 079, 080, 086, 087, 088, 091, 092, 093, 094, 095, 109, 118, 159, 180, 183, 199, 277, 284, 293, 315, 327, 333, 336, 341, 364, 369, 375, 392, 398, 402, 408, 463, 464, 465 e 466
Deputado Tarcísio Zimmermann	102, 103 e 503
Deputado Vitorassi	035, 108, 111, 146, 178, 184, 470 e 471
Deputado Walter Pinheiro	090 e 418
Deputada Yeda Crusius	

TOTAL DE EMENDAS: 523

(*) Publicadas em suplementos à presente edição.

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia dois de agosto de dois mil e cinco, terça-feira, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala nº 09 da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da **Comissão Mista** destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória Nº 258, de 2005**, adotada em 21 de julho de 2005 e publicada no dia 22 do mesmo mês e ano, que “**Dispõe sobre a Administração Tributária Federal e dá outras providências**”, sem a presença de membros, **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 02 de agosto de 2005.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia dois do mês de agosto de dois mil e cinco, terça-feira, às quatorze horas e trinta minutos, na sala nº 9 da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da **Comissão Mista** destinada a examinar e emitir parecer sobre a **MEDIDA PROVISÓRIA nº 259**, adotada em 21 de julho de 2005 e publicada no dia 22 do mesmo mês e ano, que “Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências”, sem a presença de membros, **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 02 de agosto de 2005.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 109 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, que lhe atribuída,

RESOLVE:

Reconduzir até 30 de setembro de 2005, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial instituída pela Portaria nº 021/99-DGER. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1º de julho de 2005.

Senado Federal, 02 de agosto de 2005.

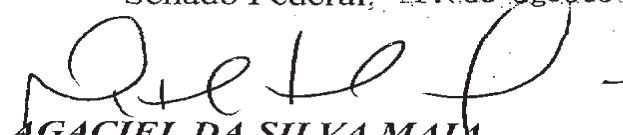

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3152 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foi conferida,

RESOLVE: tornar sem efeito os Atos do Diretor-Geral nºs 2862 e 2863, de 2005, publicado no BAP nº 3264, de 29 de junho de 2005.

Senado Federal, 21º de agosto de 2005.

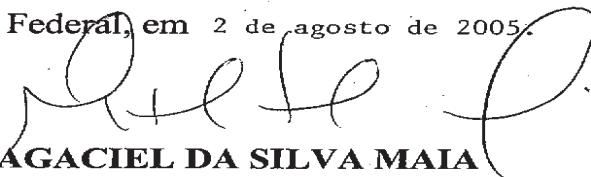

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3153 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **011.910/05-4**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **VALDOMIRO VALENTIM DE LIMA NETO**, matrícula n.º 189446, de Assistente Parlamentar, AP-2, para o de Assistente Parlamentar, AP-8, do Gabinete do Senador Maguito Vilela.

Senado Federal, em 2 de agosto de 2005.



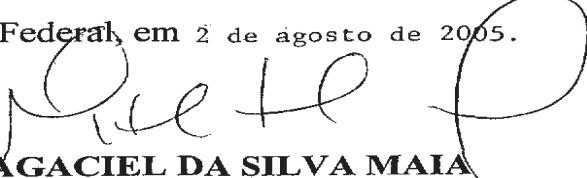
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3154 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **011.917/05-9**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **JOSÉ RONALDO MONTENEGRO DE ARAÚJO**, matrícula n.º 143860, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Romero Jucá.

Senado Federal, em 2 de agosto de 2005.



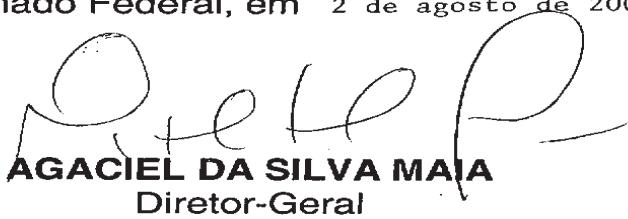
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3155 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009811/05-2,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2819, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3261, de 24/06/2005, que nomeou **FLAVIANO ANTONIO SILVA MEIRELES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Wirlande da Luz, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 2 de agosto de 2005.



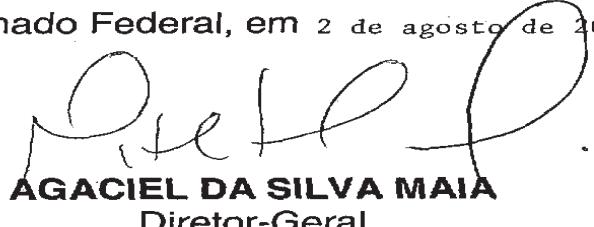
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3156 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008147/05-1,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2833, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3261, de 24/06/2005, que nomeou **FABIO MARVULLE BUENO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Aloizio Mercadante, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 2 de agosto de 2005.



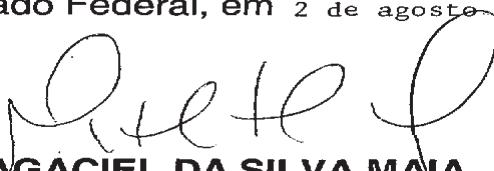
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3157 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009684/05-0,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2835, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3261, de 24/06/2005, que nomeou **JOSÉ RONALD PINTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Fátima Cleide, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 2 de agosto de 2005.



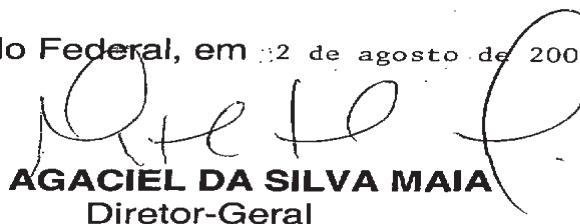
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3158 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009684/05-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ RONALD PINTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Fátima Cleide.

Senado Federal, em 2 de agosto de 2005.



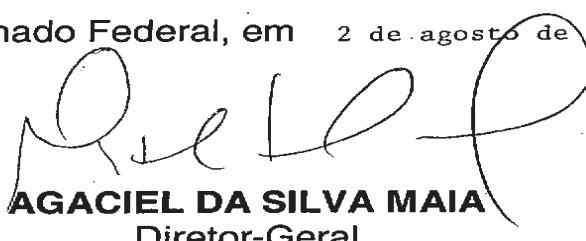
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3159 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3º., da Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004.017/05-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II, do artigo 9º. Da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA CRISTINA ANJOS BOGEA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Papaléo Paes.

Senado Federal, em 2 de agosto de 2005.



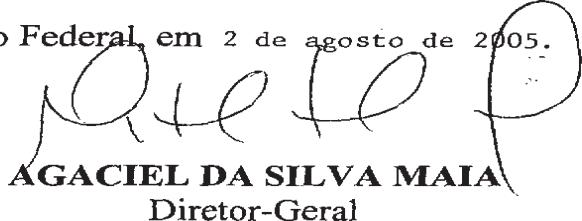
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3160 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011.907/05-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PEDRO SARKIS DAHDAAH** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Maguito Vilela.

Senado Federal, em 2 de agosto de 2005.



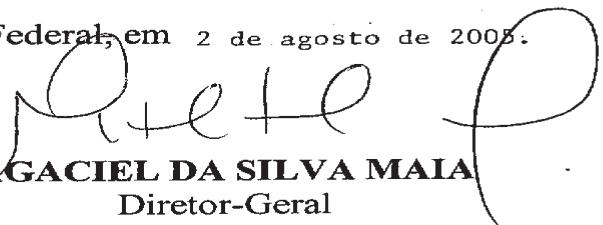
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3161 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011.916/05-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA DAS GRAÇAS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romero Jucá.

Senado Federal, em 2 de agosto de 2005.

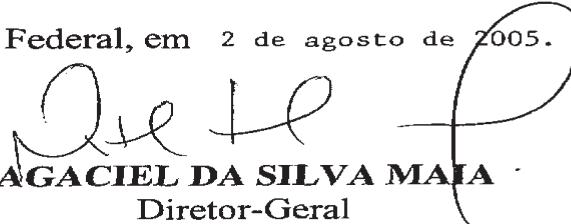

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3162 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011.909/05-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ELI DE FARIA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Maguito Vilela.

Senado Federal, em 2 de agosto de 2005.

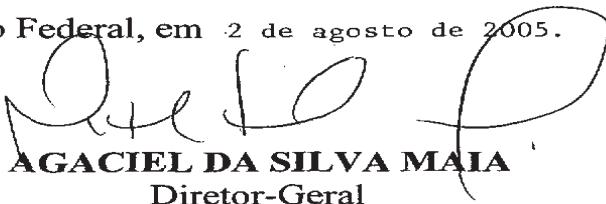

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3163 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011942/05-3**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROSILENE GOMES DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 2 de agosto de 2005.



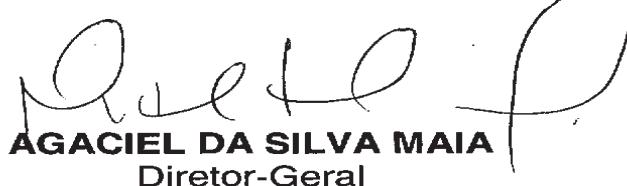
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3164 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.ºs **011.502/05-3 e 011.892/05-6**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 3100, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3282, de 25/07/2005, que nomeou **BENTILHO JORGE DA SILVA FILHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 2 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52^a LEGISLATURA)

BAHIA			
PFL	Rodolpho Tourinho	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Antonio Carlos Magalhães	PMDB	Mão Santa
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		RIO GRANDE DO NORTE	
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PL	Marcelo Crivella	PFL	José Agripino
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	SANTA CATARINA
PMDB	Antonio Leite	BLOCO - PT	Jorge Bornhausen
PFL	Edison Lobão	PSDB	Ideli Salvatti
PFL	Roseana Sarney	P - SOL	Leonel Pavan
MARANHÃO		PMDB	ALAGOAS
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Heloísa Helena
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	PFL	Renan Calheiros
PSDB	Flexa Ribeiro	BLOCO - PSB	Teotônio Vilela Filho
PERNAMBUCO		PSDB	SERGIPE
PFL	José Jorge	PFL	Maria do Carmo Alves
PFL	Marco Maciel	PSDB	Almeida Lima
PSDB	Sérgio Guerra	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
SÃO PAULO		PMDB	AMAZONAS
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PSDB	Gilberto Mestrinho
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PDT	Arthur Virgílio
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Jefferson Peres
MINAS GERAIS		PSDB	PARANÁ
PL	Aelton Freitas	BLOCO - PT	Alvaro Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	PDT	Flávio Arns
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	PDT	Osmar Dias
GOIÁS		BLOCO - PT	ACRE
PMDB	Maguito Vilela	P - SOL	Tião Viana
PFL	Demóstenes Torres	BLOCO - PT	Geraldo Mesquita Júnior
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Sibá Machado
MATO GROSSO		MATO GROSSO DO SUL	MATO GROSSO DO SUL
Sem Partido	Luiz Soarez	PDT	Juvêncio da Fonseca
PFL	Jonas Pinheiro	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Ramez Tebet
RIO GRANDE DO SUL		PMDB	DISTRITO FEDERAL
PMDB	Pedro Simon	BLOCO - PT	Valmir Amaral
BLOCO - PT	Paulo Paim	PFL	Cristovam Buarque
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Paulo Octávio
CEARÁ		BLOCO - PSB	TOCANTINS
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Eduardo Siqueira Campos
BLOCO - PPS	Patrícia Saboya Gomes	BLOCO - PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	Leomar Quintanilha
PARAÍBA		PMDB	AMAPÁ
PMDB	Ney Suassuna	BLOCO - PSB	José Sarney
PFL	Efraim Morais	PMDB	João Capiberibe
PMDB	José Maranhão	PMDB	Papaléo Paes
ESPÍRITO SANTO		PMDB	RONDÔNIA
PMDB	João Batista Motta	BLOCO - PT	Amir Lando
PMDB	Gerson Camata	PMDB	Fátima Cleide
PL	Magno Malta	BLOCO - PT	Valdir Raupp
PIAUÍ		PTB	RORAIMA
PMDB	Alberto Silva	PDT	Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ		PMDB	Augusto Botelho
PIAUÍ		PMDB	Wirlande da luz

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)**

5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3113935 Fax: 3111060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos

Telefone 3111856 Fax: 3114646

E – Mail: mariadul@senado.br .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286
 E – Mail: cantony@senado.gov.br.

**9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995 **3^a Eleição Geral:** 27.06.2001

2^a Eleição Geral: 30.06.1999 **4^a Eleição Geral:** 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB¹, PL¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					
(atualizada em 09.08.2004)					

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1^a Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9^a Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral : 03.12.2001

2^a Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal

Deputado AROLDO CEDRAZ

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES

SUPLENTES

BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTES

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpem@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

**Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001**

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 138 PÁGINAS